

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

ILIA MARIA CUSTODIO CARNEIRO

**INSERÇÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS TRANSFERIDAS DE ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: O CASO DO RESIDENCIAL
SENADOR ALBINO BOAVENTURA (2009-2014)**

GOIÂNIA, MARÇO DE 2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

ILIA MARIA CUSTODIO CARNEIRO

INSERÇÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS TRANSFERIDAS DE ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: O CASO DO RESIDENCIAL
SENADOR ALBINO BOAVENTURA (2009-2014)

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Margot Riemann Costa e Silva.

GOIÂNIA, MARÇO DE 2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Carneiro, Ilia Maria Custódio.

C289i Inserção produtiva de famílias transferidas de assentamentos precários do município de Goiânia [manuscrito] : o caso do Residencial Senador Albino Boaventura (2009-2014) / Ilia Maria Custódio Carneiro. – Goiânia, 2014.

124 f. > il. ; grafs; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, 2014.

“Orientadora: Profa. Dra. Margot Riemann Costa e Silva”.

Bibliografia.

1. Habitação. 2. Integração social. I. Título.

CDU 711.4(043)

DEDICATÓRIA

À minha mãe Josefa (*in memoriam*), anjo maravilhoso de Deus que me ensinou a não ter medo da vida.

AGRADECIMENTOS

A “Deus”, minha fonte de fé, que me carregou quando minhas forças eram poucas e me deu forças para continuar.

Da mesma forma a minha orientadora, Prof^a Dr^a Margot Riemann Costa e Silva, pelo compromisso profissional, da postura ética, por respeitar os meus limites e pela forma incondicional em acreditar que eu iria concretizar esse sonho.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, Prof^o Dr^o. Aristides Moysés e a Prof^a Dr^a Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira, ilustres doutores que contribuíram com suas orientações para formar a base estrutural na concretização desse projeto.

Ao Ademar, esposo, companheiro, e aos filhos Rodrigo, Ana Paula e Poliana, os quatro que mais de perto dividiram comigo as dificuldades desta produção. Vocês são meu apoio, meu motivo.

Aos meus colegas de mestrado, pelo incentivo constante, compreensão e amizade.

As colegas da equipe de trabalho de campo, que acreditaram em mim, são pessoas de fé que a todo instante me fizeram acreditar dia-a-dia que tudo ia dar certo.

Saibam que todos vocês contribuíram para a realização desse projeto, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho, que utilizou de uma pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, apresenta aspectos relacionados aos problemas de moradia no contexto nacional e do município de Goiânia, tendo como referência a Vila Coronel Cosme, Vila Emílio Póvoa, Vila Papel e Chácara do Governador. Esta dissertação tem como objetivo analisar a inserção produtiva de famílias transferidas de assentamentos precários para um novo ambiente construído e analisar as possíveis alterações ocorridas em suas condições socioeconômicas se obteve resultado satisfatório no atendimento de moradia. Essas reflexões confrontam com o direito de moradia instituído pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988. O estudo do Residencial Albino Boaventura: uma política de inclusão social na cidade de Goiânia, propiciou um olhar mais criterioso sobre o espaço urbano, sobretudo onde vivem as famílias de baixa renda, que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social e o Programa Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) do município de Goiânia, ao qual foram inseridos não se limita ao simples ato de retirar famílias de locais inadequados à habitação e reassentá-las em empreendimentos construídos pela iniciativa pública, mas que promove ao cidadão o contato a seus direitos básicos, como o de ter um trabalho, moradia digna, dentre outros.

Palavras-Chaves: Habitação. Inclusão Social. Inserção Produtiva. Assentamentos Precários.

ABSTRACT

This work, which used a bibliographical, documentary research and fieldwork, presents aspects related to housing problems in the national context and the municipality of Goiânia, with reference to Vila Colonel Cosme, Vila Emilio Póvoa, Vila Paper and Governor of the Farm. This thesis aims to analyze the productive insertion of slum families moved into a new built environment and examine possible changes in their socioeconomic conditions satisfactory result was obtained in the care of property. These reflections faced with housing rights established by the Universal Declaration of Human Rights and the Federal Constitution of 1988. Studying the Residencial Albino Bonaventure: a policy of social inclusion in the city of Goiânia, provided a more insightful look into the urban space, especially where low income families live who are in situations of vulnerability and social and personal risk and Programme Municipal housing and Social Interest (PMHIS) in the city of Goiânia, which were inserted into confined to the simple act of removing families from inadequate housing sites and resettle them in projects built by public initiative, but it promotes the citizen contact to their basic rights, such as having a job, decent housing, among others.

Key Words: Housing. Social Inclusion. Productive Insertion. Slums.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| LISTA DE FIGURAS | 7 |
| LISTA DE TABELAS | 8 |
| LISTA DE SIGLAS | 10 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I - MORADIA: NOVAS DEMANDAS POSTAS PARA O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL | 16 |
| 1.1 Moradia, um direito social..... | 16 |
| 1.2 Política habitacional no Brasil – Século XX | 24 |
| 1.3 Política habitacional no Brasil – século XXI | 35 |
| CAPÍTULO II - POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA | 46 |
| 2.1 Programa Habitacional de Interesse Social no município de Goiânia | 54 |
| 2.2 Déficit Habitacional no município de Goiânia..... | 59 |
| 2.3 A segregação da população de baixa renda no município de Goiânia | 68 |
| CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL RESIDENCIAL SENADOR ALBINO BOAVENTURA, GOIÂNIA- GOIÁS | 72 |
| 3.1 Caracterização do Residencial Senador Albino Boaventura..... | 72 |
| 3.1.1 Caracterização das áreas de origem..... | 75 |
| 3.1.1.1 Caracterização da área de origem Emílio Póvoa..... | 77 |
| 3.1.1.2 Caracterização da área de origem Vila Coronel Cosme | 82 |
| 3.1.1.3 Caracterização da área de origem Vila Papel e/ou Vila dos Trilhos ... | 84 |
| 3.1.1.4 Caracterização da área de origem da Chácara do Governador | 86 |
| 3.2 O Residencial Senador Albino Boaventura e a inserção produtiva de famílias transferidas de assentamentos precários | 88 |
| 3.2.1 Perfil das famílias | 89 |
| 3.2.2 Condições de habitabilidade | 91 |
| 3.2.3 Avaliação do Residencial na perspectiva dos moradores | 91 |
| 3.2.4 Indicadores do Processo de Inclusão/Exclusão | 92 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| REFERÊNCIAS | 121 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Implantação do traçado urbano de Corrêa Lima para Goiânia..... | 47 |
| Figura 2 – Plano de Urbanização de Goiânia de Armando Augusto de Godói..... | 48 |
| Figura 3 – Núcleo central de Goiânia segundo proposta de Armando de Godoy, 1938 | 49 |
| Figura 4 – Goiânia – Ocupação Residencial JK I e JK II | 61 |
| Figura 5 – Contraste visualizado no Jardim Goiás | 71 |
| Figura 6 – Localização do residencial | 73 |
| Figura 7 – Visualização do Residencial Senador Albino Boaventura | 73 |
| Figura 8 – Início da ocupação Emílio Póvoa | 77 |
| Figura 9 – Delimitação da área Emílio Póvoa..... | 78 |
| Figura 10 – Vegetação inadequada (mandioca)..... | 78 |
| Figura 11 – Vegetação inadequada (bananeira) | 79 |
| Figura 12 – Lançamento de esgoto a céu aberto | 79 |
| Figura 13 – Lançamento de esgoto doméstico..... | 80 |
| Figura 14 – Solo encharcado de esgoto <i>in natura</i> | 80 |
| Figura 15 – Moradia precária..... | 81 |
| Figura 16 – Vila Coronel Cosme – ocupação irregular e moradias precárias..... | 82 |
| Figura 17 – Vila Coronel Cosme – ocupação irregular e moradias precárias..... | 83 |
| Figura 18 – Indica a localização da área “Vila Papel” | 84 |
| Figura 19 – Demonstra a precariedade dos barracos | 85 |
| Figura 20 – Esgoto a céu aberto | 86 |
| Figura 21 – Visualização da área – Mata Fechada | 87 |
| Figura 22 - Visualização da área revitalizada pós-desocupação..... | 88 |
| Figura 23 - Área revitalizada pós-desocupação | 88 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Déficit de domicílios permanentes (em números absolutos) (2010-2011) | 62 |
| Tabela 2 – As maiores populações do país (2010-2011) | 63 |
| Tabela 3 – Conjuntos Habitacionais Construídos pela COHAB-GO no município de Goiânia (1965-1990) | 64 |
| Tabela 4 – Loteamentos aprovados em Goiânia | 65 |
| Tabela 5 – Programa Cheque Moradia (Construção e Reforma 2001-2010) | 66 |
| Tabela 6 – Empreendimentos edificadas e entregues pela Prefeitura de Goiânia (1994 a 2011) | 67 |
| Tabela 7 – Ocupação no momento atual | 93 |
| Tabela 8 – Natureza do vínculo empregatício..... | 94 |
| Tabela 9 – Origem dos Entrevistados..... | 95 |
| Tabela 10 – Ano que veio para Goiânia..... | 95 |
| Tabela 11 – Mulher chefe de família..... | 96 |
| Tabela 12 – Faixa etária dos titulares da moradia | 97 |
| Tabela 13 – Estado civil dos titulares..... | 97 |
| Tabela 14 – Escolaridade dos entrevistados | 98 |
| Tabela 15 – Número de famílias residindo na mesma casa | 99 |
| Tabela 16 – Composição familiar antes da transferência | 100 |
| Tabela 17 – Pessoas da família que trabalhavam antes da transferência..... | 100 |
| Tabela 18 – É beneficiário do Governo Federal..... | 101 |
| Tabela 19 – Família com integrante com doença grave | 101 |
| Tabela 20 – Família com integrante com deficiência | 102 |
| Tabela 21 – Existem pessoas na família com algum tipo de vício | 103 |
| Tabela 22 – Condição de ocupação anterior | 104 |
| Tabela 23 – Despesas com alimentação e higiene (antes) | 104 |
| Tabela 24 – Rede de comércio | 105 |
| Tabela 25 – Energia elétrica | 106 |
| Tabela 26 – Rede de água anterior e atualmente (pós-ocupação) | 106 |
| Tabela 27 – Rede de esgoto antes | 107 |
| Tabela 28 – Quanto ao transporte coletivo | 107 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 29 – Rede de ensino formal anterior | 108 |
| Tabela 30 – Destino do lixo antes da transferência | 108 |
| Tabela 31 – Situação de habitabilidade | 109 |
| Tabela 32 – Material predominante no banheiro..... | 110 |
| Tabela 33 – Bens da família (anterior)..... | 110 |
| Tabela 34 – Oferta de trabalho e serviços (anterior)..... | 111 |
| Tabela 35 – Faixa de renda anterior | 111 |
| Tabela 36 – Contribuição – Previdência | 112 |
| Tabela 37 – Pessoas em situação de desemprego | 112 |
| Tabela 38 – Pessoas que estão trabalhando..... | 113 |
| Tabela 39 – Transporte usado | 113 |
| Tabela 40 – Horário de ida para o trabalho..... | 114 |
| Tabela 41 – Percurso (quanto tempo leva) | 114 |

LISTA DE SIGLAS

BCP – Benefício de Prestação Continuada
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional da Habitação
CEF – Caixa Econômica Federal
CGFNHIS – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
COHABs – Companhias de Habitação Popular
COMOB – Companhia Municipal de Obras e Habitação
COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia
DICT – Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica
FCP – Fundação Casa Popular
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana
HBB – Habitar Brasil
IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MCIDADES – Ministério das Cidades
MDU – Ministério de Desenvolvimento Urbano
MHBES – Ministério da Habitação e Bem-Estar Social
MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana
OGM – Orçamento Geral do Município
OGU – Orçamento Geral da União
ONG's – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH – Plano de Ação Imediata para a Habitação
PDIG – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular
PLHIS – Planos Locais de Habitação
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNH – Política Nacional da Habitação
PPI – Programa Prioritário de Intervenção de Favelas
PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR – Programa de Erradicação da Sub-habitação
PSH – Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social
SEDU – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEHIS – Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SMHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

INTRODUÇÃO

O homem desde os primórdios tem a necessidade de se organizar em sociedade além de interagir com o meio ambiente natural. Busca as formas de ser dentro de espacialidades e temporalidades, ou seja, adapta-se ao espaço e dele se apropria, dando uma nova forma ao ambiente, tornando-o um ambiente construído. Ambiente construído é aqui definido no sentido mais amplo, podendo se referir a micro e macroambientes, tais como o edifício, o espaço público coberto ou descoberto, a infraestrutura urbana, a cidade ou ainda a região. Qualquer ambiente construído ou conjunto de ambientes construídos independente da complexidade e escala é passível de avaliação. O ambiente construído apresenta um ciclo vital que pode ser dividido em duas etapas, a saber:

- Fase de produção (de curta duração) – na qual estão concluídas as etapas relativas ao planejamento, projeto e construção do edifício, etapas estas já consagradas e bastante conhecidas no âmbito da arquitetura e urbanismo e da engenharia civil.
- Fase de uso (de longa duração) – quando o ambiente construído passa a ter um papel social pleno, cuja eficiência é medida pela satisfação dos usuários. (ORNSTEIN, 1992, p. 15).

Nessa dinâmica é estabelecida a produção social do espaço. A convivência social é dimensionada em espaços geográficos, por meio da organização e orientação em setores, bairros e cidades a partir de: políticas socioeconômicas e culturais. Essas dimensões carregam em seu bojo funções sociais, que devem ser apreendidas, daí a necessidade do estudo dos processos históricos, pois é nele que as espacialidades e

temporalidades encontram explicação consistente.

Nos marcos do sistema capitalista, a industrialização aprofunda o processo de urbanização segundo as necessidades do processo de produção e reprodução do capital. O processo de crescimento das cidades se acelerou tanto pela necessidade de mão-de-obra nas indústrias, como também devido à redução do número de trabalhadores no campo. Assim, a industrialização promoveu de modo simultâneo dois eventos, um de atração do homem pela cidade, outro de expulsão do homem do campo. Antes da revolução industrial não havia nenhum país onde a população urbana predominasse. Pode-se afirmar que o Século XX é o século da urbanização, pois nele se acentuou o predomínio da cidade sobre o campo. Salvo regiões muito atrasadas, que permanecem com características nitidamente rurais, o processo de urbanização prossegue em marcha acelerada.

No Brasil o fenômeno de industrialização e urbanização deu-se de forma acelerada. Ao longo da história colonial e republicana a acentuada concentração de terras tem provocado a expulsão do homem do campo para as cidades, a industrialização apenas intensificou este processo. A partir de 1930, a heterogeneidade de renda, salários e o acesso a direitos (trabalhistas, educação e saúde, entre outros) entre o campo e a cidade vêm acarretando a continuidade do fluxo migratório em direção às regiões urbanas, principalmente metropolitanas, provocando uma situação de superpovoamento e ocupação precária dos espaços das cidades. Observa-se que as cidades não se estruturaram para receber um grande contingente populacional em tão pouco tempo. As cidades expandiram-se marcadas pela ausência de planejamento urbano.

O processo de urbanização, principalmente nos países em desenvolvimento, é marcado por formas predatórias de relacionamento entre o homem e o meio ambiente. As cidades antigas eram menores, mais harmônicas e, mesmo quando construídas em locais ambientalmente inadequados, impactavam menos o meio ambiente.

As cidades têm sido objeto de investigação e reflexão em várias literaturas, contribuindo assim para os estudos contemporâneos. Para este trabalho recorreu-se aos autores Lefebvre, Maricato, Moraes, Moysés, Yamamoto entre outros, que são referências nacional e regional indispensáveis para entender a dinâmica da questão urbana no país.

O presente estudo tem por objeto a análise da inserção produtiva de

famílias transferidas de assentamentos precários para um novo ambiente construído e verificar se obteve resultado satisfatório no atendimento de moradias para famílias de baixa renda, que residiam informalmente em loteamentos irregulares e clandestinos, ocupações precárias de elevado grau de vulnerabilidade e risco socioambiental.

O interesse por pesquisar esta temática se originou da ação profissional desenvolvida pela orientanda na Secretaria Municipal de Habitação, instituição que tem suas ações destinadas ao atendimento das demandas da população por moradia entre outros motivos, por inquietações e preocupações em relação à extensão que ocupa o fenômeno da produção dos espaços construídos na informalidade. A convivência com essas famílias reforça a necessidade de aprofundar o conhecimento para uma atuação profissional qualificada e comprometida com a nova realidade.

De forma específica o presente trabalho se dispõe a investigar a inclusão produtiva das famílias beneficiadas no Residencial Senador Albino Boaventura, no ano de 2009-2014, analisar as possíveis alterações ocorridas em suas condições socioeconômicas, sobretudo, no que se refere à renda familiar, visto que estas famílias, em sua grande maioria, não possuíam qualquer tipo de atividade que rendesse o mínimo necessário para suprir suas necessidades básicas.

A problemática apresentada neste estudo se traduz no seguinte questionamento:

- a) A transferência das famílias beneficiadas no Residencial Senador Albino Boaventura, promoveu a produtividade e a inclusão social dos que viviam em risco social?

A evolução das propostas contidas neste trabalho foi baseada, em especial, dentro da linha de pesquisa quanti-qualitativa, ora utilizando-se de referências bibliográficas e pesquisas de campo, com aplicação de questionários que permitem compreender as várias dimensões presentes na dinâmica da realidade territorial como, também, o perfil socioeconômico e cultural da população e de suas interações no território.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro discorre sobre o surgimento e o conceito de moradia enquanto direito social do cidadão previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro, considerando o papel do profissional da assistência

social, sendo que este tem como agente interventor dos processos emancipatórios mediante ações socioeducativas e de inclusão social enfatizando o Século XX e XXI.

Dentro deste contexto analisa-se a escassez de espaços habitacionais dignos para a classe trabalhadora/operária e/ou menos favorecida economicamente e socialmente. Aborda, assim, a existência de favelas, cortiços e assentamentos precários situados na periferia das cidades os quais, em sua maioria, são conglomerados que aportam moradores sujeitos ao risco socioambiental e que se encontram em condição de subnormalidade, situação de exclusão da cidade formal.

O segundo capítulo trata da política pública habitacional de Goiânia-Goiás, bem assim descreve quanto à questão do município de Goiânia retratar maior desigualdade habitacional e social em vista da prevalência de assentamentos precários e irregulares, devido ao déficit de moradia, o que ocasiona aos moradores a insegurança de viverem enchentes, desmoronamentos e deslizamentos, segregação/exclusão.

O terceiro capítulo versa sobre a avaliação do pós-ocupação das famílias transferidas para o Residencial Senador Albino Boaventura, sua historicidade, que foi idealizado para alocar comunidades originárias de assentamentos precários das regiões Coronel Cosme, Emílio Povoá, Vila Papel e Chácara do Governador. Bem como, avaliar se o ambiente construído oportunizou a inserção produtiva das famílias beneficiadas e caracterizar as áreas de origem e de destino.

CAPÍTULO I

MORADIA: NOVAS DEMANDAS POSTAS PARA O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

1.1 Moradia, um direito social

As mudanças ocorridas no Brasil no decorrer do século XIX, quais sejam a ruptura com Portugal, o fim da escravidão, a crise da economia cafeeira, e, em particular, o desenvolvimento industrial e o crescimento demográfico urbano, desencadearam o surgimento de uma nova classe social, esta formada pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho, dentre eles os ex-escravos ou camponeses oriundos da Europa.

Nesse contexto, os donos de terras sentiram a necessidade de definir a propriedade, bem como delimitá-la. O Instituto da posse, ou Lei de Terras foi regulado pela Lei nº 601, de 1850, que tem em sua ementa o seguinte:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das que são possuídas por título de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que declara. (BALDEZ, 2003, p.94).

Tal norma extinguiu a posse como forma de aquisição da terra, somente válida por meio de compra e venda a um alto preço. Havia exigências de que o pagamento deveria se dar à vista, em dinheiro, no ato da compra. Desse modo, a disposições constantes na lei nº 601/1850 determinaram a concentração fundiária,

que marca a realidade brasileira até hoje. Os camponeses ficaram impedidos de legalizar suas terras, criando uma situação de permanente instabilidade no campo, o que deflagrou um fluxo intenso de êxodo rural. Nas cidades os migrantes rurais passaram a ocupar áreas precárias e/ou distantes dos centros urbanos, o que deu ensejo às favelas, cortiços, ou, à chamada periferia, sem condições básicas de habitabilidade.

Nas últimas décadas do século XX e XXI, o direito à moradia vem ganhando cada vez mais espaço nos debates da sociedade, dado o processo de urbanização acelerada e desordenada das cidades e do alto índice de déficit habitacional. Ademais, a habitação precária acarreta um conjunto de problemas sociais, aprofundando o processo de exclusão social das parcelas empobrecidas da sociedade. A moradia é um direito fundamental/essencial para cada indivíduo desenvolver suas capacidades e se integrar socialmente, de modo que lhe possa servir de referência a sua própria identidade. Pode-se dizer, portanto que o direito a moradia é uma necessidade humana, uma condição significativa para o exercício da cidadania, e o respeito a esse direito vem garantir os demais, dentre eles os políticos, econômicos e sociais.

A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 6º o “direito de todo cidadão ter uma moradia digna”. Trata-se de uma questão relacionada à própria sobrevivência, sendo este um dos direitos sociais que, ainda, se encontra extremamente limitado, uma vez que não atende as pessoas que dele necessitam. Cabe salientar que a moradia digna não se limita à apenas a aquisição de um “teto” para se instalar, mas inclui todas as condições básicas de habitabilidade, o que implica em condições de espaço adequado, segurança do frio, da umidade, do calor, do vento e outros perigos para a saúde, dos riscos devido a problemas estruturais e vetores de doenças (STABUL, 1996).

A Emenda Constitucional nº 26/2000 incluiu a moradia entre os direitos sociais e reforçou o papel da União na provisão de moradias para as famílias de baixa renda, visto que o acesso dessas famílias é limitado por não terem condições financeiras para arcarem com o preço de um imóvel no mercado formal.

Neste contexto, o direito à moradia deve ser viabilizado pelas políticas públicas, o que significa implementar ações combinadas de forma ampla e articulada que vão além da moradia, assegurado no art. 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

O direito à habitação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu art. 25, e mesmo após tantos anos de regulamentação, constata-se que a situação habitacional ainda é um sonho para muitos cidadãos.

Como dito anteriormente, o direito a moradia¹ não significa apenas a obtenção de um teto ou um abrigo, mas sim ter uma habitação adequada que possa ter privacidade, acessibilidade a bens e serviços, infraestrutura básica tais como: água tratada, esgoto e coleta de lixo, transporte, escola, creche, unidade de atendimento à saúde, que esses passam ser acessível a comunidade usuária.

A esse respeito, Pelegrine (2005, p. 130-131) ressalta que as diversas definições de habitação “sugere que habitação pode ser considerada tanto quanto espaço restrito ou mais amplo, mas que de fato é um espaço de tradução das relações sociais”. Para Pelegrine, o direito à moradia é inerente a necessidade humana em que “a casa pode representar o teto, o abrigo e também um espaço de dimensão maior: a rua, o bairro, a cidade”. Verifica-se então, que o direito à moradia deve ter relevância e destaque nas políticas sociais, na elaboração dos planos, programas e ações direcionadas às famílias que vivem em situação de risco social.

A função social da propriedade urbana deve buscar implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do poder público em relação ao uso do solo de forma a opor-se à retenção especulativa² do mercado imobiliário, e assim, poder garantir à população de baixa renda o acesso à terra urbana.

O Estatuto da Cidade votado e proclamado em 2001 organiza e delega o desenvolvimento das funções sociais da cidade e propriedade urbana, tratando da moradia como direito universal, no que se refere ao acesso à terra urbana, moradia adequada, alcance dos serviços públicos de saneamento, esgoto e energização, bem como sistema de transporte urbano coletivo, como bem se vê: “O direito à cidade engloba o direito à moradia, ao trabalho e renda, à educação, a saúde, ao transporte e a mobilidade urbana, à cultura e ao lazer, à preservação do patrimônio e do meio

¹ O direito à moradia é um direito humano, assim como o direito à cidade, legitimado internacionalmente da Declaração dos Direitos Humanos – ONU, 1948 e no âmbito nacional está legitimado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

² O especulador imobiliário que tem dinheiro para esperar, enquanto controla o desenvolvimento dos espaços adjacentes está numa situação muito melhor, para obter ganhos pecuniários, a que alguém que não tenha poder em algumas dessas dimensões. Além disso, o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo e espaço inversamente, o domínio do tempo e do espaço pode ser reconvertido em domínio sobre o dinheiro. (HARVEY, 1999, p. 207).

ambiente, à infância, à juventude, à aposentadoria, à participação e o controle social”. (BRASIL, 2010, p. 64).

Ao avaliar o direito à cidade é notório que não há equidade no uso e na ocupação dos espaços urbanos. Neste caso, basta observar a seletividade do investimento público, onde a intervenção do Estado promove a estruturação da cidade e ordena a questão habitacional em direção aos lucros da iniciativa privada, enquanto famílias de poder aquisitivo frágil se veem obrigadas a fixarem suas moradias em áreas totalmente insalubres, ou seja, em condições de subnormalidade.

Desta forma, ao tentar resolver suas necessidades habitacionais famílias de menor renda, e em situação de risco e vulnerabilidade social ocupam encostas de morros, áreas estas sujeitas às inundações, por se tratarem de locais impróprios para estabelecerem residências em geral. Dadas tais circunstâncias os componentes destas famílias acabam por colocar suas integridades físicas em risco, além de causarem danos ao meio ambiente. Estas famílias possuem estratégias de sobrevivência no espaço que se materializam.

Tal situação propicia uma correta interpretação do processo que culmina na questão social. A concepção da questão social está enraizada na contradição capital x trabalho, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção.

Conforme Carvalho e Iamamoto, (1983, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Neste campo contraditório entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social representa não só as desigualdades sociais, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, em busca pelos seus direitos econômicos, políticos, sociais, culturais. Assim, a luta pelos direitos sociais e de cidadania são uma expressão da questão social.

A questão social é uma categoria que expressa a contradição do modo capitalista de produção. Como toda categoria arrancada do real, não se percebe a

questão social, e sim suas expressões: como o desemprego, a fome, o analfabetismo, a favela, a violência, dentro outros, que são fruto da miséria produzida pelo capital, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população.

Segundo Pereira (2003, p. 119) “[...] os graves desafios atuais são produtos da mesma contradição entre capital e trabalho, que gerou a questão social no século XIX, mas que, contemporaneamente, assumiram enormes proporções e não foram suficientemente problematizados”.

Dessa forma, a questão social só se torna “questão social” quando ela for problematizada o suficiente, reconhecida e assumida por um dos setores da sociedade, com a finalidade de enfrentá-la, torná-la pública e de transformá-la em demanda política, no sentido de “resolver” o problema. Não basta reconhecê-la enquanto realidade bruta da pobreza e da miséria; é preciso ser problematizada em seus dilemas e quanto ao papel do Estado e no sentido da responsabilidade pública.

Não ter onde morar, ou morar em condições precárias, em que famílias vivem em situações de alto grau de risco e vulnerabilidade social, que perpassam o as condições da habitação, o ambiente construído, indica uma situação de segregação social. Seus reflexos são de cunho político, econômico e social, uma vez que a habitação precária compromete o acesso a bens e serviços produzidos socialmente. Historicamente no Brasil os indivíduos são induzidos estrategicamente por manobras e arranjos de projetos alheios aos seus direitos. O Brasil se caracteriza por ter chegado ao século XXI ainda com uma população marginalizada vivendo nas periferias das cidades, sendo que o sonho da casa própria, da moradia digna com acesso a bens e serviços, está longe de ser como determina a lei:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, conforme os termos determinados na Constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

Com base nessas reflexões, destaca-se a importância das lutas de classes pelos direitos, onde historicamente os homens e as mulheres lutaram, morreram e sobreviveram (ALTAVILA, 2000, p.16).

Perceber as várias formas da questão social, de construção e reconstrução da vida cotidiana, constitui-se um desafio. Pois, se fazem necessárias novas formas

de viver, que desenham e recriam no presente melhores e mais satisfatórias formas sociais, já que atravessamos um momento em que o gênero humano encontra-se desorientado, exposto a uma situação de mercantilização de todas as esferas da vida.

Da percepção de que a desigualdade social é resultado direto e incontestável da dinâmica de exploração posta pelo capitalismo ao ser social, entende-se que a vulnerabilidade se apresenta como uma categoria fundamental. Os conceitos de vulnerabilidade e risco são utilizados na academia em diversas áreas do conhecimento (geografia, saúde, serviço social, etc.). Cunha (2006, p. 12) enfatiza que “ao contrário do enfoque da pobreza, este caminho analítico permite trabalhar não apenas com as necessidades das pessoas carentes, mas também com os recursos e atrativos de que elas dispõem para enfrentar os riscos impostos pelas privações vivenciadas”. Trata-se de riscos a que estão expostos indivíduos, famílias, coletividades que se encontram fora do alcance da “rede de segurança” proporcionada pela proteção social pública e que, por isso, se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social gerados por uma cadeia complexa de fatores: a ausência e/ou a precariedade de renda; o frágil ou inexistente acesso aos serviços sociais públicos; a perda ou fragilização de vínculos de pertencimento e de relações sociais e familiares; as discriminações e estigmas, o não direito, que engendram múltiplas situações de desproteção social. (RAICHELIS, 2008, p. 56).

Diante deste cenário, as desigualdades, vulnerabilidades e riscos sociais representam-se como o não direito, a não cidadania. Diferentes autores, como Teles (1994); Dagnino (1994); Wanderley (2000), dentre outros, ressaltam que a ideia de cidadania é instituída conforme os diferentes projetos de sociedade como também dos processos históricos e conjunturais, a inclusão social é um processo de conquista de direitos sociais inerentes às necessidades humanas. Os direitos sendo ou não igualitários, face aos efeitos desiguais e de exclusão.

No que se refere a não inclusão social, saliente-se que tal denominação trata da exclusão, que se vê como a “invisibilidade das pessoas e dos grupos ignorados (...) nos diferentes países”. (STOER et al, 2004, p. 19). Para o autor, “a inclusão social e a exclusão social são conceituados como duas entidades diferentes, nas quais o objetivo é produzir inclusão social [...] A inclusão social e a exclusão são concebidas como um único conceito” (p. 27). Ao confrontar o cenário brasileiro da pessoa que tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si mesmo e à sua família saúde e bem-estar, moradia digna e outros, a inclusão social é “um

impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relação de poder que dividem os grupos.”, (FALEIROS, 2006, p. 3), devendo ser observados no tempo no espaço e no mundo.

Contudo, “nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a interação do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço formam um nexos substancial de poder social”. (HARVEY, 1999, p. 207). Portanto, os indivíduos que participam da produção de bens e serviços recebem baixos salários ao venderem sua força de trabalho e a sociedade, que paga impostos pelos produtos consumidos, não tem a garantia do acesso a essas produções na maioria das vezes. O bem imóvel e os serviços de educação, saúde e outros estão se tornando de elevado custo, o que impede o aumento da qualidade de vida no país, dada a dificuldade de acessar esses serviços nos ambientes em que vivem a população despossuída.

As políticas sociais têm como objetivo fundamental cooperar para a reprodução da classe trabalhadora e para o capital. Esta reprodução quando é gerada pelo Estado capitalista, constitui-se como um mecanismo de distribuição de renda ou da riqueza socialmente produzida, e isto, na forma de benefício, proteção e serviços, sem que as relações de produção capitalista sejam afetadas, contribuindo, dessa forma para a manutenção da ordem vigente.

Há portanto, a tematização da questão social cuja superação da pobreza deve ser conduzida pelo Estado, cujas intervenções traduziam-se em políticas no campo da previdência social e assistência social para assegurar a recuperação e a manutenção da capacidade de trabalho, ou seja, intervenções direcionadas para a elevação das condições de vida e dos padrões de reprodução social dos trabalhadores no campo habitação, alimentação e educação. (CARDOSO e RIBEIRO, 1996, p. 60).

A estrutura da economia imposta pela dinâmica do capital tem provocado graves efeitos na configuração das cidades, no que se refere a distribuição da população no espaço urbano, na estratificação social, bem como nos diferentes estilos de vida. Em detrimento dessas condições, famílias inteiras se veem expulsas da cidade formal e são forçadas a viver em lugares cada vez mais afastados, sem acesso aos bens e serviços sociais básicos.

Como bem afirma MARICATO (2000, p. 168), “o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica e ideológica”.

Cabe às políticas públicas encontrar formas de minimizar o grande déficit

habitacional no país, tanto na produção, como no seu acesso, como também a inserção em outros direitos garantidos constitucionalmente.

Para Kowarick (1979, p. 31),

a ação governamental restringiu-se, tanto agora como no passado, a seguir o núcleo de ocupação criado pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização – especulação do sistema imobiliário construtor.

Daí a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a história, sobre as reais condições que constituem o acesso à qualidade de vida neste país e, sobretudo a real possibilidade de alcance, em se tratando de direito socialmente conquistado.

Conforme Maricato (2009):

As análises das políticas públicas de habitação enquadrado pelo Estado permitem o desenvolvimento do seu caráter de agente ativo do processo de segregação territorial, estruturação e consolidação do mercado imobiliário privado, aprofundamento da concentração da renda e, portanto, da desigualdade social. (MARICATO, 2009, p. 35).

Neste contexto, é notório que a política habitacional tem que estar articulada tanto com a política econômica como, também, com as demais políticas, sendo assim, os gestores devem tomar medidas que possam promover, proteger, garantir uma sólida e gradativa efetivação do direito à moradia. Tal atitude se deve à vista de que a junção de ações, previamente planejadas são estratégias que facilitará seu êxito. Assim, deve-se universalizar o acesso à moradia digna, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes econômicos envolvidos e tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade de um Plano Nacional de Habitação que poderiam fazer parte dessas ações.

A habitação como um bem, possui características que justificam a atuação governamental no mercado de habitação. Dentre elas está a necessidade básica do ser humano pela obtenção da moradia. Nesta direção parte-se do pressuposto de que não há como dissociar a questão urbana da questão habitacional e, sobretudo, da questão social.

Para Rolnik (1997, p.13), em suas reflexões sobre legislação na cidade, no decorrer da história as formas de utilização do espaço e apropriação deste – permitidas ou proibidas – fazem parte de um contexto de economia de mercado caracterizado por profundas desigualdades de renda, que geraram uma legislação que define territórios de cidadania plena e cidadania limitada. Nesse recorte, encontramos a cidade legal em que vivem setores da classe média e grupos abastados, e a cidade ilegal reservado à grande parte de grupos sociais mais pobres. Essa concentração territorial de grupos pobres representam a segregação à qual estão expostos, sendo um fator determinante que influencia fortemente o processo de descaracterização desses grupos como sujeitos sociais e políticos na cidade.

Como afirma Maricato (2001, p. 75) “a exclusão social é um todo” – econômica, cultural, educacional, ambiental social, racial e não pode ser combatida de forma fragmentada, setORIZADA. Cuidar da saúde de um indivíduo é também cuidar do seu ambiente construído, o seu habitar, pois “[...] nele se realiza e nele se lê” (LEFEBVRE, 2004, p. 80-81). Assim, para obter qualidade de vida é necessário de fato ter acesso a bens e serviços.

É por meio da política habitacional que se pode chegar a uma melhor qualidade de vida para as famílias que se encontram à espera de serem incluídas nesse tão valioso “cantinho para morar”, significando um bem maior, de significado amplo, levando-se em conta o bem-estar da população, respeitando, levando em consideração, as características da população, suas manifestações culturais, suas formas de organização e suas condições econômicas e urbanas, evitando soluções padronizadas, permitindo que os interesse de cada indivíduo sejam tratados de forma a atender adequadamente as necessidades básicas de cada cidadão.

1.2 Política habitacional no Brasil – Século XX

O processo de urbanização brasileiro deu-se de forma mais acentuada no século XX puxado pela industrialização. No entanto, ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou importantes características do período colonial e imperial e posteriormente do sistema do coronelismo e política de favor, que são: o desrespeito e aplicação arbitrária da lei; a concentração de terras, renda e poder; a segregação territorial e relação predatória com o meio ambiente. Ocorre uma sobreposição de processos modernizantes com simultânea manutenção do atraso.

A problemática do acesso à moradia no Brasil não é recente, e para melhor entender a política habitacional que se constitui no século XX é necessário retroceder no tempo e na história do país. Para tanto, é fundamental levar em consideração as lutas e conquistas, das entidades sociais e de classe, de Organizações não Governamentais (ONGs) e movimentos de segmentos sociais organizados em prol de moradia, até a consolidação do acesso à moradia enquanto direito.

No início do século XX, devido à rápida industrialização, as cidades atraíram grande parte da população, porém inexistiam políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais. As políticas habitacionais propostas foram, em sua maioria, ineficazes devido a diversos fatores: políticos, sociais, econômicas e culturais. Tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social.

Em São Paulo as fábricas eram construídas longe do centro urbano da cidade, normalmente em locais sem infraestrutura de transporte, obrigando os operários a morarem próximos às fábricas. Foram então se desenvolvendo vilas de trabalhadores ao redor das indústrias (CUNHA, 2007, p. 24).

O crescimento das cidades ocorreu de forma crítica, pois se refere basicamente a duas dimensões, por um lado, constata-se o aumento da demanda por moradia nos centros urbanos em função da migração campo-cidade e pela política de estímulo à imigração estrangeira que deveria substituir a mão-de-obra escrava, em segundo lugar, as cidades abrigavam formas de moradias coletivas, com alta densidade populacional, comumente denominada cortiços, pensões e estalagens, marcadas por péssimas condições de habitabilidade e salubridade (MACHADO e FIGUEIREDO, 1981).

No período anterior à década de 1930, as políticas habitacionais adotadas não deram conta da complexidade e necessária regulação da produção habitacional nos espaços urbanos e de provimento de moradias para as classes de baixa renda. A explosão do processo de urbanização a partir da década de 1930, atrelada a ineficiência e em muitos períodos marcado pela ausência de uma política pública habitacional culminou em um elevado grau de déficit de moradias.

A década de 1930 do século XX é tomada como um marco, representando a primeira intervenção direta e maciça do Estado sobre o espaço urbano, sendo que anteriormente o Estado exercia um papel indireto, atuando apenas como regulador, estimulador e controlador das iniciativas da esfera privada – não configurando um

modelo de urbanismo, já que as intervenções estavam pautadas por um propósito mais localizado, não considerando, portanto as cidades em sua totalidade, gerando, assim, um quadro urbano dramático e caótico, fazendo com que as cidades passassem a aprofundar ainda mais as desigualdades sociais.

Num contexto de urbanização e industrialização brasileira até os anos de 1930, as necessidades por moradia podiam ser atendidas em grande parte pelas próprias empresas, como forma de barateamento da reprodução da força de trabalho.

Dentro desse contexto histórico, a formação de áreas ilegais em solo brasileiro, está diretamente relacionada ao modelo excludente da urbanização e da produção de habitação adotada pelo Estado durante todo século XX. Período este historicamente marcado pela exclusão e desigualdade social desde o começo da formação da sociedade brasileira, o qual está diretamente relacionado ao processo excludente da urbanização e da política habitacional do Estado. Após a aprovação da Lei nº 601/1850 “Lei de Terras” que impedia o acesso a terra por meio da ocupação ou pela posse, deu-se origem às favelas. Trata-se de áreas ocupadas sem pagamento, de forma irregular, em geral, localizadas nas áreas centrais das cidades, próximas a serviços públicos de transporte, de escolas, de postos de saúde, etc.³ A terra passa a ser uma mercadoria de valor comercial, capaz de prover lucro, deixando de ser apenas um símbolo de status social. Gera-se desta forma um mercado imobiliário, que ora se apresenta como força libertadora, quando o valor das glebas urbanas situa-se em um patamar viável para uma parcela mais significativa da população, e ora como força opressora, quando este valor limita e restringe o acesso à terra urbana, gerando processos de periferação e favelização que atingem perversamente as classes de baixo poder aquisitivo da sociedade. Como descreve Maricato (2001, p. 17), “a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas das cidades”.

A afirmação no início da República, do urbanismo modernista segregador,

³ Já os loteamentos legais são empreendimentos privados, geralmente nas periferias e em cidade de Regiões Metropolitanas, sendo classificados pelo poder público em duas categorias: os loteamentos clandestinos, nos quais os moradores não possuem titulação da terra, e os loteamentos irregulares, aqueles onde há ilegalidades com relação às normas urbanísticas, especialmente no que tange a infraestrutura. Apesar de terem pagado pelos terrenos, muitas vezes os moradores são ameaçados de serem removidos devido às irregularidades dos loteamentos. Tanto nos loteamentos clandestinos como nos irregulares houve a compra do lote, que devido às irregularidades tem preços abaixo do mercado. Cabe destacar que as favelas e os loteamentos existem em diversas cidades brasileiras, mas os loteamentos ocorreram em maior proporção na cidade de São Paulo e na sua Região Metropolitana (LAGO e RIBEIRO, 1982).

fez com que não apenas o Rio de Janeiro, mas diversas cidades brasileiras passassem por transformações, cujo propósito era adaptá-las às novas necessidades econômicas e administrativas. Nesse sentido;

A necessidade de se afirmar levou o Estado republicano a incentivar uma sucessão de reformas urbanísticas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre, reforma essa que se inspiraram no que o Barão de Hausmann fizera, alguns anos antes em Paris. As cidades adquiriram importância de que nunca tiveram antes, como lugar de crescente produção industrial e como mercadoria elas próprias, por meio de um mercado imobiliário crescentemente importante (MARICATO, 2001, p. 38).

A Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, deu início ao período que ficou conhecido como a “Era Vargas”⁴, historicamente marcada em três períodos, de 1930 a 1934, de 1934 a 1937, de 1937 a 1945. Durante a Era Vargas, houve o crescimento da sociedade urbano-industrial que sobrepujou a sociedade predominantemente agrária da República Velha. A década de 1930, conforme Machado (2009, p. 41), “foi marcada por mudanças significativas no processo político e econômico da sociedade brasileira: o Estado passou a gerir diretamente as políticas públicas”.

Desde o final dos anos 1940 forma-se no Brasil uma estrutura de provisão de moradia nas grandes cidades, composta por três segmentos: a produção popular, fundada no loteamento periférico e na autoconstrução da moradia; a produção estatal, direta ou indireta; e a produção empresarial sob o regime da incorporação imobiliária. Esta estrutura foi responsável ao mesmo tempo, pela segregação das camadas populares nas extensas e precárias periferias e pela ampla difusão da casa própria. Entre 1940 e 1980, com efeito, os domicílios próprios nas grandes cidades do país passam de 30% para 57% e as moradias de aluguel caem de 64% para apenas 30% (LAGO e RIBEIRO, 1996, p. 33).

Contudo, houve ainda, a formulação de leis que regulamentavam as

⁴ De 1937 a 1945, período ditatorial denominado Estado Novo, o país esteve sob o domínio de Vargas, que, de forma contundente e absoluta, dominou a vida política e econômica da nação. Os principais empreendimentos do Estado Novo que revelam ênfase ao desenvolvimento industrial foram a Usina de Volta Redonda no Rio de Janeiro, fornecedora de aço, para maior autonomia na industrialização brasileira, dependente dessa matéria-prima do exterior, e a Companhia Vale do Rio Doce, destinada à exploração de ferro em Minas Gerais. Nesse período, os sindicatos foram colocados sob rigoroso controle do Ministério do Trabalho. Proibiu-se greve e buscou-se a disciplina a conduta dos trabalhadores dos sindicatos. No ano de 1940, criou-se então o imposto sindical, para garantir financiamento e, ao mesmo tempo, seu controle. Assim, o então governo Vargas foi capaz de conter as reivindicações trabalhistas (MACHADO, 2009).

relações de trabalho que vieram compor a Consolidação das Leis Trabalhistas⁵ (CLT), que estabeleceu o salário mínimo e os sindicatos oficiais. Foi implantado ainda a Aposentadoria e Pensões, ligadas diretamente aos trabalhadores das estradas de ferro, mais tarde substituídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), tinha por finalidade, o financiamento de residências para os associados.

No decorrer do mandato de Vargas, em 1942, ocorreu o congelamento dos aluguéis com a Lei do Inquilinato, o que propiciou uma baixa produção de moradia para alocação do setor privado, levando os trabalhadores a buscarem loteamentos de periferia, até então pouco ocupados e, em sua maioria, irregulares. (BONDUKI, 2004, p. 12).

A Lei do Inquilinato (1942), o Decreto-Lei nº 58 – que regulamentou em 1938 a venda de lotes a prestação e a criação de órgãos federais ou regionais de produção de habitação – as Carteiras Prediais dos IAPs (1938), a Fundação Casa Popular (1946) e o Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal – foram adotadas à época, no entanto não se sabe precisar se tais medidas faziam parte de uma política deliberada e planejada, ou mesmo se pertenciam à implementação da política habitacional para o país.

A Fundação Casa Popular (FCP), implementada durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), foi o primeiro órgão federal voltado exclusivamente para construção de casas populares para as classes de baixa renda no Brasil, tendo por escopo enfrentar o problema da moradia no país. Tal órgão surgiu em razão da pressão realizada pelos trabalhadores que pagavam um alto valor de aluguéis e contavam com baixos salários.

Criada num contexto do populismo, a provisão de moradias estava sempre subordinada à implantação de outras estratégias para o país, como o desmembramento do pensamento social de cada época.

No entanto, sua fragilidade, bem como carências de recursos, desarticulação como os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ações coordenadas para enfrentar de modo global o problema habitacional, mostram que às intervenções dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política (BONDUKI, 1994, p. 711).

⁵ Vargas instituiu as leis trabalhistas, criou os Institutos de Previdência e Pensões e acabou com a liberdade sindical, estabelecendo o sindicalismo compulsório e dependente do Estado.

Durante este período, a tutela e o autoritarismo do Estado estiveram sempre presentes nos conjuntos habitacionais construídos, pois a manutenção dos contratos estava condicionada aos procedimentos e aos padrões de comportamento dos candidatos à compra do imóvel. Essa preocupação, de caráter moral e político, baseava-se na ideia de que as classes populares não eram por definição capazes de viver em comunidade, fruto do despreparo e das inaptações culturais de que eram portadoras, precisando, portanto, da tutela permanente dos representantes da Fundação da Casa Popular. (AZEVEDO, 1996, p. 31).

A despeito da pretensão de ser o carro-chefe da política habitacional, a FCP contribuiu com pouco menos de 10% das moradias construídas por todas essas instituições no período populista. Pouco mais de 900 moradias foram edificadas, em média por ano. (AZEVEDO, 1996, p. 37).

A perda de recursos e de poder da Fundação Casa Popular teve provável origem nas contradições que estavam presentes ao longo da trajetória do populismo no Brasil, que de certa forma influenciaram as limitações no campo da política habitacional. Bonduki aponta os obstáculos, sobretudo de ordem corporativa, que concorreram para a Fundação da Casa Popular não atingisse os objetivos para os quais fora criada, impedindo-a de converter-se num importante órgão capaz de implementar uma política de habitação social no país. (BONDUKI, p. 119).

Em dezoito anos, a Fundação da Casa Popular (FCP) criado no âmbito federal com a atribuição exclusiva de solucionar o problema habitacional, produziu 143 conjuntos com 18.132 unidades habitacionais. No mesmo período, os Institutos de Aposentadorias e Previdência, que não tinham como objetivo específico enfrentar a questão da moradia, viabilizaram a edificação de 123.995 unidades habitacionais, sem contar os milhares de apartamentos financiados para a classe média. (BONDUKI, p. 115).

Bonduki avalia que o alcance da intervenção realizada pela experiência da FCP pode ser considerado praticamente nulo, ao longo de sua atuação no setor habitacional.

A produção de uma nova imagem para as cidades com características estéticas voltadas aos moldes europeus representava para as elites a materialização dos símbolos de distinção social. Na década de 1950 houve um grande avanço da indústria brasileira, com intenso crescimento urbano e intervenções do Estado para adequar o espaço urbano à circulação de automóveis.

No entanto, a expansão urbana foi marcada por grande desigualdade: a

classe média tinha acesso a financiamentos de apartamentos e a bens duráveis; as classes pobres restavam às favelas e os loteamentos ilegais na periferia. Nesse contexto, o governo de Juscelino Kubitschek tenta, no final da década de 1950, fortalecer a FCP, que viveu seu período mais dinâmico, com mais investimentos e maior número de unidades habitacionais construídas.

Com o golpe militar, em agosto de 1964, a FCP foi extinta, sendo criados o Banco Nacional da Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), marco histórico da intervenção do governo brasileiro no setor habitacional diante das carências habitacionais para a população de baixa renda no país. Além das ações diretamente relacionadas à habitação, SFH buscava a dinamização da economia, o desenvolvimento do país com geração de empregos, fortalecimento da construção civil, para controlar as massas por meio de uma pretensa estabilidade social.

Tal constatação leva inevitavelmente à reflexão acerca do papel e da responsabilidade do Estado, em todos os seus níveis, em relação à conformação de um modelo urbano marcado pelas persistentes situações de exclusão, segregação e de desigualdade, no que diz respeito ao acesso à moradia como, também, aos benefícios como bens e serviços urbanos.

A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), caracterizam o surgimento de várias instituições voltadas para o planejamento e o tratamento de problemas urbanos. O BNH se revelou como uma tentativa do governo militar de “aquietar” os ânimos da população carente das cidades, ora facilitando o acesso à moradia própria, enquanto que o Serfhau tinha a competência específica de atuar no apoio às prefeituras municipais para a formulação de planos de desenvolvimento local e visou dar suporte técnico para a elaboração de planos diretores. O Banco Nacional de Habitação - BNH reconhecia a incapacidade do mercado em atender às necessidades da população de baixa renda e de conter o crescimento do número de habitações informais, é criado então Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), que promoveu programas como o “Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB); Programa de Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM); Projeto João de Barro – Programa Nacional de Autoconstrução; Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR)”, que visavam basicamente auxiliar a autoconstrução, (BRASIL, MCIDADES, 2010, p. 27). No entanto, apenas 33,5% das unidades financiadas pelo SFH ao longo da existência do

BNH foram destinadas à habitação de interesse social, especificamente às populações de renda inferior a três salários mínimos. Tais programas foram extintos devido a escassez dos recursos federais, uma vez que não causaram impactos relevantes mediante soluções quanto ao déficit habitacional no país.

Ainda no período entre 1964 e 1965 são criadas, em diversas cidades do país, as Companhias de Habitação Popular (COHABs), conhecidas como empresas públicas ou de capital misto que tinham como principal objetivo atuar na concepção e execução de políticas para redução do déficit habitacional, sobretudo por meio de recursos oriundos do BNH. Porém, esse formato de empresa pública convergia com a ideia do governo da época de realizar uma política que tivesse uma gestão baseada em modelos empresariais. Assim, a partir de 1964 as ações públicas voltadas para as vilas e favelas são sufocadas, sendo os movimentos sociais e as associações reprimidos e de certa forma impedidos de atuar.

O Serfhou foi extinto no início do ano de 1970, assim, o BNH desvirtuou sua finalidade rapidamente, pois começou a dar importância a negócios que davam mais rentabilidade do que moradias populares subsidiadas, tais como o financiamento da compra de imóveis para a classe média. Nesses moldes, logo após, o BNH também foi extinto.

Com a extinção do Banco Nacional da Habitação houve uma dispersão das políticas de habitação e saneamento, que se caracterizou pela criação de programas habitacionais de curta duração, seja com o recurso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seja com recursos de Orçamento Geral da União (OGU).

O BNH, que sempre esteve vinculado ao Ministério do Interior, em 1985 passou para o Ministério de Desenvolvimento Urbano (MDU). Por sua vez, depois da extinção do BNH, em novembro de 1986, o MDU passou por ajuste em 1987 transformando-se em Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano (MHU), e em 1988, em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MHBES). No entanto, o MHBES foi extinto em 1989, retornando a política de habitação para o Ministério do Interior.

No governo do presidente José Sarney (1985 a 1990), quando se instala a chamada Nova República, a situação do setor habitacional na esfera federal entra em crise, dado a problemática acumulada ao longo da história do BNH referente ao baixo desempenho social, o alto índice de inadimplência e a baixa liquidez do SFH.

A Caixa Econômica Federal (CEF), na condição de sucessora do BNH,

passou a ser a maior gestora responsável pela política habitacional brasileira, denominada pós-BNH. Esse arranjo em nada favoreceu o tratamento da habitação de interesse popular pois, dentre outros problemas decorrentes dessa medida, aconteceu um acirramento da lógica financeira. Outro fato que marcou essa época da trajetória do setor habitacional foi a restrição do acesso das Companhias de Habitação Populares - COHABs ao crédito, prejudicando ainda mais o atendimento do mercado popular.

Por conseguinte, o governo do presidente Collor (1990-1992) inova pouco em relação ao que já existia no que diz respeito ao SFH. O programa habitacional que se destacou neste período foi o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), financiado totalmente com recursos do FGTS e voltado para famílias com renda de até cinco salários mínimos. Ademais, tal Plano propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, porém, tal meta não fora atingida.

Em seguida, no governo do presidente Itamar Franco (1992 a 1994) foram criados os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como principal objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. Contudo, esses programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, ora impedindo que muitos municípios captassem os recursos disponibilizados.

Nesse governo contou-se com dois significativos avanços: o primeiro (ainda que associado às exigências das ações internacionais) foi uma mudança conceitual, com o incentivo a formação de conselhos e à criação de fundos para habitação; o segundo foi a constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação (FNH), composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia.

Já no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, ocorreu uma retomada nos financiamentos de habitação e saneamento, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. A principal alteração na política de habitação introduzida pelo governo FHC foi a criação de programas voltados para o financiamento direto ao mutuário final, voltado para Programas Carta de Crédito, modalidade Individual e Associativa, passando-se a rejeitar programas de cunho convencionais.

No que se refere às iniciativas de cunho social, ocorridas no início do

governo, anota-se o Programa de Conclusão de Empreendimentos Habitacionais, que tinham por escopo recuperar os investimentos realizados com os recursos do FGTS que não deram o retorno esperado.

Os Programas de Crédito Direto ao Cidadão, denominados Cred-Mac e Cred-Casa, referente as linhas de créditos ofertadas à época, visavam atender as famílias que recebiam até oito salários mínimos de renda média mensal, a fim de possibilitar a oferta de crédito para a aquisição de materiais de construção, e consequentemente viabilizar a melhoria ou à construção de habitações.

Bonduki (2004, p. 79) entendeu que o financiamento para material de construção, embora tenha o mérito de apoiar o enorme conjunto de famílias de baixa renda que auto empreende a construção da casa própria e de gerar um atendimento massivo (567 mil beneficiados no período, a de maior alcance quantitativo), tendeu a estimular a produção informal da moradia, agravando os problemas urbanos, além do baixo valor do financiamento e a ausência de assessoria técnica que não permitiam que as famílias beneficiadas alcançassem condições adequadas de habitabilidade.

No âmbito social, vale destacar, também, o Pró-Moradia e o Programa Habitar Brasil, criados para atender o poder público, estados e municípios, e financiados, respectivamente, com recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União (AZEVEDO, 1996, p 24).

O objetivo de tais programas seriam o da urbanização de áreas degradadas para fins habitacionais, a regularização fundiária e a produção de lotes urbanizados. No entanto entre 1996 e 2000, o desempenho do governo, no que diz respeito à política de habitação popular ficou aquém do inicialmente planejado.

Por sua vez, o Programa de Arrendamento Residencial - PAR, foi criado para alcançar as famílias com renda familiar compreendida entre quatro e seis salários mínimos. Nesse sentido, Azevedo (1996, p. 25) assevera que:

Ainda que proposto como forma de leasing habitacional, esse programa parece não ter sido pensado com a mesma filosofia de seus congêneres europeus. O "arrendamento" aqui teria mais o objetivo de facilitar a retomada dos imóveis em caso de inadimplência do mutuário, evitando longas batalhas judiciais.

Demais programas se estabeleceram neste período, tais como o Programa Carta de Crédito, destinados à clientela, de setores médios, com renda familiar mensal de até 12 salários mínimos, que utilizava dos recursos das cadernetas

de poupança e do FGTS e com o fito de subsidiar a linha de crédito direta ao cidadão, concernente a aquisição de uma casa já construída, ou usada; o Programa de Financiamento à Produção e ao Crédito Individual, teve por escopo dar suporte à indústria da construção civil para que esta realizasse projetos habitacionais voltados para população de renda média e alta que escolhesse por um contrato de financiamento vinculado ao imóvel. (Companhias Hipotecárias e Fundos de Investimentos Imobiliários) (AZEVEDO, 1996, p 25).

As alterações acima mencionadas, embora pudessem expressar uma renovação na maneira como a questão da habitação passou a ser tratada pelo Governo Federal, rompendo a rígida concepção herdada dos tempos do BNH, de fato não se efetivou como nova política e acabou por gerar um conjunto de efeitos perversos, do ponto de vista social, econômico e urbano (BONDUKI, 2004, p. 79).

Por conseguinte, há de se salientar a aprovação, por meio da edição da Lei Federal 9.512/97, do denominado Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, caracterizado por padrões totalmente diferenciados do SFH.

O referido sistema foi criado nos moldes norte-americano, no sentido de que o sistema era manuseado somente com recursos privados nacional e internacional. O principal foco do SFI era a denominada alienação fiduciária, na qual o mutuário se tornava proprietário do imóvel somente quando este quitava o financiamento em sua totalidade. Tendo, o financiador, a garantia de receber com rapidez os imóveis que não foram quitados (AZEVEDO, 1996, p.25).

Por ser um sistema que só poderia ser utilizado pelas famílias com renda mais alta, não atingindo uma clientela mais ampla, o problema do déficit habitacional não foi atacado, dada às especificidades do processo de urbanização brasileiro e às necessidades habitacionais da sociedade.

Observa-se, sobretudo, que a política de acesso ao crédito está vinculada à consolidação de uma visão bancária no financiamento habitacional, personificado no papel central que passou a ter a CEF, como o único agente financeiro a operar os recursos destinados à habitação (BONDUKI, 2004, p. 80).

Vê-se, pelo exposto, que o Brasil continuava a alimentar a característica tradicional das políticas habitacionais de dar um atendimento privilegiado às camadas de renda média.

A gestão do governo FHC culminou com a aprovação do Congresso Nacional e promulgação do Estatuto da Cidade no ano de 2001, depois de 13 anos

de tramitação, gerando a perspectiva de que a função social da propriedade seria cumprida.

Depreende-se, portanto, que o período FHC prosseguiu no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais.

1.3 Política habitacional no Brasil – século XXI

O século XXI exprime as heranças de um longo processo histórico marcado por um modelo excludente, de limitações e fragilidades, em um país cujo crescimento urbano sempre se deu paralelamente à exclusão social. Esse contexto tem demonstrado que o direito à moradia digna ainda é um sonho. Daí a configuração de um quadro urbano em grande parte caracterizado pelas formas de ocupações irregulares.

No Brasil, a dinâmica da produção econômica realimenta um permanente processo de desigualdade exclusão e segregação e, de exploração da força de trabalho, o que reforça a convicção do papel que deve ser exercido pelo poder público, qual seja o dever de promover políticas públicas condizentes no sentido de ampliar as oportunidades de acesso aos bens urbanos e promoção da justiça social.

Moysés (2004, p. 31), ressalta “chegamos ao final do século XX e deparamo-nos com uma crença generalizada de que as cidades, sobretudo as grandes metrópoles, serão o motor da história,” a partir da industrialização e sua modernização. O autor cita ainda Borja (1994), que alega convencer-se de que o século XXI, será o “século da urbanização do mundo”. Para Moysés (2004, p. 39), “as cidades continuarão a existir superpovoadas, pois as grandes metrópoles continuarão atraindo grandes contingentes populacionais, principalmente para os seus respectivos entornos, como é o caso de Goiânia”.

Neste contexto, a segregação espacial torna-se cada vez mais acentuada e o processo de periferação, com a ocupação crescente das franjas externas da rede urbana, revela-se, também, cada vez mais visível. Portanto, o direito à cidade, o de viver em condições propícias à habitabilidade e políticas públicas de inclusão social não tem sido estendidos a todas as pessoas que delas necessitam.

Ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi editada a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto das Cidades, que, em linhas gerais, teve como objetivo fornecer suporte jurídico mais consistente às estratégias e processos de planejamento urbano (FERNANDES, 2008, p. 44), garantindo a função social da propriedade, o planejamento participativo nas políticas urbanas e o acesso universal à cidade. (MORAES e DAYRELL, 2008), aponta que essa lei propõe “que a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos de planejamento urbano [...] e gestão de cidades”. (FERNANDES, 2008, p. 44), sobre a questão da habitação, dispõe que o Estatuto reforçou instrumentos para garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressiva, desapropriação com títulos da dívida pública usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social e outros.

Na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006) o governo pautou suas iniciativas na viabilização de um novo desenho institucional, e adotou a estratégia de expandir a política de crédito operada no governo anterior para financiamento habitacional, buscando ampliar, com isso, o montante de recurso do FGTS para o financiamento de moradias populares. Destaca-se a criação do Ministério das Cidades em 2003, que passou a ser o órgão gestor, coordenador e formulador da Política Nacional de Habitação (PNH), efetuando ações no sentido de incentivar os bancos privados a operar financiamentos imobiliários para a chamada classe média, com recursos próprios e captados em cadernetas de poupança. Desse modo, a habitação social passa a ser a principal base de sustentação política do governo, que buscou recuperar obras paralisadas no governo anterior (1.600 obras datadas de 2001 e 2002 que estavam abandonadas), e ampliou os recursos do orçamento Geral da União.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, destaca-se a criação do Ministério das Cidades, por meio da Medida Provisória 103, depois convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, constituindo-se um fato inédito nas políticas urbanas no país.

É relevante lembrar que a formação deste Ministério foi possível devido à mobilização dos movimentos sociais organizados, lideranças sindicais, ONGs, intelectuais, pesquisadores e professores universitários. Esse movimento alcançou

várias conquistas nos últimos anos, tais como a inserção inédita da questão urbana na Constituição Federal de 1988 e a edição da Medida Provisória 2.220, de 2001.⁶ Além disso, propiciou a definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (municípios e estados), como também os demais poderes do Estado (Legislativo e Judiciário) e participação da sociedade civil, objetivando coordenar e integrar os investimentos nas cidades brasileiras, de modo a minimizar as desigualdades sociais e promover a sustentabilidade ambiental.

O modelo de política habitacional implementada a partir de 2003-2010, no governo do Presidente Lula, insere uma mudança nesse quadro com a criação do Ministério das Cidades que passou a ser o órgão diretamente responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano.

Neste contexto, a política habitacional se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe somente a casa, agrupa o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, objetivando garantir a população de baixa renda direito à cidade.

Em 2003, o Ministério das Cidades articulou a realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades da qual resultou a criação do Conselho das Cidades, como, também, a aprovação das diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Essa conferência nacional foi precedida de conferências em 3.457 municípios, em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. O número de participantes nas conferências locais e regionais estima-se em 320 mil pessoas, que contou com mais de 2.500 delegados, 999 administradores públicos e legisladores, 626 militantes de movimentos sociais e populares, 248 operadores e concessionários de serviços públicos, 193 delegados de ONGs e entidades profissionais, acadêmicos e de pesquisa, bem assim de 193 representantes de empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano. Resultando na aprovação, entre os princípios que deveriam orientar a construção da política urbana: “a promoção do direito à cidade, o desenvolvimento social, econômico e ambiental, o combate à desigualdade social, racial, de gênero e regional, diretrizes e instrumentos que promovam a integração das políticas urbanas por meio das políticas de habitação,

⁶ Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>

saneamento ambiental, transporte e mobilidade, considerando o Estatuto da Cidade e a Constituição, garantia da participação da população e dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos e projetos de desenvolvimento urbano e, diretrizes e orientação que garantem que os investimentos públicos sejam aplicados no enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais”.⁷

A 1ª Conferência Nacional das Cidades (2003), cujo objetivo principal foi estabelecer parâmetros para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) criou uma proposta de integração das políticas, dos princípios para a construção de direito à cidade, do cumprimento da função social da cidade e da propriedade, combate à segregação socioespacial, acesso universal à moradia digna, ao saneamento básico, ao transporte público e a acessibilidade, gestão descentralizada e democrática, acesso à informação, participação social na formulação, decisão, implementação e avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Em 2005, foi realizada a 2ª Conferência Nacional das Cidades, também sob o incentivo do Ministério das Cidades, nesta ocasião foi aprovado o princípio da gestão democrática, da participação e do controle social como uma das diretrizes da política de planejamento urbano. Foi aprovado, ainda, a estruturação e os instrumentos da política urbana regional e metropolitana. Contudo, foi bem menor em relação a quantidade de participantes e de encaminhamentos, ora igualmente importante do ponto de vista político e de exercício de cidadania.

A 3ª Conferência das Cidades (2007) apresentou os temas considerados fundamentais, tais como: os de avançar na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, construir um sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e a criação de uma Política de Regularização Fundiária e de uma Política de Prevenção e Medição de Conflitos Fundiários Urbanos.

Já na 4ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em 19 a 20 de junho de 2010 em Brasília, foram destacados quatro eixos fundamentais, sendo eles:

- Criação e implementação dos conselhos das cidades, planos e fundos e seus conselhos gestores em nível federal, estadual, municipal e no distrito federal;
- Aplicação do estatuto das cidades e dos planos diretores e a efetivação da função

⁷ Ministério das Cidades. Primeira Conferência Nacional das Cidades. Brasília, novembro 2003.

social da propriedade do solo urbano;

- Integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento;
- Relação entre programas governamentais como PAC e Minha Casa Minha Vida, e a política de desenvolvimento urbano.

Essa Conferência contou com a participação do Governo Lula que assinou o decreto⁸ de regulamentação da Lei do Saneamento de nº 11.445/07 estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Brasil nos dias 20 a 24 do mês de novembro de 2013, em Brasília, celebrou a 5ª Conferência Nacional das Cidades com o tema: “Quem muda a Cidade Somos Nós: Reforma Urbana Já!”, sendo esta coordenada pelo Ministério de Estado das Cidades, em que foram debatidos temas como desenvolvimento urbano, ocupação de risco, saneamento ambiental e conflitos.

Neste contexto, a atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, expressou ideias de justiça social, e influenciou a formulação de um novo modelo de política de desenvolvimento urbano. A luta pela reforma urbana, desencadeada por movimentos de âmbito nacional, unificado em torno da questão da moradia popular nas cidades brasileiras, exerceu papel fundamental na formulação da política urbana e habitacional, consolidada na Constituição de 1988.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU ganha impulso durante o processo constituinte. Passa a integrar as plenárias Pró-participação Popular na Constituinte. A proposta de emenda que recolhe 140.000 assinaturas, e é parcialmente inserida na Constituição Federal. Posteriormente, o MNRU passa a atuar nos processos estaduais e municipais de reforma institucional e jurídica. (RIBEIRO, 1990, p. 113).

A política urbana, a ser formulada pelos municípios deverá atender ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, tendo em vista assegurar a garantia e a melhoria das condições de vida de seus habitantes, onde deve prevalecer

⁸ Esse decreto fortalece a regulamentação do setor. A Lei foi sancionada em 2007, depois aprovada por aclamação na Câmara dos Deputados e por unanimidade no Senado. O Ministro das Cidades, Márcio Fontes lembrou as dificuldades na elaboração do texto do decreto. “Reunimos todos os setores até que uma solução de consenso fosse alcançada”, (...), a lei e o decreto contribuem para a eficiência na gestão e para a universalização dos serviços de saneamento básico (...). O decreto amplia o conceito de saneamento básico, abrangendo as modalidades: abastecimento de água, esgotamento. (TAVARES, 2011, p. 63).

o direito à cidade.

(...) Assumi posição contrária à absoluta hegemonia exercida, até hoje, pela propriedade privada do solo urbano; aos múltiplos processos de privatização dos equipamentos coletivos, dos serviços públicos e da infraestrutura; ao recuo da esfera pública no direcionamento do crescimento urbano; aos processos de repressão à luta desenvolvida pela população para o alcance de condições de sobrevivência no espaço urbano; aos processos de especulação com a terra urbana e à falta de visibilidade nas políticas urbanas. (RIBEIRO, 1990, p. 15).

Conforme Teixeira (2001, p. 30), a participação cidadã passa a se configurar como um “processo complexo e contraditório na sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil, mediante a atuação organizada de indivíduos, grupos e associações”.

Portanto, todas essas reivindicações, evidenciam que as lutas por habitação não se restringem a ter uma casa, são lutas pela possibilidade de se viver na cidade de forma digna, o que significa, além de ter uma casa, ter condições materiais (de infraestrutura) e poder viver segundo sua história, seus projetos de futuro, de cidade. Assim por um lado, tem-se o problema da inviabilização de certas áreas e suas populações, onde há necessidade de investimentos e obras e, por outro lado, tem-se o problema de como determinadas intervenções urbanísticas são planejadas e implementadas.

O que fica claro é que, na maior parte das vezes em que há investimentos públicos, há uma apropriação das reivindicações e a utilização de um discurso baseado em um modelo de cidade para legitimar e justificar um urbanismo que disciplina, normatiza e regulamenta as cidades e as pessoas que nelas vivem – especialmente os favelados e os membros de ocupações – ignorando que a relação com o espaço diz de uma leitura e de uma relação com o mundo. (REBOUÇAS, 2000).

A despeito das estratégias do Estado, que tentam reduzir o urbano ao urbanismo (uma representação do urbano) – a principal característica do urbano é justamente a diferença e a contradição, que se expressam no espaço, sobretudo no espaço de moradia, no nível do habitar. É essa característica que não permite que o Estado, apesar de suas tentativas, uniformize o cotidiano, possibilitando a subversão dos projetos homogeneizantes. (LEFEBVRE, 1999).

Com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, inicia a implementação da chamada Nova Política Habitacional. Pode-se perceber que a Política Nacional de

Habitação adotou concepções que estão de acordo com o Estatuto da Cidade, inserindo o direito à moradia, em especial para os setores de baixa renda, como um dos fundamentos da função social da cidade e da propriedade além de se inserir num modelo institucional que se dispõe democrático e participativo.

Em conformidade com o reconhecimento do direito à habitação, coerente com os princípios explícitos no Estatuto da Cidade que estabelecem as funções sociais da cidade e da propriedade privada, a Política Nacional de Habitação, manifestada no âmbito do Ministério das Cidades, sendo formulada a partir da constatação de que os grandes desafios urbanos do país precisam ser enfrentados como política de Estado. A Política Nacional de Habitação determina objetivos bastante amplos conforme destacado:

- Universalizar o acesso à moradia digna, num prazo definido no Plano Nacional de Habitação;
- Implementar uma política de planejamento de cidades;
- Enfrentar o problema habitacional de forma articulada com as políticas fundiárias, de saneamento e de transporte e em consonância com as diretrizes da política urbana;
- Fortalecer o papel do Estado na gestão da política e na regulação dos agentes públicos e privados;
- Concentrar esforços e canalizar de forma articulada recursos não onerosos dos três âmbitos de governo no enfrentamento dos problemas habitacionais;
- Promover o atendimento à população de baixa renda, aproximando-o ao perfil do déficit qualitativo e quantitativo;
- Estimular o mercado para atender as faixas de renda média;
- Buscar a expansão do crédito habitacional;
- Democratizar o acesso a terra urbanizada;
- Gerar emprego e renda dinamizando a economia.

A Política Nacional de Habitação (PNH) compõe-se de dois subsistemas, conforme acima notificado, cada qual direcionado para setores sociais específicos, conforme o nível de renda: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Sistema Nacional de Mercado, estes para população de maior

capacidade de pagamento.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) foi constituído pela Lei Federal nº 11.124⁹ de 16 de junho de 2005, que criou também o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), que em 2006, centralizava os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos subnormais e de Habitação de Interesse Social, introduzidos no HIS, de acordo com documento do Ministério das Cidades. (BRASIL, 2004, p. 41).

Os recursos do FNHIS serão destinados aos programas habitacionais que estejam em conformidade com as diretrizes inscritas na Política Nacional de Habitação, tendo por objetivo viabilizar o acesso à moradia por intermédio de formulação de diferentes soluções direcionadas ao conjunto dos segmentos de maior vulnerabilidade social, esses recursos serão aplicados em ações que estejam acopladas aos programas de habitação de interesse social, de forma que se articulem à política de desenvolvimento urbano expressa no Plano Diretor.

No ano de 2010, o Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica – DICT – atua diretamente na promoção da política nacional de habitação, do PlanHab (Plano Nacional de Habitação) e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – como também no que diz respeito aos entes federados, auxiliando-os no cumprimento da Lei nº. 11.124, de 16 de junho de 2005, que exige dos integrantes do Sistema Nacional de Habitação e a instituição de planos locais de habitação de interesse social. (BRASIL, MCIDADES, 2010).

Neste contexto, os municípios brasileiros deviam elaborar seus Planos Locais de Habitação Interesse Sociais (PLHIS) para receberem cofinanciamento do Governo Federal. Os municípios podem dispor de acompanhamento técnico do governo federal para elaborar seus planos, conforme o Ministério das Cidades (2010).

Embora seja possível identificar relevantes avanços em relação à concepção do sistema representado pelo SNHIS/FNHIS, pode-se perceber que diversos desafios necessitam ser superados de forma a ter efetividade e dessa maneira, assegurar o alcance dos objetivos aos quais se propõem, dentre eles:

- A efetiva adesão dos estados e municípios ao novo modelo institucional proposto pelo Ministério das Cidades;

⁹ A referida Lei, passa a dispor sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

- A garantia da sustentabilidade dos recursos dos fundos;
- A efetividade das responsabilidades e competência pactuada entre os três níveis de governo;
- Articulação das decisões do CGFNHIS e dos conselhos dos fundos locais para o enfrentamento dos problemas relativos à moradia de interesse social (mobilização de estados e municípios na produção regular de moradias populares);
- A garantia aos municípios com problemas de ordem institucionais e técnica de apoio na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (já se encontra disponível a Ação de Apoio à elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social do FNHIS);
- O montante necessário de recursos disponibilizados para o equacionamento do gigantesco déficit habitacional que se acumulou ao longo das décadas, sem o qual não se garante a universalização do acesso;
- A aplicação efetiva dos instrumentos de regulação do solo urbano, previstos nos Planos Diretores;
- A disponibilização, de forma sustentável, de receitas da União vinculadas ao Fundo, como forma de garantir a produção regular de moradias. A consolidação dos canais de participação da sociedade civil como forma de ampliar a participação social nas decisões.

Cabe registrar a necessidade de considerar que nem todos os recursos destinados à habitação popular – como aqueles previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Presidente Lula a partir de 2007 – estão alocados no Fundo Nacional de Habitação Popular, tal qual propõe o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), o que implica no desafio de monitoramento social do conjunto de recursos voltados para esse fim pelo Conselho das Cidades, órgão responsável pela proposta de diretrizes e pela formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), além de monitorar sua execução.

É importante observar que se trata de uma proposta que envolve um projeto político: de buscar os meios para as condições de sanar o grande déficit habitacional do país, e, ainda de grupo de profissionais interdisciplinares para o estudo dos projetos habitacionais e de monitoramento das ações, em especial para acompanhar a moradia popular que é uma demanda de grande escala. Para isso, o sistema de

informação, avaliação e monitoramento de habilitação propõe garantia de um processo permanente de “revisão e de redirecionamento da política habitacional e de seus programas [...] base de informações, monitoramento e avaliação permanente dos projetos e programas da Política Nacional de Habitação”. (BRASIL, 2004, p. 29).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social institui o acesso à terra urbanizada e habitação digna destinada à população em que a renda situa-se principalmente entre um a três salários mínimos, responsável ainda de promover a articulação e o acompanhamento à atuação das instituições e órgãos do setor habitacional, tendo por objetivo central somar todos os recursos destinados às ações relacionadas a habitação de interesse social.

Diante do exposto, vê-se que o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS tem por objetivo centralizar e gerenciar os recursos procedentes do Orçamento Geral da União destinados ao financiamento dos programas habitacionais organizados no âmbito do SNHIS, em sintonia com as diretrizes e determinações apontadas pela Política Nacional de Habitação. O FNHIS constitui-se também como instrumento do governo federal para sugerir os estados e municípios a constituírem fundos que tenham a mesma destinação, condicionante fundamental para a organização do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

No ano de 2007, o volume de recursos em programas federais obteve um avanço maior, principalmente por meio do Programa Aceleração do Crescimento – PAC Habitação, voltado para intervenções em assentamentos precários, e as seleções para projetos habitacionais por meio do FNHIS, empregando recursos de fonte onerosa e não onerosa, (BRASIL, 2008). Segundo balanço do governo federal, no período de 2003 a 2008 foram investidos R\$ 67,8 bilhões em habitação, contemplando 3,1 milhões de famílias, sendo que 79% dos beneficiários possuem renda mensal de até 5 salários mínimos, (BRASIL, 2009, p. 44).

Em 2009, o Presidente Lula lançou o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, destinado para o atendimento de famílias de renda mensal de até 10 salários mínimos, com acesso restrito a empresas do setor da construção civil, no qual o poder público pode participar disponibilizando áreas, infraestrutura e outras ações facilitadoras. (BRASIL, 2009).

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 285/2008 garantiu recursos permanentes aos fundos da política habitacional que pressupõe,

a destinação de recursos permanentes aos fundos de Habitação de Interesse Social para acabar com o déficit habitacional, garantindo o direito constitucional de todos os brasileiros a uma moradia digna, com qualidade e infraestrutura básica. A aprovação da PEC é apoiada pela Campanha Nacional pela Moradia Digna, interada por parlamentares, representantes de movimentos sociais, secretários de habitação e empresários e o setor da construção civil. (BRASIL, 2008).

A manutenção do PMCMV, seu formato e aparato demonstraram eficiência política e produtiva para servir de base para política habitacional futura. Porém, o partidarismo político no Brasil ainda é muito forte, e nem sempre programas que dão certo são levados adiante por governantes seguintes e por vezes de partidos políticos diferentes.

A Presidente Dilma Rousseff prosseguiu com os programas do governo anterior, e foi considerada a criadora e articuladora do Programa “Minha Casa Minha Vida” que, também, criou o Programa “Minha Casa Melhor”, como uma extensão do Programa MCMV, para que as famílias que estivessem recebendo suas moradias pudessem mobiliar sua casa.

Em suma, o governo vem desenvolvendo uma Política Urbana, que aparentemente procura regular e atenuar os efeitos negativos da segregação capitalista.

Há no momento uma articulação do movimento de moradia em nível nacional, como forma de cobrar do poder público uma política habitacional voltada para uma maioria excluída.

O Movimento Nacional de Moradia tem buscado alianças com amplos setores da sociedade, cujo objetivo é ampliar o reconhecimento da opinião pública para um dos mais graves problemas sociais do país: a Moradia. Agindo assim, torna-se possível despertar uma visão crítica da atual estrutura da sociedade, cumprindo um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CAPÍTULO II

POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

A questão da habitação é na atualidade um dos principais problemas sociais urbanos no Brasil. No início do Século XX até a década de 1930, várias cidades brasileiras tiveram o problema da habitação agravado, principalmente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente. Somente no final da década de 1930, quando se iniciou um processo acentuado de industrialização e urbanização do país, começa a se esboçar uma política para a habitação, com destaque para algumas políticas e projetos para tentar enfrentar essa questão social.

Nas décadas de 1920 e 1930, a região central do Brasil, destaca-se como alvo de interesse para resolver as questões de adensamento demográfico e criação de novas áreas produtivas, a chamada Marcha para Oeste (MORAIS, 2006). A construção de linha ferroviária que atravessava o sul do Estado foi importante para a migração, urbanização e conseqüente o desenvolvimento da região.

A construção da capital do Estado de Goiás, Goiânia, se deu no governo de Pedro Ludovico (década de 1930) a partir do decreto de nº 3.547 de 6 de julho de 1933, que determinava as diretrizes para o desenvolvimento dos projetos urbanísticos e arquitetônicos da nova capital. Tal mudança significava a vitória política de Pedro Ludovico, como também a expansão do capitalismo. Para este interventor, a nova capital simbolizava os anseios do povo e a ruptura com o passado.

Moraes (2006, p. 118-119), destaca, “as condições do sítio escolhido proporcionaram ao arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima a elaboração de um projeto moderno e audacioso, (...) Ele propõe um traçado com base nas cidades jardins de

Ebenezer Howard, ideia reforçada por Armando de Godoy”.

Conforme Moysés (2004), o arquiteto Atílio Corrêa Lima interpretava o período que anteceder a construção de Goiânia como uma fase em que a sociedade saia do “feudalismo”, por ele denominado de “feudalismo agrário-escravocrata”. Ressalta ainda, que a construção de Goiânia, na concepção de Atílio, era compreendida num contexto de grandes transformações econômicas, sociais e políticas nacionais que beneficiavam o Estado de Goiás e que colocariam o Estado em evidência. Conforme (figura 1) observa-se o traçado urbano proposto por Atílio Corrêa Lima.

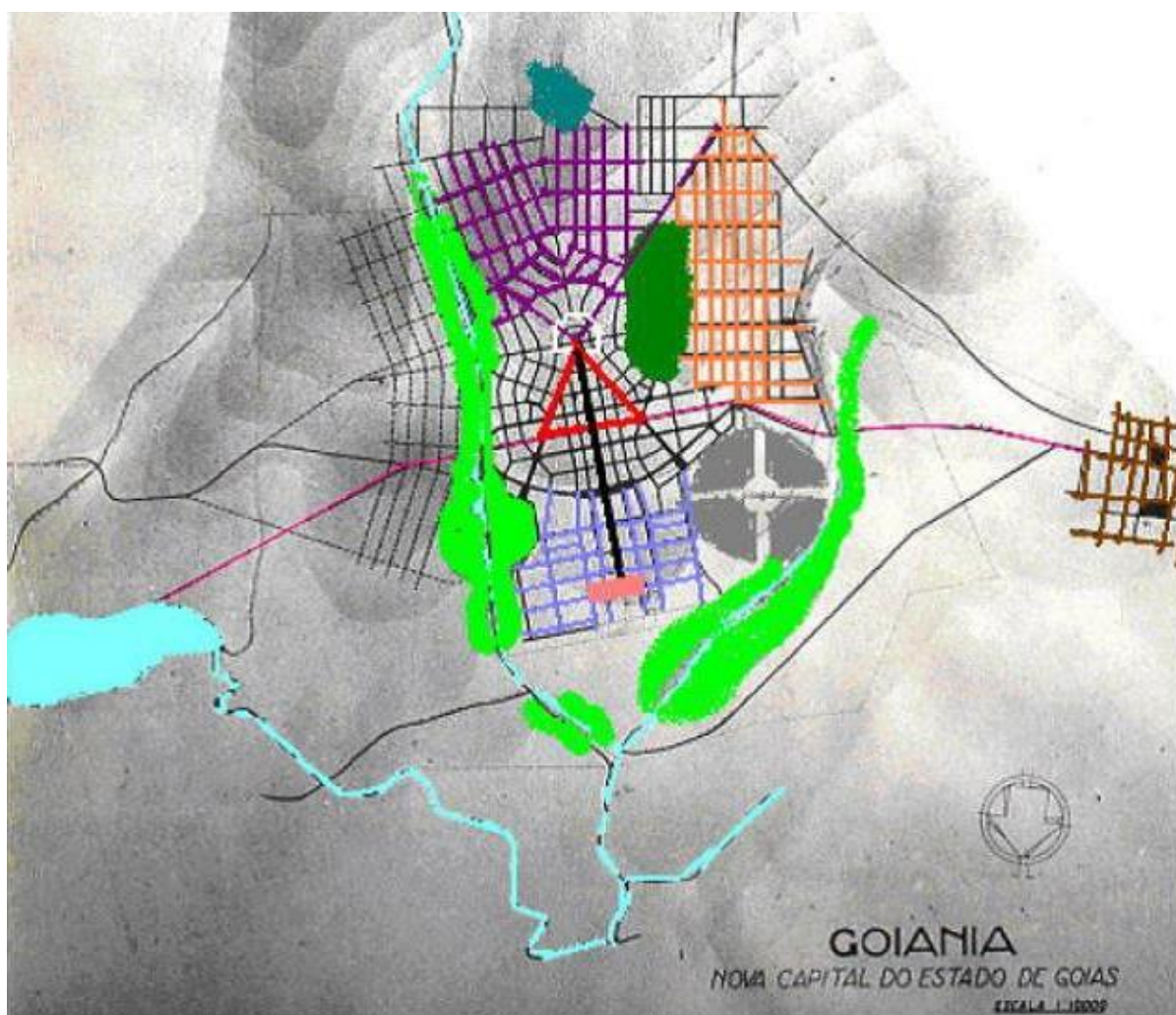


Figura 1 – Implantação do traçado urbano de Corrêa Lima para Goiânia
Fonte: Diniz, Anamaria, (2007, p. 23). Acervo Corrêa Lima – Plano Diretor de Goiânia

O Plano inicial de Atílio Corrêa Lima desenvolveu-se entre 1933 a 1935. Vários fatores influenciaram Corrêa Lima a abandonar o projeto. No início de 1936, foi

contratado Armando Augusto de Godói engenheiro-arquiteto e urbanista, que, conforme Manso (2001), destaca que muito da proposta original de Atilio foi preservada. Observe a figura 2:

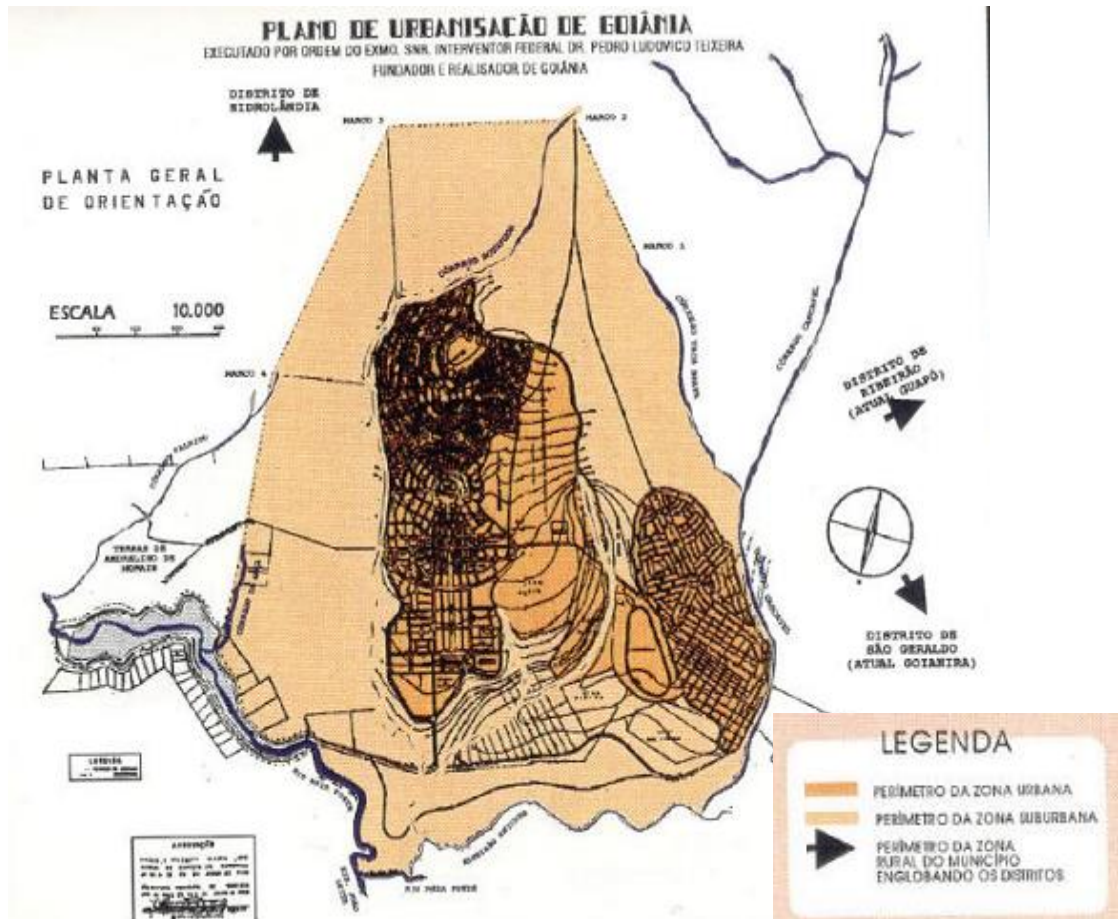


Figura 2 – Plano de Urbanização de Goiânia de Armando Augusto de Godói
Fonte: Plano Diretor da Cidade de Goiânia (1992) – IPLAN

A construção de Goiânia no ano de 1933, era considerada como um projeto revolucionário, avançado em relação a urbanização do país, registrando a primeira capital planejada do século XX cujo o seu traçado urbano era tido como referência as cidades-jardins howardianas.

A transferência e consolidação da capital de Goiânia se deu entre os anos de 1933 a 1949. Foi administrada pelo Estado que comandou todo processo desde a escolha da área; apropriação e distribuição das terras conseguidas através de doações; compra ou troca de glebas de terras situadas nos limites de onde se deu a construção; a implantação do plano piloto que definiu a estrutura urbana e as atividades ligadas à administração e controle da força de trabalho seja para garantir a oferta de mercado ou para determinar os locais e formas de assentamento na área urbana. (CHAVES, 1990, p. 10).

Conforme Cordeiro (1990), Armando Augusto de Godói, lançou bases harmoniosas para a convivência entre o ambiente natural e o ambiente construído ao sugerir que o perímetro urbano da cidade ficasse fixado para sempre limitado pelo próprio plano de urbanização e assim os assentamentos futuros ocorreriam através de cidades-satélites separadas do núcleo urbano por um anel verde, objetivando garantir uma melhor qualidade de vida.

O Plano Geral de Urbanização de Goiânia, originário da contribuição de Atilio Corrêa Lima entre 1933 a 1935 e complementado por Godói, nas décadas 1935 a 1937, sendo aprovado pelo decreto de Lei nº 90-A em 30 de julho de 1938, pelo então prefeito municipal de Goiânia Venerando de Freitas Borges.

O referido decreto em seu parágrafo 1º do art. 1º determina que “fica deferida a área urbana de Goiânia pelos setores Central, Norte, Sul, Oeste, Satélite, Campinas e as áreas destinadas ao Aeroporto, Parque dos Buritis, Parque do Capim Puba e Parque dos Bandeirantes, Zoológico e Hipódromo”.

Já o parágrafo 2º, define que “a área suburbana contornará todos os setores do parágrafo 1º tendo por limites os Córregos Cascavel, Vaca Brava, da Onça, João Leite e Rio Meia Ponte”. Embora a área do Setor Oeste pode ser visualizada na figura 3, porém foi destinada para ser urbanizada na década de 1950. Observa-se na figura 3.

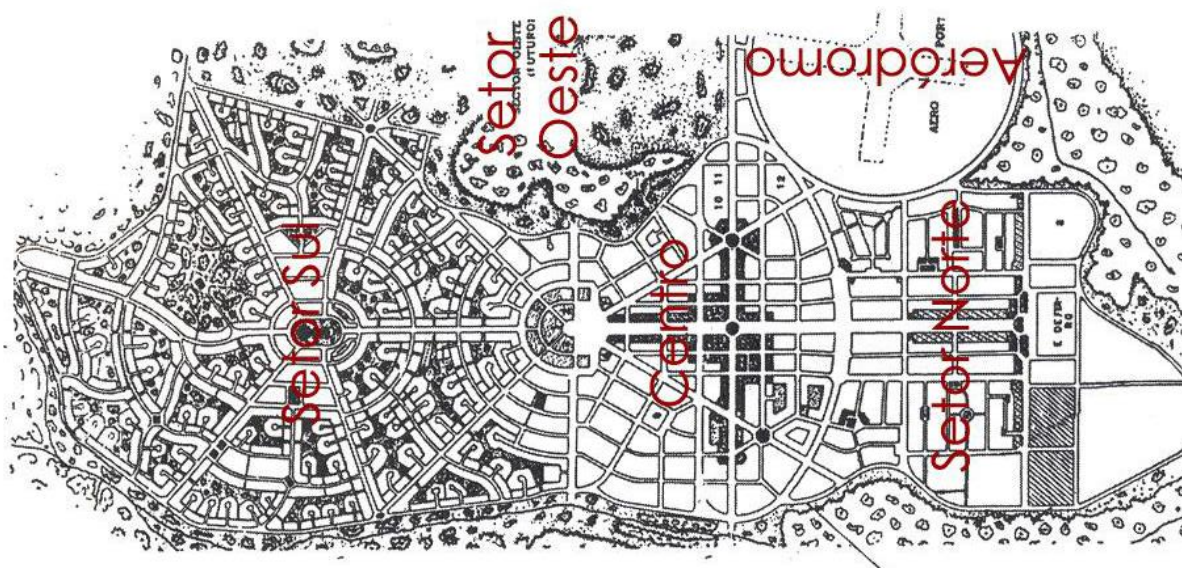


Figura 3 – Núcleo central de Goiânia segundo proposta de Armando de Godoy, 1938
Fonte: Diniz, Anamaria, 2007, p. 205. Acervo Corrêa Lima-Plano Diretor de Goiânia.

“Desde o início da construção de Goiânia já era visível a divisão de classes, ou seja, à margem direita do Córrego Botafogo seria ocupada pelos trabalhadores, expressando as precárias condições de moradia em que estavam submetidos; na margem esquerda estava o espaço reservado à construção da cidade planejada, visando atender aos interesses das classes dominantes”. (CHAVES, 1990, p. 32).

O plano de Goiânia foi um sucesso, mas não atendeu às necessidades sociais e de desenvolvimento econômico futuro da cidade. O Plano não definiu áreas para habitação dos trabalhadores que participavam da construção da cidade. Conseqüentemente, enquanto que, do lado esquerdo do Córrego Botafogo emergia uma cidade planejada; do lado direito, na Região Leste, surgiram as primeiras “invasões” que abrigavam os operários, imigrantes, que chegavam na capital em busca de trabalho. (BARBOSA; CABANES e MORAES, 1997, p. 37).

“Não existindo na época, nenhuma legislação que forçasse a utilização ou ocupação dos novos loteamentos, expandiu-se neste período a prática de se manter áreas como reserva de valor”. (CHAVES, 1990, p. 3).

Desde a sua fundação, Goiânia tem sido palco de um crescimento demográfico e de uma expansão urbana muito grande. Em 1950, a cidade já superava as expectativas demográficas da época da sua construção, ultrapassando a cifra de 50.000 habitantes. Em 1980, a população de Goiânia já era estimada em cerca de 700.000 pessoas. (MOYSÉS, 2004).

Já na década de 1940, Goiânia atingiu a população de 50 mil habitantes, para a qual foi planejada e, desde cedo, foi se configurando no movimento contraditório da racionalidade (moderna e funcional) e das “contrarracionalidades dos excluídos”, tornando-a um espaço complexo, com problemas de serviços básicos e de habitação (CAVALCANTE, 2000).

Em 1950, Goiânia destaca-se no cenário nacional como cidade de grande expansão, motivado ao sucesso da construção da nova capital do Estado e em especial por causa da construção de Brasília. É importante reportar-se aos anos de 1960, pelo significado histórico dessa década, e a fatos tais como o golpe de 1964, início da ditadura militar, da luta pelo fim da ditadura e pela efetivação da democracia. O processo de democratização política está recheado de inúmeras manifestações organizadas, lutando por direitos sociais e condições de trabalho.

De 1950 a 1964, período de intenso crescimento do espaço urbano, a cidade se ampliou rapidamente e o entorno de Goiânia foi parcelado pela iniciativa

privada de forma desordenada. Moraes e Santana (2001) inferem que “neste período, foram construídos alguns loteamentos isolados, que marcaram a segregação urbana em alguns pontos da cidade e o vazio urbano em outros”.

Este período (1950 a 1964) é caracterizado pelas significativas ampliações do espaço urbano, denominado de “fase de ampliação do espaço”. (Moraes, 1991, p. 32-33). Nesta fase, o poder público deixou de ser o principal gestor do parcelamento do solo urbano em favor do parcelamento privado e dessa forma o Estado perdeu a autonomia do uso do solo ao permitir que a iniciativa privada assumisse o parcelamento do solo, sem ônus de infraestrutura, o que comprometeu o planejamento urbanístico ambiental do projeto original de Atílio Corrêa Lima. (SEPLAN, 2002).

Para Moraes (2006, p. 184), “o sistema de periferização dessas cidades foi se constituindo segundo o modelo do efeito cascata, quanto mais pobre o trabalhador mais distante do centro urbano localizava-se o seu habitat”. Visto que, tal realidade também está presente em outras cidades planejadas do Centro-Oeste, Goiânia, Brasília e Palmas, segundo a autora.

Goiânia sofreu uma explosão violenta de novos loteamentos no final de 1950, causado em grande parte pela atuação de interesses particulares associados a outros interesses políticos e sociais. O então prefeito Eurico Viana assinou o Decreto de nº 16, de 1950, que dispensava a exigência de infraestruturas do Código de Edificação de 1947, beneficiando os empreendedores imobiliários, o que gerou o desperdício de recursos públicos. (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990).

No final da década de 1950, a cidade encontrava-se completamente desfigurada do seu projeto inicial. De 1950 a 1964, foram aprovados 183 loteamentos que não obedeciam a nenhum critério técnico com deficiência de áreas verdes e sem observar sequer as faixas de proteção dos córregos, surgiram também, nessa época as primeiras invasões. A invasão do Setor Sul, na lateral do Córrego Botafogo em seu fundo de vale na altura da Rua 115, foi a mais intrigante porque foi invadida por pessoas de alto poder aquisitivo. (RIBEIRO, 2010).

Entre 1962 a 1964, evidenciou-se a necessidade de formulação de um novo Plano Diretor para Goiânia. Moysés (2004) ressalta que diante desse quadro de desordem surge a necessidade de um novo planejamento, o então governador José Feliciano convidou o urbanista Luiz Saia para a elaboração de um novo Plano Diretor para Goiânia.

Surge assim o primeiro “fundador” do Plano Diretor, que define o seu partido e a sua função que a cidade teria a partir de sua implantação – nas palavras de Saia, trata-se de setorização natural do sítio urbano, segundo uma valorização funcional da paisagem natural para a organização da cidade, demarcando os compartimentos as primeiras unidades de subdivisão e reestruturação urbana, determinados a partir de elementos naturais, os fundos de vale. (MOTA, 2004, p. 131).

O Plano Diretor de Luiz Saia não foi concluído, porém necessário, não foi efetivado por questões políticas devido ao golpe militar de 1964.

Em 1968 e 1969, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em que objetivava um diagnóstico dos problemas urbanos a serem executados pelo Estado.

Neste contexto, a crise do setor habitacional em decorrência da fragilidade de políticas públicas voltadas para os interesses dos segmentos sociais de baixa renda, estimulou os trabalhadores sem moradia, que residiam de favor ou de aluguel a se organizarem com o objetivo de garantir o direito de moradia.

Desde sua construção a cidade já era palco de forte pressão por habitação, formando um gigantesco bolsão a espera de casas populares, agigantando assim, uma conturbada arena de conflitos entre ocupantes, sem teto; poder público e iniciativa privada.

Constata, ainda, que a Lei de loteamento do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) (Lei nº 4.526, de 31/12/1971), Goiânia não expandiu o seu espaço urbano significativamente. Porém, teve um grande crescimento populacional, chegou em 1980 a cifra de 717.526 pessoas, com 2% na área rural, elevando ao município um caráter eminentemente urbano.

Com a Constituição de 1988, houve a definição de se ordenar o espaço urbano, por meio da elaboração de Planos Diretores de Municípios com mais de 20.000 habitantes, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expressão urbana e com parâmetros para assegurar a função social da propriedade urbana.

O Plano Diretor de 2007, da cidade de Goiânia, aprovado pela Lei Complementar de nº 171, de 29 de maio de 2007, buscou o “desenvolvimento sustentável” e a construção de um espaço socialmente melhor. No capítulo I, art. 2º são determinantes os seus princípios e objetivos, conforme destaca-se:

princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo à população a requalificação do território do município e uma cidade mais justa e sustentável.

Neste contexto, tem por finalidade promover a sustentabilidade socioambiental e econômica, que consolida Goiânia uma Metrópole Regional.

Consta que desde que foi instituído o Plano Diretor da cidade de Goiânia (artigo 1º do decreto-lei nº 90-A) as questões ambientais estão presentes na criação de unidades de conservação, na proteção de matas ciliares e de galerias nas cabeceiras e margens dos mananciais hídricos, e nas definições presente nas diretrizes de implantação dos parques lineares ou *parkways*.¹⁰

O Plano Diretor pode ser uma alavanca para a institucionalização de planejamento. O Plano Diretor não é imutável. Pode e deve ser revisto, de modo a se adequar às mudanças que venham a ocorrer na realidade local. Conquista da população na defesa de seus direitos, porém, a luta precisa ser redobrada para sua efetiva implementação. “É hora de fortalecer as mobilizações para que sejam realmente garantidos os direitos instituídos pelo novo instrumento legal”. (SAULE JUNIOR, 2001, p. 11).

O fenômeno das "invasões", entendido num contexto de sobrevivência e de busca de soluções para a questão da moradia, aparece num primeiro momento na cidade de Goiânia em função dos altos aluguéis inacessível ao poder aquisitivo dos trabalhadores. Na década 80, as ocupações de terras representavam para Goiânia, um grave problema para a cidade: expansão urbana sem planejamento, degradação do meio ambiente, deficiência de equipamentos sociais, infraestrutura e déficit habitacional. O movimento das invasões constitui um momento importante do processo de ocupação do espaço urbano da capital.

Em setembro de 1979, um grupo de várias famílias que moravam de aluguel ocuparam um terreno de propriedade particular. Essa invasão, denominada Jardim Nova Esperança, representou para os sem “teto” e para a cidade não a simples ocupação de um terreno vazio, mas um marco na história da organização dos movimentos populares que lutavam por moradia na cidade de Goiânia (MORAES, 2003: p.189).

¹⁰ Segundo Martins Júnior (2007), são cinturões verdes circundados pelas alamedas ao longo das matas ciliares das reservas florestais e dos parques municipais.

Em 1986, ocorre a extinção do BNH, sendo suas atribuições transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente - MDU. A partir daí, a política habitacional passa por várias Secretarias e Ministérios, com muitas oscilações em termos de programas, de financiamentos e de recursos.

Buscando sanar a problemática, a Companhia Municipal de Obras e Habitação - COMOB se apresentou como o órgão definido pelo poder público para gerir as políticas habitacionais e as obras públicas do município. Tinha como missão desenvolver programas de inclusão social e contribuir para a gestão democrática da cidade, na área de habitação, objetivando executar os programas para a população de baixa renda em conformidade com a política municipal de habitação (PEREIRA, 2004).

A COMOB, uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária integral da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, foi criada em 1979 com atribuição de gerir obras públicas municipais de prédios próprios e públicos.

Vale observar que a COMURG é uma empresa pública de economia mista, com porcentagem majoritária pertencente à Prefeitura de Goiânia, ora criada pela Lei nº. 4.915, de 21 de outubro de 1974. Tal empresa é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e integra a estrutura administrativa indireta da Prefeitura de Goiânia.

Em 1983 a COMOB foi desativada, pelo Governo Municipal, passando suas atribuições para a Secretaria de Obras Públicas e seu patrimônio, assim como o quadro de servidores à sua acionista majoritária, a Companhia de Urbanização de Goiânia. Somente em 1990 foi reativada, com a finalidade de executar pequenas obras, para o Município de Goiânia.

A partir de 1995, além das atribuições com as obras públicas municipais, a Companhia passou a ser responsável pela política de habitação do município, que envolvia além da construção de moradia, estudos, planejamentos e captação de recursos para aplicação nos projetos habitacionais do Município.

2.1 Programa Habitacional de Interesse Social no município de Goiânia

No decorrer do tempo, a situação da cidade foi se agravando com o desenvolvimento desordenado e a falta de infraestrutura para atender a nova

população. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Goiânia (1990) no seu artigo 167, parágrafo 1º,

é de responsabilidade do Município em cooperação com a União e o Estado, promover e executar programas de construção de moradias populares atendendo as necessidades da população, segundo critérios específicos de melhoria das condições habitacionais.

Diz o art. 168, parágrafo 1º, que "a ação do Município deverá orientar - se para":

- I - ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e servidos por transporte coletivo;
- II - estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;
- III - urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização. (Lei Orgânica do Município de Goiânia - Constituição Municipal, 1990: p.80; 81).

Com base nestes princípios básicos de responsabilidade social, a Secretaria Municipal de Obras / Companhia de Obras e Habitação de Goiânia - SMO/COMOB desenvolveu uma política de habitação, no sentido de garantir condições dignas de habitabilidade à população, articulando-se com a reforma urbana, interligando aos bens e serviços oferecidos pela cidade, buscando a melhoria da qualidade de vida e a afirmação da cidadania.

No período de 2001 a 2004 aconteceu a junção dos dois órgãos, Secretaria Municipal de Obras e Companhia Municipal de Obras e Habitação, formando assim, o complexo, SMO/COMOB. De 2006 a 2007, a sigla passou a ser Secretaria Municipal de Obras e Habitação - SMOH. Sendo que em 2007, o administrador vigente, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº. 7.747/97 e o disposto nos artigos 1º. 15,17 e 44, da Lei nº. 8.537, de 20 de junho de 2007, cria a Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia - SMHAB, com o objetivo de continuar com a Política Habitacional, pois a Prefeitura vem ao longo dos anos trabalhando dentro da política de habitação, em parceria com o Governo Federal, priorizando atendimento às famílias moradoras de áreas de risco e de preservação ambiental, como também as de baixa renda que moram em condição de inquilinato ou cedido.

Programas habitacionais executados pela Secretaria Municipal de Habitação:

- O Pró-Moradia/97: foi executado com recursos de empréstimo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, teve início no fim da década de 90, visando solucionar problemas referentes a algumas áreas de posse do município de Goiânia em parceria com a Caixa Econômica Federal;
- Programa Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS: Com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, voltados para construção de unidades habitacionais, assistência técnica, urbanização dentre outras modalidades;
- Programa A Casa de Gente: Atendeu a famílias de baixa renda do município de Goiânia que se inscreveram através de carta ao Prefeito Iris Rezende Machado de 2004 a 2010, época de sua vigência, e que atendiam aos critérios de interesse social. As famílias contempladas ocuparam o recém criado Residencial Jardins do Cerrado I, II, III e IV e Residencial Mundo Novo III, alcançando um total de 2.238 famílias atendidas.

Programas Habitacionais em execução pela Secretaria Municipal de Habitação:

- Programa de Aceleração do Crescimento / PAC: O Programa foi desenvolvido em Janeiro de 2007, é coordenado pelo Governo Federal com parcelas entre o setor público e o investidor privado e articulação entre os entes federativos, com recursos do OGU, FGTS e outras fontes, engloba diversos programas como o Pró-Moradia, Programa Prioritário de Intervenção em Favelas - PPI - Favelas, Urbanização e Regularização Fundiária. Através deste programa foram atendidas 481 famílias no Residencial Santa Fé, 474 no Residencial Orlando de Moraes, 790 no Residencial Buena Vista I, 188 no Residencial Buena Vista II e 418 no Residencial Buena Vista IV, todas oriundas de áreas públicas e de preservação ambiental.
- O Programa Minha Casa Minha Vida: É um programa do Governo Federal em parceria com estados, municípios, empresas e movimentos sociais, destinado a famílias com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos, que comprovem residência no município há pelo menos 03 (três) anos e que não possuam imóveis registrados em seu nome dentro do território nacional.

O Programa Minha Casa, Minha Vida é considerado por muitos o maior projeto habitacional desenvolvido até então, é executado simultaneamente em vários estados e municípios com recursos da União e tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda. Assim, atende as necessidades habitacionais de tal público em áreas urbanas, por intermédio de concessão de financiamentos aos beneficiários que são organizados de forma associativa, de acordo com os padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade definidos pelas posturas municipais.

As operações do programa utilizam recursos provenientes do Orçamento Geral da União - OGU, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS. O Ministério das Cidades é o gestor das aplicações dos recursos do FDS, com atribuição de definir as diretrizes, prioridades e instrumentos para implementação do Programa. A Caixa Econômica Federal é o agente operador e financeiro dos recursos do FDS, responsável por acompanhar as obras e controlar os financiamentos. A Secretaria Municipal de Habitação é o agente fomentador dos empreendimentos, responsável pela formulação e apresentação dos projetos a serem financiados, pela gestão das obras e serviços do empreendimento, conjuntamente com os beneficiários tomadores dos financiamentos, bem como, a articulação de parcerias com relação à doação de terreno, infraestrutura, licenciamentos, assistência técnica e apresentação de demanda. As empresas privadas do setor de construção civil são os agentes executores, responsáveis pela execução das obras e serviços, quando contratadas pelo agente fomentador. Os beneficiários que necessitam do atendimento habitacional e se enquadram aos critérios do programa são os agentes contratantes do financiamento e responsáveis pelo cumprimento das obrigações do mesmo.

Na implementação da Política Habitacional de Interesse Social no município de Goiânia, a Secretaria Municipal de Habitação é o agente fomentador, realizando suas atividades com observância aos princípios e diretrizes da Lei Orgânica e do Plano Diretor do Município de Goiânia, do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS, das deliberações do Conselho Municipal de Habitação, responsável pela formulação execução da Política Municipal de Habitação, pelo desenvolvimento e integração das ações do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e pela gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, priorizando e viabilizando a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável.

Segundo o Plano Municipal de Habitação, etapa 2: diagnóstico do setor habitacional no município, de julho de 2010, depreende-se que:

Em Goiânia, dado a necessidade de uma política continua voltada para a habitação e saneamento do município as ações foram pontuais e deram-se através da participação prioritária do governo com a implantação de grandes assentamentos e conjuntos habitacionais populares promovendo o adensamento das regiões periféricas limítrofes com os municípios do Aglomerado Urbano de Goiânia. (PMH; 2010, p. 78).

A questão habitacional é complexa e está relacionada a outras questões estruturais, tornando-se difícil uma política efetiva. Entretanto, o surgimento de novos recursos vem colaborando para o avanço na área habitacional no município de Goiânia, tendo sido realizado um trabalho constante na retirada de famílias ocupantes de áreas de preservação ambiental e áreas públicas destinadas ao sistema viário e à construção de equipamento sociais, bem como a urbanização de áreas degradadas, além da realização do atendimento habitacional a famílias que não possuem condições de comprar a casa própria, como por exemplo o Programa Minha Casa, Minha Vida que possui no sistema de cadastro da Secretaria Municipal de Habitação aproximadamente 90.000 inscritos e selecionou 1.808 famílias para serem atendidas na sua primeira etapa, com a entrega de apartamentos no Residencial Jardim do Cerrado VII, onde as famílias pagarão o financiamento com prestações mensais de 10% da renda bruta familiar durante 120 meses.

Levando em consideração a proposta do Programa Minha Casa, Minha Vida e a crescente demanda habitacional do município é necessário uma ampliação na disponibilidade de unidades habitacionais, com maiores investimentos, mais recurso voltados a esta área, buscar mais parcerias públicas e privadas no sentido de viabilizar a consolidação da política habitacional em Goiânia e assim a possibilidade de liquidação do déficit habitacional.

Os desafios e limitações são postos pelo contexto socioeconômico, envolvem a atuação de outras categorias profissionais, que se empenham no enfrentamento da questão social, pois o quantitativo da população que busca atendimento na política habitacional é sempre superior à disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes.

O trabalho social é realizado de várias formas e abrange grande parte da população goianiense, contemplando principalmente a parcela mais carente, formada

por moradores de áreas públicas e pessoas que moram de aluguel ou em imóveis cedidos. Apesar de estarem instituídos no âmbito da Constituição Federal de 1988, cabe independente de qualquer política social, que os direitos dos trabalhadores sejam assegurados, pois são previstos nesta Constituição, no sentido de melhorias às condições de vida da população. O conceito social de moradia compreende não somente o espaço físico de abrigo, mas as condições de habitabilidade que visam à melhoria da qualidade de vida das famílias usuárias, enfatizando aspectos como identidade e direito à cidadania.

2.2 Déficit Habitacional no município de Goiânia

A insuficiência de habitação no Brasil, para as camadas de menor poder aquisitivo e de elevado grau de vulnerabilidade socioespacial, deve ser vista com muita atenção, visto que, a habitação é um bem indispensável à promoção para vivência da dignidade. A moradia é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira (1988) expressa em seu artigo 6º como um direito social. Entende-se por déficit habitacional “a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de contratação de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento”. (SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 16).

Conforme Secretaria Nacional de Habitação (2009, p. 16).

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. Elas devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incrementos do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se, ainda nesta rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como “déficit por reposição de estoque” e “déficit por incremento de estoque”.

Contudo alguns avanços devem ser considerados como a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o Estatuto das Cidades que prevê modos de valorização da posse, mais ainda falta muito para o Brasil reduzir as taxas mínimas os índices do déficit habitacional, que são mais elevados nas áreas urbanas, especialmente nas regiões metropolitanas, e, Goiânia-Goiás está inserida neste

contexto.

O déficit habitacional é decorrente do aumento demográfico nos grandes centros e conseqüentemente das políticas de habitação realizadas ao longo dos últimos sessenta anos, fundamentadas, nos dizeres afirmativos (BONDUKI, 1997), no modelo “central desenvolvimentista” que foi implantado no Brasil no governo de Vargas (1930-45) e que ganha força no decorrer do Regime Militar (1964-85).

A questão do déficit habitacional, “é indicador que contribui para a formulação e avaliação da política habitacional, na medida em que orienta o gestor público na especificação das necessidades das moradias”. (FURTADO, NETO e KRAUSE, 2013, p. 02-03).

Desta forma, ao tentar resolver suas necessidades habitacionais, famílias de menor renda ocupam encosta de morros, áreas sujeitas a inundações, locais impróprios para estabelecer residência em geral. Por isso, acabam colocando suas integridades físicas em risco e causam danos ao meio ambiente. Estas famílias possuem estratégias de sobrevivência no espaço urbano que se materializam, segundo Cardoso (2010, p. 03).

Nos processos de favelização, encortiçamento e periferização, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e a precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa dos equipamentos e serviços urbanos, e por grandes dificuldades de acesso ao sistema de transporte, impedindo assim sua mobilidade plena no espaço da cidade.

A esse fato destacamos à expansão dos assentamentos precários, caracterizados pela inadequação das moradias, pela indisponibilidade de infraestrutura e serviços públicos além do recurso à ocupação irregular da terra, verificando-se uma grande incompatibilidade entre as normas urbanísticas e jurídicas e a realidade urbana, o que atesta a exclusão social. Ver figura 4, ocupação irregular na área de APP. Residencial Juscelino Kubitschek (JK I e JK II) iniciada no final de maio de 2012.



Figura 4 – Goiânia – Ocupação Residencial JK I e JK II
Fonte: Pesquisa, (2012)

A figura 4 atesta a ocupação de um loteamento clandestino e irregular localizado na região noroeste de Goiânia, denominado Residencial Juscelino Kubitschek (JK I e JK II), o processo de ocupação iniciou no mês de maio de 2005, sob a responsabilidade da Sociedade Habitacional Norte (SHN); os lotes foram comercializados a revelia, sem nenhum critério técnico, e até o momento não obteve a regularização fundiária da área; a comercialização dos lotes encontra-se paralisada, visto que, o responsável pelo loteamento ainda não cumpriu as exigências legais, para com o poder público.

A ocupação do Residencial (JK I e JK II) se processou em duas fases, sendo a primeira, por meio da compra do lote, do qual o adquirente recebia um título de posse precário; a segunda se deu por meio de uma invasão espontânea. No decorrer do tempo, a situação vem se agravando, em decorrência dos conflitos gerados entre os adquirentes e ocupantes. Devido a esses atritos, o Ministério Público de Goiás (MPG) vem intermediando todas as negociações entre as partes e o poder público.

Diante desse contexto, ressalta-se que “mais de 5 milhões de moradias precisam ser construídas em todo o país para acabar com o déficit habitacional”, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), usados pelo Ministério das Cidades. Observe tabela 1:

Tabela 1 – Déficit de domicílios permanentes (em números absolutos) (2010-2011)

| Região / Estado | Déficit |
|------------------------|-------------------------|
| Norte | Total: 557.092 |
| RO | 31.229 |
| AC | 19.584 |
| AM | 132.224 |
| AP | 14.295 |
| RR | 13.969 |
| PA | 286.110 |
| TO | 59.681 |
| Nordeste | Total: 1.956,380 |
| MA | 434.750 |
| PI | 124.047 |
| CE | 276.915 |
| RN | 105.605 |
| PB | 104.699 |
| PE | 266.360 |
| AL | 86.900 |
| SE | 66.492 |
| BA | 490.612 |
| Sudeste | Total: 2.052,956 |
| MG | 476.287 |
| ES | 85.344 |
| RJ | 428.959 |
| SP | 1.062,366 |
| Sul | Total: 586.394 |
| PR | 215.752 |
| SC | 141.425 |
| RS | 229.217 |
| Centro-Oeste | Total: 419.491 |
| MS | 77.206 |
| MT | 74.149 |
| GO | 163.115 |
| DF | 105.021 |
| Total Brasil | 5.572,313 |

Fonte: Ministério das Cidades

Observa-se que o Centro-Oeste aponta menor déficit de moradias, cifra de 414.491 unidades habitacionais, aponta também que necessitam construir 163.115 unidades habitacionais para suprir o déficit existente, na região Centro-Oeste.

No ranking das cidades mais populosas do país Goiânia aparece em 12º lugar, conforme aponta IBGE (2010-2011), ver dados apontados na tabela 2:

Tabela 2 – As maiores populações do país (2010-2011)

| Ordem | UF | Município | 2010 | UF | Município | 2011 |
|-------|----|-----------------------|-------------|----|-----------------------|-------------|
| 1º | SP | São Paulo | 11.253,503 | SP | São Paulo | 11.316,149 |
| 2º | RJ | Rio de Janeiro | 6.320,446 | RJ | Rio de Janeiro | 6.355,949 |
| 3º | BA | Salvador | 2.675,656 | BA | Salvador | 2.693,605 |
| 4º | DF | Brasília | 2.570,160 | DF | Brasília | 2.609,997 |
| 5º | CE | Fortaleza | 2.452,185 | CE | Fortaleza | 2.476,589 |
| 6º | MG | Belo Horizonte | 2.375,151 | MG | Belo Horizonte | 2.385,639 |
| 7º | AM | Manaus | 1.802,014 | AM | Manaus | 1.832,429 |
| 8º | PR | Curitiba | 1.751,907 | PR | Curitiba | 1.764,540 |
| 9º | PE | Recife | 1.537,704 | PE | Recife | 1.546,516 |
| 10º | RS | Porto Alegre | 1.409,351 | RS | Porto Alegre | 1.413,094 |
| 11º | PA | Belém | 1.393,399 | PA | Belém | 1.402,056 |
| 12º | GO | Goiânia | 1.302,001 | GO | Goiânia | 1.318,148 |
| 13º | SP | Guarulhos | 1.221,979 | SP | Guarulhos | 1.233,436 |
| 14º | SP | Campinas | 1.080,113 | SP | Campinas | 1.088,611 |
| 15º | MA | São Luis | 1.014,837 | MA | São Luis | 1.027,429 |
| | | Total | 40.160,406 | | Total | 40.464,181 |
| | | Total Brasil | 190.755,799 | | Total Brasil | 192.376,496 |
| | | % Total Brasil | 21,10% | | % Total Brasil | 21,00% |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas – DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS

Goiânia, assim como todas as grandes cidades se encontra diante de uma demanda significativa de construção de moradia, visto que, a questão habitacional constitui um dos desafios mais importantes a ser enfrentado no país.

Daí a necessidade que os governantes disponham de instrumental administrativo, técnico, institucional e político apropriado para atuarem de forma mais eficaz em relação ao déficit habitacional, sendo que o poder público tem responsabilidade em relação a escassez de projetos habitacionais para a população que necessita de um “teto” digno, conforme já foi destacado anteriormente.

As necessidades habitacionais, quantitativas, concentram-se cada vez mais nas áreas urbanas e nas faixas mais baixas de renda da população e estão localizadas principalmente, nas regiões metropolitanas [...] o déficit quantitativo tem se ampliado nas faixas de renda de até 2 salários mínimos, fenômeno que se verifica em todas as regiões do país. (Brasil, MCIDADES, 2004, p. 17).

Na década de 1960 a 1975, conforme dados da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN (2002, p. 267), marcou a consolidação de Goiânia como

desenvolvimento regional. Nesse período, registrou-se a construção de vários conjuntos habitacionais, financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), cujo objetivo atender à população de baixa renda, com os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-GO no município de Goiânia, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Conjuntos Habitacionais Construídos pela COHAB-GO no município de Goiânia (1965-1990)

| Conjunto | Nº de casas | Ano |
|---------------------|--------------------|------------|
| Vila Redenção | 1.421 | 1967 |
| Vila União | 1.174 | 1969 |
| Vila Alvorada I | 396 | 1969 |
| Vila Canaã | 580 | 1970 |
| Novo Horizonte I | 1.220 | 1974 |
| Novo Horizonte II | 1.090 | 1976 |
| Vila Alvorada II | 16 | 1977 |
| Itatiaia I | 750 | 1977 |
| Conjunto Anhanguera | 144 | 1978 |
| Riviera | 975 | 1979 |
| Vera Cruz I | 1.111 | 1981 |
| Itatiaia II | 338 | 1982 |
| Vera Cruz I – A | 216 | 1982 |
| Ateneu / Acalanto | 1.424 | 1983 |
| Vera Cruz (PROM) | 1.909 | 1984 |
| Vera Cruz V | 439 | 1988 |
| Vera Cruz VI | 500 | 1990 |
| Vera Cruz VII | 495 | 1990 |

Fonte: COHAB-GO

“Os conjuntos habitacionais de nível popular só começaram a ser edificados (em Goiânia) depois da criação do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em 1964”. (MORAES, 2006, p. 222).

Nesse período a seleção das famílias era feita pelo Palácio e distribuídas sem nenhum critério, tanto na capital como no interior, na perspectiva de cunho político segundo interesses de governos e não de política pública de direito. Visto que, não era de interesse do Estado, e nem ao capital, solucionar a problemática questão habitacional para a população de baixa renda, diante desse contexto estimula-se o início as invasões.

A provisão da política habitacional para a população de baixa renda no Estado e no município de Goiânia está a cargo de duas companhias habitacionais, uma de âmbito estadual, a Agência Goiana de Habitação (AGHAB) e a outra de âmbito metropolitano, ligado ao poder público municipal, Secretaria Municipal de Habitação

(SMHAB). Os conjuntos habitacionais foram se constituindo de forma isolados por intermédio da AGHAB ou SMHAB e cooperativas habitacionais. Diante da impossibilidade de comprar os imóveis oferecidos no mercado, a maioria da população parte para a autoconstrução.¹¹

Em 1983, sem nenhuma avaliação social qualitativa foi implementado o Programa Mutirão da Moradia, inspirado na tradição goiana de participação coletiva tradicionalmente desenvolvidos na zona rural. Visando diminuir o déficit habitacional com o mesmo intuito de enfrentar os déficit habitacional foram implementados alguns loteamentos na capital do Estado. (Conforme tabela 4).

Tabela 4 – Loteamentos aprovados em Goiânia

| Loteamento | Unidades | Aprovado | Implantado | Governador | Prefeito | Observações |
|---------------------|----------|-------------------|-------------|-------------------------|---|-------------------------------------|
| Vila Finsocial | 3.648 | Dec. 629/1985 | 1981 | Ari Valadão | Índio Artiaga Mário Roriz Goianésio Lucas | Aprovado 4 anos após implantação |
| Vila Mutirão I | 1.003 | Dec. 621/1985 | 1983 | Iris Rezenda Machado | Nion Albernaz | Aprovado 2 anos após implantação |
| Vila Mutirão II | 1.251 | Dec. 1079/1987 | 1983 | Onofre Quinan | Daniel Antonio | Aprovado 4 anos após implantação |
| Vila Mutirão III | 631 | Dec. 1079/1987 | 1983 | Onofre Quinan | Daniel Antonio | Aprovado 4 anos após implantação |
| Jardim Curitiba I | 1.347 | | 1987 | Henrique Santilo | Joaquim Roriz | Em processo de aprovação |
| Jardim Curitiba II | 791 | | 1987 | Henrique Santilo | Joaquim Roriz | Em processo de aprovação |
| Jardim Curitiba III | 732 | | 1988 | Henrique Santilo | Daniel Antonio | Em processo de aprovação |
| Jardim Curitiba IV | 1.255 | | 1989 a 1992 | Henrique Santilo | Nion Albernaz | Em processo de aprovação |

Fonte: Dados sistematizados por Moysés, Aristides, Goiânia Metrópole não planejada, Ed. da PUC, 2004.

Acrescenta-se que, para tentar solucionar o déficit habitacional no interior e em Goiânia a nível estadual, as famílias foram selecionadas via Cadastro Eletrônico, cuja inscrição se deu entre agosto de 2009 a março de 2010, destinadas as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos. Soma-se ainda, o Programa “Morada Nova” com regras específicas, expresso em “Cheque Moradia”, destinados

¹¹ O sistema de autoconstrução da moradia popular é um processo muito utilizado pelos moradores da cidade ilegal: nas áreas de posse, nos loteamentos clandestinos e assentamentos populares das periferias urbanas das cidades planejadas (...). As famílias, ao adquirir o direito de um pequeno terreno, seja por intermédio da compra, de doações ou invasão, imediatamente procuram construir sua moradia – uma pequena casa que lhes garanta sair do aluguel – e conseguir o título de propriedade, mesmo que este ainda não seja oficial. (MORAES, 2006, p. 213).

aos beneficiários de programas habitacionais realizados em parceria com a Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei Estadual (Lei nº 14.452/2003), de 30 de setembro de 2003. Conforme tabela 4, número de benefícios e número de investimentos de 2001 a 2010.

Tabela 5 – Programa Cheque Moradia (Construção e Reforma 2001-2010)

| Ano | Construção | Reforma | Total | Construção | Reforma | Total |
|------|------------|---------|--------|---------------|---------------|---------------|
| 2001 | 112 | 480 | 592 | 1.130,30 | 56.250,00 | 1.186.550,00 |
| 2002 | 17.872 | 7.675 | 25.547 | 21.768.600,00 | 9.952.550,00 | 31.694.150,00 |
| 2003 | 2,59 | 6.205 | 8,795 | 23.768.600,00 | 2.031.000,00 | 25.897.000,00 |
| 2004 | 11.605 | 6.209 | 17.814 | 19.711.150,00 | 11.717.750,00 | 31.863.500,00 |
| 2005 | 5.207 | 4.588 | 9.795 | 23.705.000,00 | 5.037.200,00 | 50.606.200,00 |
| 2006 | 8.896 | 4.966 | 13.861 | 44.425.500,00 | 5.105.500,00 | 68.567.000,00 |
| 2007 | 4.569 | 3.303 | 7.872 | 22.652.500,00 | 4.786.200,00 | 32.928.700,00 |
| 2008 | 1.243 | 363 | 1.606 | 5.720.000,00 | 496.500,00 | 10.148.500,00 |
| 2009 | 590 | 639 | 1.229 | 2.950.000,00 | 726.900,00 | 5.642.900,00 |
| 1010 | 892 | 1.752 | 2.644 | 13.582.000,00 | 6.387.000,00 | 21.431.000,00 |

Fonte: AGHAB, base de dados da Secretaria de Planejamento, 2010

Em relação ao município de Goiânia, no que se refere aos programas de habitação de interesse social, foi aprovada a Lei nº 8.534, de 31 de maio de 2007, que trata da doação de lotes às famílias de baixa renda. A referida lei determina que as famílias beneficiadas devem preencher os seguintes requisitos: Comprovem renda familiar de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos vigentes; comprovem residência fixa no município por 3 (três) anos; não possuam bens imóveis; estabelece ainda que a propriedade é intransferível pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos; não poderá ser vendido, cedido ou transferido; caso descumpram os critérios estabelecidos na referida Lei de Concessão do Benefício, sofrerá sanções e conseqüentemente a reintegração do imóvel para o município, que será repassado a família que está no aguardo, conforme critérios estabelecidos.

A legislação em vigor determina ainda a obrigatoriedade da destinação de áreas propícias à política municipal de habitação de interesse social, que os novos loteamentos aprovados destinarão ao município cotas no mínimo, de 15% e no máximo, 25% do total de lotes a serem urbanizados, determina também que estão isentos de cotas os loteamentos por associação e cooperativas habitacionais sem fins lucrativos dentre outros.

As áreas destinadas à implantação de projetos habitacionais de interesse social obtidas através da aplicação da legislação somam para o município cerca de 7497 habitações geradas pela cessão de lotes, prevista na nova lei. Esta oferta de lotes propiciou a rápida implantação de loteamentos de interesse social através da utilização dos recursos federais via Caixa Econômica Federal garantindo a relocação de famílias que estavam residindo em áreas de risco como é o caso da Vila Monticelle, Vila Emílio Póvoa e Jardim das Aroeiras, entre outras áreas de risco. (Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente-ARCA, 2010, p. 27-28).

Tabela 6 – Empreendimentos edificados e entregues pela Prefeitura de Goiânia (1994 a 2011)

| Empreendimentos | Número de unidades habitacionais ou lotes | Ano |
|---------------------------------------|--|------------|
| Residencial Goiânia Viva | 1.464 (U.H) algumas geminadas | 1994 |
| Residencial Goiânia Viva | 33 lotes | 1994 |
| Residencial Parque Botafogo III | 80 (U.H) modalidade verticalizada | 1997 |
| Residencial Parque Botafogo IV | 112 (U.H) modalidade verticalizada | 1997 |
| Residencial Parque das Flores | 80 (U.H) modalidade verticalizada | 1997 |
| Residencial América Latina | 160 (U.H) modalidade verticalizada | 1997 |
| Recanto do Bosque | 98 (U.H) | 2002 |
| Eldorado Oeste Extensão | 100 (U.H) | 2002 |
| Residencial Senador Albino Boaventura | 202 (U.H) algumas germinadas | 2004 |
| Residencial Senador Albino Boaventura | 36 lotes | 2004 |
| Residencial Lotus | 34 (U.H) | 2005 |
| Residencial Itamaracá | 113 (U.H) | 2009 |
| Residencial Santa Fé | 481 (U.H) | 2009 |
| Residencial São Geraldo | 74 (U.H) | 2009 |
| Residencial Buena Vista I | 790 (U.H) | 2009 |
| Residencial Buena Vista II | 188 (U.H) | 2009 |
| Residencial Buena Vista IV | 418 (U.H) | 2009 |
| Residencial Jardins do Cerrado I | 475 (U.H) | 2010 |
| Residencial Jardins do Cerrado II | 392 (U.H) | 2010 |
| Residencial Jardins do Cerrado III | 448 (U.H) | 2010 |
| Residencial Jardins do Cerrado IV | 784 (U.H) | 2010 |
| Residencial Mundo Novo III | 239 (U.H) | 2010 |
| Residencial Orlando de Moraes | 479 (U.H) | 2010 |
| Residencial Jardins do Cerrado III | 1808 (U.H) modalidade casa sobreposta | 2011 |
| Residencial Iris Ville I | 234 (U.H) | 2011 |
| Residencial Iris Ville II | 157 (U.H) | 2011 |
| Residencial Bertim Belchior | 553 (U.H) | 2011 |

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB) e Associação para Recuperação e Conservação do Meio Ambiente - Arca. - Elaboração: SEPLAN e Arca

Acrescenta-se que a maior parte dos empreendimentos entregues pelo poder municipal de Goiânia foi realizada após a criação da Secretaria Municipal de Habitação – SMHAB, cujas fontes financeiras foram, provenientes do Orçamento Geral do Município – OGM; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

Orçamento Geral da União – OGU e Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID, sendo que os critérios para utilização dos recursos são rigorosamente normatizados e fiscalizados pela Caixa Econômica Federal, Controladoria Geral da União e órgãos competentes das respectivas esferas de governo, acompanhando todas as etapas das obras físicas e do trabalho técnico social. (OLIVEIRA, 2009, p. 06).

Em março de 2009, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, lançado pelo Governo Federal, cuja meta é realizar a construção de um milhão de moradias, 14% do déficit habitacional. O PMCMV tem como gestor operacional a Caixa Econômica Federal.

A abrangência deste segmento do PMCMV dá-se entre as capitais estaduais e regiões metropolitanas, municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

Para a aquisição nesta modalidade de financiamento, o proponente não pode ter sido beneficiado por nenhum subsídio direto ou indireto com recursos da União. O PMCMV deu à habitação no país um papel de destaque na pauta política nacional.

2.3 A segregação da população de baixa renda no município de Goiânia

A segregação impõe a população um estilo de vida que se contrapõe aos seus anseios e perspectivas, ou seja, as famílias têm reduzidas suas possibilidades de uma vida digna, ancoradas no sagrado direito de propriedade.

O direito à moradia é um direito humano protegido pela Constituição Brasileira e pelos instrumentos internacionais. Os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, dentro dos quais está o direito à moradia adequada, representam demandas das pessoas ao Estado e são reconhecidos pela legislação nacional. (MORAES, 2008, p. 13).

Conforme já destacado anteriormente, esse quadro de desigualdade socioespacial, impossibilita cada vez mais a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, que garanta com equidade o acesso a cidade e o pleno exercício da cidadania a todas as pessoas que nela habita.

A segregação urbana, na concepção de vários especialistas, estudiosos no assunto, como Chaves (1985); Oliveira (2002); Moysés (2004) e Moraes (2006), é

entendido como uma política de Estado para atender às classes da população. A política de segregação socioespacial é contraditória e se opõe à política do planejamento urbano. A forma como o Estado elabora, fomenta e implementa a política urbana, faz desta um instrumento que acentua as contradições sociais ao impor o uso do espaço urbano de forma segregativa, ao determinar quais serão as zonas de produção e reprodução da força de trabalho, aprofundando o caráter excludente do modelo de desenvolvimento econômico. A segregação, segundo alguns autores, é própria das relações capitalistas que promove o acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca da riqueza social, como também a bens e serviços coletivos.

Segundo Villaça (2001), “uma das características mais marcantes das metrópoles é a segregação espacial das classes sociais em áreas distantes da cidade. Basta uma volta pela cidade e nem precisa ser uma metrópole para constatar a diferenciação entre os bairros”. A exemplo disso é relevante observar a mudança da paisagem urbana, visto que a jovem metrópole (Goiânia), vive em constante canteiro de obras.

O autor ressalta que “tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos”, etc. “A segregação vem a ser um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros de metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

Neste contexto, a constatação é de que os espaços segregados nas cidades em geral foram formados a partir da própria ação do Estado, cuja intenção é preservar os interesses capitalistas, promovendo deliberadamente a exclusão social.

O ambiente construído é dependente da sociedade que constrói e ocupa e diz também que é impossível esperar uma sociedade desigual e arbitrária, com relação de privilégios, como a nossa, produz cidades que não tivessem cidadania restrita, segregada. Pois sua uma mente ideológica lhe diz: aquele que tem patrimônio tem mais direitos do que aquele que não tem. (MARICATO, 2001).

Em algumas partes da cidade são notórias as relações de privilégios, visto que, a prestação de serviços públicos é executada de forma diferenciada conforme a estratificação social, como: tratamento de esgoto, iluminação pública, rede de água,

pavimentação, escolas, CMEIs e transporte coletivo. Enquanto que em alguns lugares, a população convive e sofre com o descaso, sem asfalto, coleta de lixo ineficiente, a falta de esgotamento, a falta de transporte, descasos que dificultam a acessibilidade, a ida e volta do trabalho, limitando assim a mobilidade da população, em outras regiões a prestação de serviços se faz de maneira eficiente.

De acordo com Moraes (2006, p. 15): a estruturação do espaço urbano proporciona a formação de duas cidades distintas: a cidade do plano original e suas adjacências onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica que serve de abrigo para as classes populares.

Segundo Moraes (2006), as duas cidades são criações do Estado que, nesse processo, institucionaliza a segregação urbana.¹²

Nos dizeres de Netto (2001, p. 26), “o Estado no sistema capitalista tem como função principal a garantia dos interesses do capital”. Esse fato pode ser observado na região Centro-Oeste como também em outras regiões do país, Netto destaca que o Estado capitalista torna-se um verdadeiro representante da burguesia, que dele se apropria como um instrumento necessário à acumulação e expansão de transações comerciais extremamente lucrativos.

Outro fator relevante a ser considerado é a questão da autosegregação, a homogeneização do jeito de viver de grande parte das classes de poder aquisitivo elevado, como pode ser observado a exemplo os condomínios fechados, denominado por vários especialistas de “enclaves fortificados”¹³ que são por vezes estrategicamente planejados para resistência à violência urbana, contudo, não estão livres das especulações imobiliárias, por interesse da valorização de mercado, unindo o útil ao agradável, ou melhor, estabelecer pela escala de consumo, conforme os desejos e anseios das camadas mais abastadas da população.

Nesse contexto, divide-se o propósito de espaço urbano, o elo e o modo de conceber a cidadania. “Essa segregação gera um aprofundamento dos conflitos entre

¹² Para Moraes (2006), a segregação urbana pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência de cidadania, mesmo não sendo um fenômeno possível de mensuração.

¹³ Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vem atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os “marginais” e os sem teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamentos para a estrutura das cidades modernas. (CALDEIRAS, 1997, p. 155).

as classes sociais, pois a falta de convivência gera a intolerância, o não desenvolvimento da cidadania, o medo e mais violência”. (BARBOSA, 2012, p. 3).

Ressalta-se que este modelo contemporâneo de urbanismo, de condomínios fechados, é proveniente do modelo norte-americano que tem por objetivo valorizar a privatização dos espaços públicos.

A segregação social na cidade de Goiânia ocorre de forma bem visível como, por exemplo, alguns setores que hoje se tornaram nobre e elitizado como o Jardim América e Jardim Goiás que, até pouco tempo, eram habitados pela população de baixa renda e as de risco social, que, foram retirados dos centros da cidade. Em Goiânia esse processo de socialização do espaço urbano ocorreu de forma excludente que tem provocado efeitos perversos e altamente predatórios.

Pode-se observar essa desigualdade na figura 5, evidenciado no Jardim Goiás, que retrata bem este contraste.



Figura 5 – Contraste visualizado no Jardim Goiás

Fonte: Pesquisa, (2012)

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL RESIDENCIAL SENADOR ALBINO BOAVENTURA, GOIÂNIA-GOIÁS

3.1 Caracterização do Residencial Senador Albino Boaventura

Conforme Decreto-lei municipal nº 2725, de 25 de abril de 2013 (processos nºs 2.640.128-3/2005 e 2.498.746-9/2004), sancionados pelo então prefeito de Goiânia, na época, Iris Rezende Machado, aprova o projeto e regularização fundiária no parcelamento denominado “Residencial Senador Albino Boaventura”.

Assim, esse parcelamento, a exemplo de outros em Goiânia nasceu em meio às contradições do sistema capitalista, fazendo parte de um conjunto de parcelamento do solo urbano dessa capital.

O Residencial Senador Albino Boaventura, localizado na Região Noroeste de Goiânia, acerca de 12 (doze) quilômetros do centro de Goiânia, situa-se entre o Ribeirão Caveirinha, e Cidade Empresarial, os limites geográficos do setor define-se: Norte: margem direita do Ribeirão Caveirinha, que faz divisa com o Setor Finsocial; ao Sul: Cidade Empresarial; Oeste-Leste: limita-se pelo Setor Noroeste e a área não parcelada da Fazenda Caveiras.



Figura 6 – Localização do residencial
Fonte: Pesquisa, (2012)

O acesso ao Residencial Senador Albino Boaventura se dá através da Avenida Perimetral Norte e de uma rua secundária. A distância é de aproximadamente 1km.



Figura 7 – Visualização do Residencial Senador Albino Boaventura
Fonte: Pesquisa, (2012)

O Residencial é formado por 202 (duzentas e duas) unidades habitacionais, sendo 144 (cento e quarenta e quatro) unidades singulares, com 02 (dois) quartos, 58 (cinquenta e oito) unidades habitacionais geminadas com 01 (um) quarto e 38 (trinta e oito) lotes restantes que fazem parte do setor. Estes lotes estão sendo destinados às famílias que têm condições financeiras para arcar com a autoconstrução.

Próximo ao setor existe indústrias de embalagens plásticas, sete transportadoras, uma construtora, uma distribuidora, um galpão de guarda de

equipamentos e uma indústria de alimentos. Também a 1.500m o Makro Supermercado e a Faculdade Alfa.

Embora o Residencial Senador Albino Boaventura esteja situado às margens do Córrego Caveirinha, ainda não existe nenhum projeto de intervenção implantado para o local, o parque ecológico mais próximo é o Parque Fonte Nova, cuja distância é de aproximadamente 1.800m do residencial.

Em relação ao comércio o residencial dispõe de apenas três pequenas mercearias, que não atendem as necessidades da população, levando os moradores a procurarem a rede de comércio dos setores vizinhos, o mais próximo fica aproximadamente 3.200m, o Setor Finsocial.

No que tange ao saneamento, o sistema de abastecimento de água tratada é fornecido pela SANEAGO. Em relação ao esgotamento sanitário é feito através de fossas sépticas e sumidouros. Quanto à coleta de lixo é realizada três vezes por semana pela COMURG.

O residencial conta com a rede de energia elétrica fornecida pela CELG, as ruas dispõem dos serviços de iluminação. Todas as ruas do residencial são pavimentadas, porém, não possuem arborização suficiente e não existem praças no local.

Quanto ao acesso a rede pública de saúde, os moradores buscam atendimento no CAIS do Jardim Nova Esperança, que fica a uma distância de aproximadamente 3.200m.

A comunidade tem acesso ao serviço público de educação na Escola Municipal Jardim Nova Esperança, cuja distância é de 4.500m.

O atendimento de educação infantil é realizado no CMEI – Cantinho Feliz e na Escola Municipal Joel Marcelino de Oliveira e na Escola Estadual Ary Ribeiro, ambos situados no Setor Finsocial.

O acesso ao transporte coletivo é difícil pois o ponto de ônibus mais próximo fica por volta de 1.100m de distância do Residencial. Quanto a rede de segurança pública, segundo os moradores, o problema é ainda maior pois a delegacia mais próxima fica a uma distância de aproximadamente 2.300m.

Para acessar estes equipamentos de serviços públicos no Setor Finsocial, as famílias utilizam o acesso pela Avenida Perimetral Norte, passando pelo Jardim Nova Esperança que fica mais distante ou por uma pequena passarela onde transitam motos, bicicletas e pedestres. Essa via de acesso diminui o percurso cerca de

aproximadamente 1.100m para chegar aos serviços públicos acima citados.

As unidades habitacionais do Residencial Senador Albino Boaventura foram construídas, no total de 202 (duzentas e duas) unidades habitacionais com recursos do Orçamento Geral da União e do Tesouro Municipal, e inauguradas no dia 21 de dezembro de 2007. Tais unidades abrigam 808 (oitocentos e oito) pessoas retiradas de áreas de risco e de preservação ambiental, localizados na Vila Papel, Emílio Póvoa, Coronel Cosme, Chácara do Governador.

3.1.1 Caracterização das áreas de origem

Registros históricos mostram que o planejamento urbano de Goiânia foi considerado revolucionário e ousado para a urbanização do país, sendo a primeira cidade-capital planejada no século XX. Devido a esse fato, torna-se referência e ganha notoriedade nacional. A partir da década de 1970, registrou-se o início do processo de ocupação da posse urbana, quando muitos migrantes chegaram a Goiânia atraídos pelo emprego, em busca de uma vida melhor.

Consta nos estudos referentes à construção de Goiânia que na região leste da capital foram estabelecidas as primeiras ocupações e, desde o início, abrigavam os trabalhadores de baixa renda que trabalhavam na construção civil e na indústria.

Porém, os processos modernos da nova capital, contraditoriamente, não contemplavam um espaço planejado para a moradia dos trabalhadores formais que estavam inseridos no contexto da construção da nova capital. Entretanto, os trabalhadores e os operários informais improvisavam suas moradias de forma precária e insalubre, formando, assim, um novo núcleo urbano totalmente às avessas do traçado urbanístico criteriosamente arquitetado, surgindo um novo núcleo urbano. Assim, o formato dos novos núcleos urbanos revela um contexto diferenciado de como as classes sociais foram tratadas.

Neste contexto, vão crescendo as cidades, bem como as contradições. Os espaços vão se configurando conforme a lógica capitalista, pois não é novidade que esse sistema impõe mudanças nas relações sociais, como o agravamento das desigualdades sociais em que os trabalhadores são colocados em situações de vulnerabilidade e risco social.

No início do século XX, a pobreza é vista como incapacidade pessoal e objeto de benevolência e da filantropia. Aos poucos, com o desenvolvimento da

urbanização e com a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações que se expandem a partir dos anos de 1930, nos espaços das cidades, a “questão social” passa a ser o fator impulsionador de medidas estatais de proteção ao trabalhador e sua família. Nesse sentido, a questão social é expressão do processo de “formação de desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. (IAMAMOTO, 1995, p. 77).

Para Faleiros, “[...] o Estado não se encontra fora ou acima da sociedade, mas é atravessado pelas forças e lutas sociais que condicionam a articulação das exigências econômicas e dos processos em cada conjuntura”. (FALEIROS, 1991, p. 57).

Partindo dessa lógica, o autor define o Estado como uma “relação social”. É um campo de confronto de interesses onde se apresentam frações da burguesia e o grupo no poder em uma relação de divergências e convergências com os anseios das classes e os conflitos de classes, de estabelecer uma certa coesão social. Pela denominação, o Estado impõe a repressão, a força o menu militari, destrói as oposições e resolve os conflitos. Esta natureza contraditória do Estado, somente pode ser compreendida de maneira histórica e concreta, de acordo com sua força ou fraqueza, em face à força à fraqueza das forças da sociedade civil. A ação do Estado se situa, então, em relação à correlação das forças sociais. (FALEIROS, 1980, p. 47).

Segundo Moysés, o movimento de urbanização que vai de 1951 a 1979 pode ser caracterizado “do sonho ao pesadelo” e subdivide-se em:

[...] dois momentos: até o final dos anos 1950, quando os gestores da cidade abandonam o seu plano original e o poder público perdeu o controle sobre o parcelamento do solo, ficando o desenho urbano por conta da iniciativa privada: dos anos 1960 até o final de 1970, quando se consolidou definitivamente esse processo de “urbanização”, instaurado no descontrolado sobre o processo de ocupação do período anterior, apesar das tentativas de se promover o crescimento planejado da cidade. (MOYSÉS, 2004, p. 22).

Goiânia, cidade planejada e marcada pela segregação urbana, não fugiu dessa conjuntura, apresentando um quadro de desigualdades sociais em face do crescimento desordenado de seu espaço.

Neste sentido, a população trabalhadora aproxima-se das cidades em ambientes construídos com moradias precárias, o que evidencia a questão social da habitação, porém, parte-se da premissa de que há necessidade de habitações em

espaços dotados de infraestrutura, bens e serviços, pois os trabalhadores vão ocupando os espaços periféricos das cidades em condições de subnormalidade em áreas privadas ou públicas, áreas de preservação permanente – APP, áreas de risco dentre outros. São famílias de baixa renda e/ou abaixo da linha da pobreza, que vivem sob a benevolência de um sistema capitalista de produção, divisão na organização social do capital e do trabalho.

Assim, ao avaliar o ambiente construído, objeto de intervenção, o Residencial Senador Albino Boaventura, contemplou 202 (duzentas e duas) famílias retiradas de várias áreas de risco e de preservação ambiental, sendo a maioria localizada em ocupação irregular denominada: Emílio Póvoa, Coronel Cosme, Vila Papel e Chácara do Governador. Estas famílias são marcadas pelo local de origem, ora referência para este estudo.

3.1.1.1 Caracterização da área de origem Emílio Póvoa

O aglomerado populacional denominado Emílio Póvoa é uma ocupação bastante antiga, que consta, segundo relatos de alguns moradores, com mais de 03 (três) décadas sendo basicamente residencial. A figura abaixo retrata o início da ocupação que evidencia um número inexpressível de edificações.



Figura 8 – Início da ocupação Emílio Póvoa
 Fonte: Pesquisa, (2012)

A área delimita entre a Avenida Desembargador Emílio Póvoa, Viela Emílio Póvoa e Rua Coronel Vicente Sanche Almeida, (Vila Megale) e margem direita do Córrego Botafogo (Marginal Botafogo).

A imagem abaixo, fornecida pelo SIGGO (Sistema de Informação Geográfica – Prefeitura de Goiânia), indicam a delimitação da área “Emílio Póvoa”.

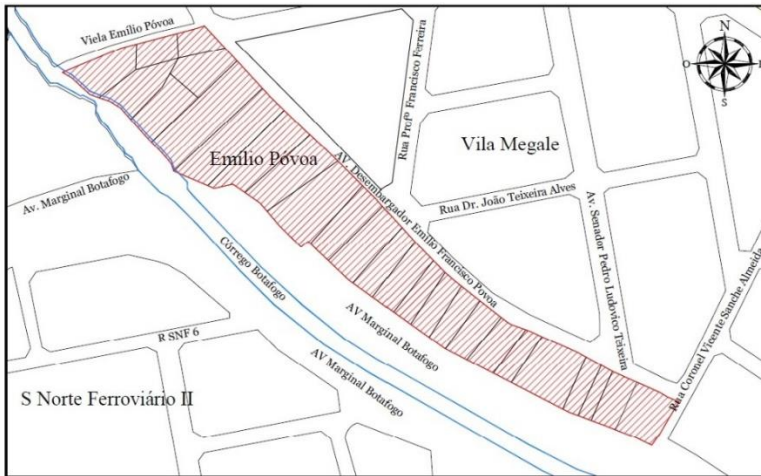


Figura 9 – Delimitação da área Emílio Póvoa

Fonte: Pesquisa, (2012)

O terreno edificado é extremamente irregular. A declividade é bastante acentuada, e, está sujeita a diversos fenômenos, principalmente de origem natural, em especial os provocados por chuvas que colocam em risco as famílias ali residentes, além dos danos materiais e ambientais. Houve uma descaracterização das condições naturais do local devido a retirada da vegetação nativa. As espécies de vegetação que foram inseridas no local são inadequadas para a região. As figuras que se seguem demonstram a descaracterização da vegetação nativa e o plantio inadequado para a contenção das encostas.



Figura 10 – Vegetação inadequada (mandioca)

Fonte: Pesquisa, (2012)



Figura 11 – Vegetação inadequada (bananeira)

Fonte: Pesquisa, (2012)

Verificou-se ainda, conforme evidenciado na figura abaixo, o lançamento *in natura* de esgoto doméstico. Esse procedimento gera a umidade excessiva do solo, podendo levar ao deslizamento, bem como, a contaminação do lençol freático, que poderá causar problemas de saúde às famílias que ali residem.



Figura 12 – Lançamento de esgoto a céu aberto

Fonte: Pesquisa, (2012)



Figura 13 – Lançamento de esgoto doméstico
Fonte: Pesquisa, (2012)



Figura 14 – Solo encharcado de esgoto *in natura*
Fonte: Pesquisa, (2012)

A falta de planejamento deste espaço, como muitos nesta capital, resulta em casas amontoadas, becos e encostas íngremes e moradias em perigo, sujeitas a desabamentos, visto que, no período chuvoso a área recebe enxurradas dos seguintes setores: Setor Criméia Leste, Vila Fróes, Vila Monticelli e Vila Megale. A

inclinação do terreno, favorece o escoamento, contribui para intensificar a velocidade das enxurradas, causando danos, prejuízos e riscos para a população. Além da falta de infraestrutura, os moradores não contam com espaço para lazer, sendo que há carências de espaços públicos e equipamentos sociais, o que leva a população a buscar esse atendimento em outros setores. A próxima figura demonstra as condições precárias de moradia destas famílias.



Figura 15 – Moradia precária

Fonte: Pesquisa, (2012)

A área conta com serviços essenciais de abastecimento de água encanada e tratada, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação asfáltica, coleta de lixo, um Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI, cuja meta é de 93 (noventa e três) crianças em período integral, uma escola municipal com meta de 490 (quatrocentos e noventa) alunos distribuídos nos três turnos. Para as demais fases do ensino formal, as famílias buscam atendimento nos setores vizinhos. O mesmo acontece com o atendimento a rede de saúde pública, transporte coletivo e segurança.

Na área vem ocorrendo intervenções desde o início do ano de 2009, em que foram transferidas 46 (quarenta e seis) famílias para o empreendimento Residencial Senador Albino Boaventura, uma vez que as antigas moradias foram avaliadas pela Defesa Civil como de alto grau de risco.

Atualmente, na ocupação residem 72 (setenta e duas) famílias que resistem a deixar o local, pois alegam que pretendem receber do poder público a regularização da área (Regularização fundiária) e desejam receber a escritura,

demonstrando assim um forte apego pelo local. Atitude bastante comum por permanecerem há muito tempo na área.

3.1.1.2 Caracterização da área de origem Vila Coronel Cosme

A Vila Coronel Cosme está localizada na Região Leste de Goiânia, limita-se às margens do Rio Meia Ponte e com a Ferrovia Central Atlântica, entre outros bairros urbanizados como: Vila Nova, Bairro Feliz, Vila Viana, Vila Monticelli dentre outros.

O processo de ocupação, segundo relatos de alguns moradores teve início na década de 1970, de forma lenta e espontânea, com 15 (quinze) famílias oriundas de trabalhadores da Indústria Macife Metalúrgica, em face da dificuldade de arcar com o aluguel.

O acesso à vila se dá por meio da Rua Coronel Cosme, que liga o setor à Avenida Independência, considerada uma das principais vias de acesso à Região Central da cidade.

A Vila Coronel Cosme apresenta um terreno bastante irregular com declividade muito acentuada que vai na direção do Rio Meia Ponte, sendo Área de Preservação Permanente (APP), e, área de risco de alagamento e degradação ambiental. Figura 16.



Figura 16 – Vila Coronel Cosme – ocupação irregular e moradias precárias
Fonte: Pesquisa, (2012)



Figura 17 – Vila Coronel Cosme – ocupação irregular e moradias precárias
Fonte: Pesquisa, (2012)

São moradias sujeitas a inundações e/ou a deslizamentos, agravados pela descaracterização da vegetação nativa da área.

A Vila Coronel Cosme não conta com atendimento de serviços públicos de saúde, educação, transporte coletivo, dentre outros. Os moradores buscam atendimentos nos bairros adjacentes como: Bairro Feliz, Setor Negrão de Lima, Vila Nova, Vila Moraes e outros setores próximos.

No ano de 2009 foram transferidas 52 (cinquenta e duas) famílias da Vila Coronel Cosme para o Residencial Senador Albino Boaventura, pois as moradias foram avaliadas pela Defesa Civil como sendo de alto grau de risco físico. A Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB) foi a executora da intervenção. Ainda permanecem na Área de Preservação Permanente (APP) algumas famílias que entraram com medidas judiciais contra o poder público, pois os mesmos reivindicam o direito de permanecerem na área sob a alegação de estarem próximos aos serviços públicos citados e do local de trabalho. Justificam ainda, os gastos financeiros com a edificação das residências. Por esses motivos, preferem aguardar a decisão judicial.

3.1.1.3 Caracterização da área de origem Vila Papel e/ou Vila dos Trilhos

A Vila Papel denominada também de Vila dos Trilhos, era uma das áreas de posses urbanas mais centralizadas da cidade de Goiânia, localizava-se no Bairro Nova Vila e era fixada no pátio do estacionamento do Parque Agropecuário, entre bairros planejados e estruturados e bem servidos de equipamentos sociais, como: Bairro Feliz, Vila Nova, Setor Universitário, Setor Aeroporto, Setor Santa Geneveva, dentre outros. O acesso principal à vila dava-se através da Quinta Avenida e da Avenida Independência, Figura 18:



Figura 18 – Indica a localização da área “Vila Papel”

Fonte: Pesquisa, (2012)

A grande maioria das famílias que ali fixaram suas moradias são oriundas de outros Estados. A vila foi surgindo com a chegada da população em busca de um lugar para morar com sua família, sendo em muitos casos para fugir do aluguel. As moradias eram inadequadas, construídas em madeirite, cobertas por lona e outros materiais, bem como não ofereciam nenhum conforto, muito menos segurança e privacidade aos moradores.



Figura 19 – Demonstra a precariedade dos barracos

Fonte: Pesquisa, (2012)

O local é centralizado, porém, inadequado para fixar moradia. Consta em relatos dos próprios moradores que essa ocupação iniciou-se na década de 90 e resistiram no local por vários anos. Ainda, que os mesmos eram submetidos a tratamento desumano e vexatório, desvinculados de qualquer perspectiva de direito.

O ambiente era totalmente insalubre, não dispunham de rede de água, energia elétrica e esgoto. A água usada era proveniente de um posto de combustível, disponibilizado pelo proprietário do mesmo, a energia elétrica usada era de forma clandestina (gato), o esgoto a céu aberto, o lixo produzido pelas famílias era depositado em um contêiner que ficava na entrada da ocupação. Era comum ver crianças brincando tanto no lixo como no esgoto.



Figura 20 – Esgoto a céu aberto
Fonte: Pesquisa, (2012)

A figura mostra como era insalubre o ambiente com crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de risco a saúde.

A Vila Papel/Trilhos, ocupação irregular, sofreu intervenção do poder público, no início do ano de 2009, uma vez que houve a transferência total dos moradores do local, 70 (setenta) famílias, para o Residencial Senador Albino Boaventura, sob a responsabilidade da SMHAB. Com a desocupação, a área será destinada a continuação da Avenida Leste-Oeste.

3.1.1.4 Caracterização da área de origem da Chácara do Governador

A Chácara do Governador está localizada na região sudeste de Goiânia, limita-se com bairros urbanizados como: Parque Santa Cruz, Bairro Alto da Glória, Conjunto Fabiana, Jardins Atenas, Jardim Mariliza, Jardim Paris, Parque Atheneu, Parque Flamboyant, Campus II, dentre outros.

As narrativas referentes a origem do processo de ocupação da Chácara do Governador remetem-se ao final dos anos 1970. A ocupação desse espaço ocorreu com a iniciativa de um grupo de famílias oriundas de cidades goianas como também

de outros Estados. Essas famílias, pressionadas pelos altos aluguéis e pelas precárias condições socioeconômicas, fatos, que impulsionaram esse grupo de famílias sem “teto” a se organizarem em busca de alternativa para saírem do aluguel, ações incorporadas como estratégias para resolver a questão da moradia e de sobrevivência.

A Chácara do Governador, portanto, é uma área de Preservação Permanente (APP), caracteriza-se por uma área de mata fechada.

Assim, a circulação dos moradores era realizada através de “trieiros” estreitos. Esses fatores, entre outros, impediam o trânsito de carros, permitia apenas a passagem de pedestres.

A figura 21, visualização da área ocupada, sendo mata fechada, uma Área de Preservação Permanente - APP.



Figura 21 – Visualização da área – Mata Fechada

Fonte: Pesquisa, 2009

As moradias improvisadas dos moradores na ocupação irregular não proporcionavam segurança às pessoas, em razão do mau uso do solo e das precárias condições habitacionais. O local não era favorável à saúde, bem estar e segurança.

Esta ocupação causou danos ao meio ambiente. Porém, nessa área houve a transferência total das famílias.

As 38 (trinta e oito) famílias moradoras foram transferidos para o Residencial Senador Albino Boaventura, por intervenção da Secretaria Municipal de Habitação e parceiros. Logo após a desocupação a Área de Preservação Permanente

foi revitalizada por órgãos municipais responsáveis.

As figuras 22 e 23, demonstram a área revitalizada pós-desocupação.



Figura 22 - Visualização da área revitalizada pós-desocupação

Fonte: Pesquisa, (2012)



Figura 23 - Área revitalizada pós-desocupação

Fonte: Pesquisa, (2012)

3.2 O Residencial Senador Albino Boaventura e a inserção produtiva de famílias transferidas de assentamentos precários

Os moradores do Residencial Senador Albino Boaventura responderam aos questionários para esta dissertação, que procurou levantar algumas características do ambiente construído, assim como o conhecimento da comunidade acerca da existência de serviços públicos próximos do Residencial, se utilizam seus

serviços, se o acesso é fácil ou difícil e a satisfação em relação aos bens e serviços. Nesse contexto, foram realizadas visitas *in loco* e observações de campo que ofereceu subsídios para as análises das questões levantadas.

Na aplicação do questionário buscou-se, a participação livre dos moradores no Residencial Senador Albino Boaventura, sem a ocorrência de prejuízo de qualquer natureza. A pesquisa foi de natureza qualitativa e descritiva, e procurou levantar junto às famílias o grau de satisfação em relação ao ambiente construído na pós-ocupação do Residencial Senador Albino Boaventura.

A aplicação dos questionários seguiu os critérios de amostragem aleatória sistemática, “também é conhecida por amostragem casual, [...], acidental etc. Consiste basicamente em atribuir a cada elemento do universo um número único para, depois, selecionar alguns desses elementos de maneira casual”. (GIL, 2002, p. 121). A metodologia utilizada foi a alternância de entrevistas realizadas de 10 em 10 residências com moradores (chefe de família) dispostos a colaborar em contribuir na pesquisa. Desta maneira, os questionários foram aplicados em 20 (vinte) moradias, correspondendo a uma amostragem 10% num universo de 202 residências, que abrigam 808 (oitocentos e oito) pessoas entre idosos, adultos, adolescentes e crianças.

Foram realizadas também entrevistas qualitativas com o intuito de avaliar o grau de satisfação das famílias moradoras do Conjunto Habitacional Residencial Senador Albino Boaventura.

3.2.1 Perfil das famílias

A partir de um quadro de variáveis, que vem orientando a pesquisa de campo acerca das famílias que foram transferidas para o Residencial Senador Albino Boaventura e particularmente das reflexões relacionadas às respostas aos questionários feitos com as pessoas que compõem, pode-se levantar um diagnóstico sobre as famílias envolvidas: sua composição, perfil de renda e de trabalho, escolaridade, situação de saúde, vocação produtiva e outros.

Em relação à composição familiar, pode-se perceber que a maioria das famílias é composta por cinco ou mais pessoas. Houve uma variável em algumas residências em que o grupo familiar era composto por mais adultos e em outros por um número bem pequeno de idosos. Na maioria dessas famílias, a mulher é a

responsável pelo sustento dos filhos e manutenção da casa, trabalham fora e ainda cuidam dos afazeres domésticos. Algumas famílias entrevistadas têm o homem à frente das obrigações e responsabilidades de manutenção das mesmas.

A pesquisa revela que 80% (oitenta por cento) dos entrevistados trabalham como autônomo e têm uma renda familiar baixa e, 20% (vinte por cento) que trabalham com carteira assinada, recebem um salário mínimo, destacando-se alguns casos em que a renda familiar soma-se um salário mínimo e meio e, pouquíssimos declararam receberem renda de até dois salários mínimos/mês.

Percebe-se uma certa cautela por parte dos entrevistados em revelar a renda familiar por receio de serem cobrados pelo benefício da moradia.

Refletindo acerca da renda familiar, nota-se que os baixos salários estão ligados à baixa escolaridade dos entrevistados, que revelam que há uma certa dificuldade em conseguir um bom trabalho devido a falta de qualificação.

As condições de moradia refletem em muito na situação de saúde do indivíduo que em condições precárias adocece muito. Alguns dos entrevistados revelaram que a situação da saúde no seio familiar é uma questão delicada, pois sem condições financeiras, ter um plano de saúde é impossível e, os serviços públicos oferecidos, segundo os mesmos, são difíceis de serem alcançados por eles que se veem na contramão da lei da oferta, em virtude da superlotação dos hospitais e Cais.

Não se trata de localização desses serviços, mas da existência de vagas e horários. Consultas são marcadas para ocorrerem em seis meses, cirurgias de urgência não acontecem no prazo, enfim, independem do espaço no qual se localiza o serviço de saúde.

Depois da transferência, os entrevistados relataram que houve uma melhora significativa das condições de saúde, principalmente das crianças e idosos que eram os mais atingidos, principalmente por problemas respiratórios.

Ao indagar os entrevistados quanto a seus projetos futuros, houve destaque para a aquisição de plano de saúde, oferta de estudos para os filhos, o interesse em voltar a estudar para garantia de melhores salários e aquisição de carro, móveis novos, reformar a casa, viajar e outros. Os sonhos contrastam com a realidade do dia-a-dia, pois percebe-se que a construção desse futuro que almejam para si e seus familiares na realidade se dá de forma bastante lenta.

3.2.2 Condições de habitabilidade

Os dados obtidos no levantamento revelam condições de habitação muito precárias nas moradias de origem, principalmente por parte daqueles situados nas proximidades de rio/córrego. Um fato relevante na habitação anterior era a falta de banheiros, como também o elevado número de coabitação, evidenciando péssimas condições de habitabilidade com barracos improvisados por seus moradores. A água utilizada era retirada de cisterna, sem nenhum tratamento, deixando as famílias a mercê de problemas de saúde em decorrência da má qualidade da água consumida por eles. O esgoto era lançado a céu aberto, expondo a riscos de contaminação.

Outra questão séria no local de origem era a utilização da energia elétrica, feita por ligações clandestinas feitas pelos próprios moradores direto da rede para seus barracos, expondo-os a riscos de acidentes e choque elétrico, pois os ditos “gatos” eram a única alternativa para minimizar a falta de iluminação.

A pesquisa revela que 65% dos entrevistados, tinham energia, porém não tinham padrão, 20% tinham padrão e energia e 15% não tinham rede elétrica.

Nota-se que as diversas habitações, em decorrência da valorização dos espaços dotados de infraestrutura, seguem a lógica do mercado imobiliário. A intervenção do governo e suas parceiras são os condutores que possibilitam as condições de um habitar que valoriza-se a cada dia, e que não deveria servir aos interesses do capital, mas da sociedade, como o exemplo da valorização do Residencial Senador Albino Boaventura. A infraestrutura e os equipamentos sociais valorizam a área em que se localiza o imóvel. A pesquisa mostra uma mudança no perfil das famílias, pois conforme citado anteriormente, o residencial conta com a rede elétrica fornecida pela CELG, o sistema de água tratada é fornecido pela SANEAGO, e o esgotamento sanitário é feito através de fossas sépticas e sumidouros. A coleta do lixo é feita regularmente pela COMURG.

Por ser um setor criado recentemente, o Residencial ainda não conta com Associação de Moradores, mas já existe mobilização por parte dos moradores neste sentido.

3.2.3 Avaliação do Residencial na perspectiva dos moradores

No Residencial Senador Albino Boaventura, as casas foram construídas

com recursos do Orçamento Geral da União e do Tesouro Municipal, as unidades habitacionais estão quitadas e foram doadas com isenção de quaisquer ônus decorrentes de financiamentos onerosos, pois, são famílias residentes em área de risco social e socioambiental, resultantes de processos de ocupação espontâneos.

As maiores críticas e reclamações dos entrevistados estão relacionadas ao transporte público e às escolas, que, para terem acesso exige dos moradores o deslocamento para setores vizinhos, pois o Residencial ainda não conta com esses serviços.

As condições físicas de habitabilidade, de acordo com os pesquisados são consideradas boas.

Mesmo os moradores considerando boas as condições de habitabilidade, percebe-se que a infraestrutura das construções ainda deixa a desejar, pois as residências são pequenas e algumas famílias são formadas por muitos membros que vivem apertados nesses espaços restritos, sem ventilação adequada, pouca privacidade e devido algumas casas serem geminadas essa privacidade fica ainda mais comprometida, pois fica claro que essa satisfação ainda não é completa.

Quanto ao acesso de bens e serviços em geral, a rede de comércio do Residencial conta com apenas 03 (três) pequenas mercearias, que não atendem às necessidades da maioria das famílias, que precisam se deslocar para os setores vizinhos a procura de um comércio mais variado. O grau de satisfação quanto ao comércio local é baixo.

Todos os entrevistados consideram a rede elétrica boa. Em relação ao abastecimento de água e à rede de esgoto, os moradores avaliaram como sendo boa, bem como a coleta do lixo que é feita regularmente.

3.2.4 Indicadores do Processo de Inclusão/Exclusão

Deve-se observar que a análise sobre a exclusão social não é unilateral. Isso se dá, pois há diversos entendimentos teóricos e analíticos acerca do tema que se encontram nas discussões em diversos contextos, desde militares, sociais dentre outros.

Um dos aspectos mais importantes desse debate acerca da exclusão social se deve à existência de dois posicionamentos.

Por um lado tem-se que a exclusão social trata-se, em realidade, de um processo amplo e multidimensional que segrega certos setores diminuindo as garantias dos direitos sociais, ora impedindo que o acesso às riquezas produzidas de modo coletivo, tais como a qualidade de vida urbana e certos benefícios. Por outro lado falam-se quanto a necessidade de se levar em consideração os limites acerca da superação do sistema capitalista e das formações sociais de mercado. Nesse prisma, analisa-se os processos que excluem os grupos sociais incluindo-os de modo simultâneo em situações exploradas, marginalizadas, degradadas tanto no campo da produção quanto no de consumo.

Quanto este aspecto, depreende-se das entrevistas realizadas, acerca da atividade ocupacional, uma variedade de profissões exercidas pelos entrevistados, como se pode ver na tabela 7:

Tabela 7 – Ocupação no momento atual

| Atividade Ocupacional no momento atual | | |
|--|------------|-----|
| Ocupação | Quantidade | % |
| Jardinagem | 1 | 5 |
| Auxiliar de merendeira | 1 | 5 |
| Entregador | 1 | 5 |
| Manicure | 2 | 10 |
| Vendedor(a) | 6 | 30 |
| Feirante | 1 | 5 |
| Pintor | 1 | 5 |
| Doméstica | 1 | 5 |
| Lanterneiro | 1 | 5 |
| Pedreiro | 1 | 5 |
| Frentista | 1 | 5 |
| Porteiro | 1 | 5 |
| Façção | 2 | 10 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Neste caso, nota-se que com o advento da crise no mercado de trabalho que atingiu o Brasil a partir da década de 1990, o que se pode observar foi a elevação das ocupações informais.

Há estudos indicando que uma parcela significativa da população entra no mercado informal porque precisa trabalhar para prover seu próprio sustento como também o de sua família.

Outro fator analisado por alguns especialistas é a pressão do desemprego. Assim, o mercado de trabalho informal, tornou-se uma alternativa de sobrevivência, e

essas pessoas passaram a desempenhar atividades sem proteção.

Sabadini e Nakatani (2000), afirmam que normalmente os trabalhadores informais vivem em condições precárias, sem acessos aos vários benefícios que os trabalhadores formais têm direito através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, (jornada de trabalho de 44 horas, direito a férias anuais remuneradas, direito a finais de semana e feriados remunerados, ter aposentadoria remunerada, direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, acesso ao seguro-desemprego, recebimento do 13º salário, direito a 1/3 do salário como adicional de férias, direito a licença remunerada em caso de doença, dentre outros). (SABADINI, NAKATANI, 2002, p. 275).

Quanto à característica dos trabalhadores informais concentra-se na área urbana, trabalhando no setor doméstico e comércio informal, (autônomos).

Das famílias pesquisadas, a maioria dedica-se a trabalhos de baixa qualificação, em atividades, em apoio em empresas como (facção, feirante) ou de caráter autônomo. Percebe-se que o trabalho autônomo se destaca entre as atividades ocupacionais dos entrevistados, como pode ser percebido na tabela 8.

De acordo com a tabela 8, quanto ao vínculo empregatício 80% a grande maioria respondeu que a carteira de trabalho não é assinada, revelando que trabalham como autônomo, seguido de 20% que informaram que a carteira de trabalho está assinada.

Tabela 8 – Natureza do vínculo empregatício

| Vínculo Empregatício | | |
|----------------------|------------|-----|
| Trabalho | Quantidade | % |
| Carteira assinada | 4 | 20 |
| Autônomo | 16 | 80 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo – Residencial Senador Albino Boaventura – 2012

Percebe-se que o trabalho autônomo pode estar indicando a incapacidade de gerações de empregos nos setores formais da economia, sobretudo nos períodos de crise econômica. Visto que, a posse da carteira de trabalho assinada significaria uma série de vantagens, citados anteriormente.

Conforma a tabela 9, a pesquisa revela que 20% são do município de Goiânia e 20% são do interior do Estado de Goiás, e o maior quantitativo de moradores, 60%, são proveniente de outros Estados.

Tabela 9 – Origem dos Entrevistados

| Natural | Naturalidade | |
|----------------|--------------|-----|
| | Quantidade | % |
| Goiânia | 4 | 20 |
| Interior | 4 | 20 |
| Outros Estados | 12 | 60 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

A presença de migrações de outros estados é uma constante em municípios goianos, pois algumas famílias vêm em busca de locais mais seguros, além de uma moradia para abrigar a si e sua família.

Conforme Pnad (BRASIL, 2010) “no Centro-Oeste [...] 35,6% da população não reside na mesma unidade federativa em que nasceu”.

No entanto, a política habitacional do município de Goiânia, com o objetivo de dar autonomia a habitação com um caráter mais específico de atuação, foi intensificada com a criação da Lei nº 8.534, de 31 de maio de 2007, que declara sobre a doação de lotes às famílias de baixa renda em conformidade com o Programa de Habitação de Interesse Social e determina que sejam beneficiadas com programas habitacionais. Senão vejamos o que preconiza tal dispositivo legal.

Art. 2º farão jus aos benefícios desta Lei famílias que:

- I – comprovem renda familiar de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos vigentes;
- II – comprovem residência fixa no município por 03 (três) anos;
- III – não possuam bens imóveis.

Em relação aos migrantes, a pesquisa revela que a maioria, 65%, é migrante da década de 1990, seguidos de 20% que migraram na década de 1980, e na década de 2000, os migrantes compõem um percentual de 15%, conforme verificado na tabela 10.

Tabela 10 – Ano que veio para Goiânia

| Migração | Ano que veio para Goiânia | |
|-------------|---------------------------|-----|
| | Quantidade | % |
| 1980 a 1990 | 13 | 65 |
| 1990 a 1995 | 4 | 20 |
| 2000 a 2005 | 3 | 15 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Com base nas informações obtidas pelo recenseamento feito há três anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa mostra o peso que capitais regionais e metrópoles emergentes como Brasília e Goiânia alcançaram como polos de atração migratória no país, em comparação com as duas principais cidades, São Paulo e Rio de Janeiro.

A pobreza, a falta de trabalho e a atração econômica exercida por estas regiões foram os principais motivos dos fluxos migratórios extrarregionais.

As décadas de 1980 e 1990 na tabela 10, ilustra o grau de urbanização da cidade de Goiânia, que cada vez mais superpovoada e conseqüentemente leva a segregação da população de baixa renda na periferia da cidade.

Conforme a tabela 11, 55% das famílias são chefiadas por mulheres, seguidos de 45% que são chefiadas por homens, entende-se que estes têm a responsabilidade maior de arcar para o sustento da família, no entanto, a pesquisa aponta que a grande maioria das famílias é chefiada por mulheres.

Tabela 11 – Mulher chefe de família

| Chefe de família | Família chefiada por mulher | |
|------------------|-----------------------------|-----|
| | Quantidade | % |
| Sim | 11 | 55 |
| Não | 9 | 45 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Família chefiada por mulher não é um modo de organização familiar nova na história do país. A mulher como chefe de família sempre foi bastante frequente entre as camadas empobrecidas da sociedade. No início do século XX, no período de intensa urbanização, era grande a mobilidade geográfica dos homens e o abandono periódico de suas mulheres e famílias como resultado da busca de um trabalho melhor em outras cidades, ficando a mulher responsável pela manutenção e sustento da família.

A ausência do companheiro, da figura masculina requer um maior esforço por parte da mulher chefe de família e dos seus filhos que, diante desta situação são levados a lutarem desde muito cedo para a sobrevivência da família. Tal fato gera prejuízo na escolaridade dessas crianças, esta situação aponta para a vulnerabilidade destas famílias, que estão sujeitas a todo tipo de exploração e preconceitos. Entretanto, apesar de todas as condições adversas às quais as mulheres chefes de

família se encontram submetidas, elas lutam e insistem na busca de um futuro melhor para si e, principalmente, para seus filhos.

De acordo com a tabela 12, a pesquisa aponta que 45% dos titulares da moradia estão na faixa etária entre 30 a 39 anos, seguidos de 30%, situados entre 19 a 29 anos, 10% dos titulares têm entre 40 a 49 e 50 a 59 anos respectivamente, e na faixa etária de mais de 60, total de 5%, demonstrando que a faixa de idade predominante é entre 30 a 39 anos de idade.

Tabela 12 – Faixa etária dos titulares da moradia

| Idades | Faixa etária | |
|-----------------|--------------|-----|
| | Quantidade | % |
| Menos de 18 | - | - |
| 19 a 29 | 6 | 30 |
| 30 a 39 | 9 | 45 |
| 40 a 49 | 2 | 10 |
| 50 a 59 | 2 | 10 |
| Mais de 60 anos | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Conforme tabela 12, a pesquisa revela que a maioria das famílias pesquisadas a faixa etária economicamente ativa encontra entre 30 a 39 anos comparado aos dados do IBGE (2010) demonstra que está dentro da média nacional.

De acordo com a tabela 13, a pesquisa de 2012 revela que 50% do universo pesquisado dessas famílias vivem sob regime de união estável, seguidos de 30% casados e 10% separado(a) com cônjuge ausente, separado(a) divorciado(a) 5%, viúvo(a) 5%.

Tabela 13 – Estado civil dos titulares

| Estado Civil | Estado civil do titular | |
|-------------------------------|-------------------------|-----|
| | Quantidade | % |
| Solteiro | - | - |
| Casado | 6 | 30 |
| União estável | 10 | 50 |
| Casado(a) com cônjuge ausente | 2 | 10 |
| Separado(a) divorciado(a) | 1 | 5 |
| Viúvo(a) | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Trata a união estável de um instituto jurídico que estabelece legalmente a

convivência entre duas pessoas. No atual Código Civil, o artigo 1.723 dispõe que a união estável: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Por sua vez, a família inscrita em programa de habitação de interesse social que é selecionada para receber o benefício e convive sob o regime de união estável deve apresentar documentação que comprove esta união para a devida instrução dos processos que visam a concessão do benefício de moradia.

Como bem se vê, na tabela 13 esse tipo de união é característica predominante dentre as famílias que se dispôs participar da pesquisa de campo.

Em relação a escolaridade, a tabela 14 aponta que 40% informou Ensino Fundamental completo, seguidos de 30% responderam alfabetizados, 15% dos pesquisados revelou ter concluído o Ensino Médio, 10% dos entrevistados são analfabetos e 5% informaram ter concluído o Ensino Superior.

Tabela 14 – Escolaridade dos entrevistados

| Escolaridade | Grau de escolaridade | |
|-------------------------------|----------------------|-----|
| | Quantidade | % |
| Analfabeto | 2 | 10 |
| Ensino fundamental incompleto | 6 | 30 |
| Ensino fundamental completo | 8 | 40 |
| Ensino Médio Incompleto | - | - |
| Ensino médio completo | 3 | 15 |
| Ensino Superior Incompleto | - | - |
| Ensino Superior Completo | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados (tabela 14), há uma concentração de pessoas com grau de instrução em nível de Ensino Fundamental Completo.

O país ainda tem 12,9 milhões de analfabetos, o que corresponde a 8,6% da população de 15 anos de idade ou mais. Esse número, caiu em relação ao ano de 2009, quando a proporção nacional era de 9,7%. A taxa de analfabetismo é mais elevada nos grupos de idade mais avançada: a maioria está situada entre as pessoas com 25 anos de idade ou mais, dados IBGE.

Segundo estatística do IBGE/PNAD 2011 a escolaridade média do brasileiro é de 7,4 anos, conclui-se, portanto, que a escolaridade dos titulares das

moradias do Residencial situa-se na média brasileira.

Conforme a tabela 15, entre os entrevistados a pesquisa revela que 40% vivem sob o mesmo teto configurando situação de coabitação, 25% situação alarmante de coabitação, 20% unifamiliar, seguidos de 15% reforçando a situação/superlotação. A pesquisa aponta que viviam mais de 3 famílias debaixo do mesmo teto, como mostra a tabela 15.

Tabela 15 – Número de famílias residindo na mesma casa

| Número de famílias que residiam na casa antes da transferência | | |
|--|------------|-----|
| Coabitação | Quantidade | % |
| 1 família | 4 | 20 |
| 2 famílias | 8 | 40 |
| 3 famílias | 3 | 15 |
| Mais de 3 famílias | 5 | 25 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Ao realizar o levantamento das famílias que residem em assentamentos precários é comum encontrar famílias vivendo em condições de coabitação, ou seja, é uma situação que ocorre quando duas ou mais famílias utilizam a mesma casa, o exemplo mais evidenciado é quando os filhos casam e continuam morando na casa dos pais.

A tabela 15 demonstra que o número de famílias que residiam na mesma casa, anterior a transferência é elevado.

Tal fato não ocorre no novo ambiente construído, visto que, a Caixa Econômica Federal orienta o desmembramento do núcleo familiar, respeitando a individualização e a privacidade, essa medida visa não mascarar o déficit habitacional.

Ao comparar a situação de coabitação atualmente o percentual é zero, visto que, cada núcleo familiar recebeu o benefício da casa própria.

A pesquisa aponta que 40% apresentavam 4 pessoas na família, com 5 pessoas apontou também 40% dos entrevistados, seguidos de 10% dos entrevistados a composição familiar era de 2 pessoas, e 10% de 3 pessoas.

Sobre a composição familiar atual, a pesquisa revela 45% composta por 2 pessoas, seguida de 35% aponta 3 pessoas, sendo que 10% apresenta 4 pessoas e 10% a composição é de 5 pessoas ou mais, conforme a tabela 16.

Tabela 16 – Composição familiar antes da transferência

| Pessoas na família Número de pessoas | Antes | | Depois | |
|---|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| 1 pessoa | - | - | - | - |
| 2 pessoas | 2 | 10 | 9 | 45 |
| 3 pessoas | 2 | 10 | 7 | 35 |
| 4 pessoas | 8 | 40 | 2 | 10 |
| 5 pessoas ou mais | 8 | 40 | 2 | 10 |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Visualizando os indicadores da tabela 16 a pesquisa aponta que anterior a transferência, a composição familiar era muito numerosa, e quanto a privacidade em relação ao número de pessoas vivendo sob o mesmo teto praticamente não existia.

Com a pós-ocupação no novo ambiente construído somados ao desmembramento do núcleo familiar, as famílias avaliam que a situação de moradia atual é melhor que antes da transferência.

De acordo com a tabela 17, a pesquisa aponta que 80% dos entrevistados apenas 1 pessoa da família estava trabalhando, seguido de 10% revela que 2 pessoas trabalhavam e 10% 3 pessoas da família trabalhavam.

Dos entrevistados, a pesquisa aponta que atualmente 40%, 3 pessoas que compõe a família no momento estão trabalhando, seguido de 35% dos participantes revelam que 2 pessoas na família estão trabalhando, e 20% apontados pela pesquisa que 4 pessoas na família trabalham, 5% mais de 5 pessoas na família no momento estão trabalhando.

Tabela 17 – Pessoas da família que trabalhavam antes da transferência

| Pessoas da família que trabalham Número de pessoas | Antes | | Depois | |
|---|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| 1 pessoa | 16 | 80 | - | - |
| 2 pessoas | 2 | 10 | 7 | 35 |
| 3 pessoas | 2 | 10 | 8 | 40 |
| 4 pessoas | - | - | 4 | 20 |
| Mais de 4 pessoas | - | - | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Em relação ao número de pessoas que trabalhavam antes de serem transferidas, a pesquisa aponta que a responsabilidade de prover os custos familiares ficava a cargo de uma pessoa correspondente a 80% sendo 10% de (02) duas

peessoas e 10% de 03 (três) pessoas.

Dos entrevistados na pesquisa de campo estes revelam que depois da transferência a situação melhorou, sendo a média atual de 03 (três) pessoas na família que estão ocupadas o que corresponde 40%, somados de 35% de duas pessoas no mercado de trabalho seja ele formal ou não, acrescido de 20% 04 (quatro) pessoas da família trabalhando e 5% mais de 04 (quatro) pessoas que contribuem com as despesas/mês, revelando assim que o novo ambiente construído oportunizou melhorias na renda familiar.

Conforme a tabela 18, de acordo com os dados coletados constatou-se que 70% recebem benefício de programas sociais implementados pelo Governo Federal, seguido de 30% dos entrevistados não são beneficiários.

Tabela 18 – É beneficiário do Governo Federal

| Recebe benefício do Governo Federal | | |
|-------------------------------------|------------|-----|
| Benefício | Quantidade | % |
| Sim | 14 | 70 |
| Não | 6 | 30 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Pela tabela 18, vê-se que grande parte dos entrevistados revelam ser beneficiários de programas sociais, o que caracteriza que a grande maioria dos pesquisados estão dentro dos critérios para a concessão do benefício.

Estes benefícios são baseados no perfil socioeconômico da família registrados no Cadastro Único. Entre as informações consideradas, estão: a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes.

Conforme a tabela 19, quanto a questão da saúde familiar, a grande maioria 95% informou não possuir casos de doença grave na família, e 5% relataram que existe na família algum integrante com doença grave.

Tabela 19 – Família com integrante com doença grave

| Algum membro da família possui doença grave | | |
|---|------------|-----|
| Saúde | Quantidade | % |
| Sim | 1 | 5 |
| Não | 19 | 95 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Em relação ao índice de doenças graves na comparação familiar, a pesquisa revela que 5% declararam ser portadores de doenças que necessitam de cuidados e acompanhamentos contínuos. Ao comparar a situação pós-transferência os entrevistados revelaram que o local anterior a transferência era bem melhor, justificando que o acesso ao serviço público de saúde era bem mais acessível.

De acordo com a tabela 20 ao pesquisar sobre a prevalência de deficientes no seio familiar, a pesquisa revela que a grande maioria 95% relataram não ter casos desta natureza no convívio familiar, seguido de 5% dos entrevistados afirmaram possuir algum membro da família com deficiência.

Tabela 20 – Família com integrante com deficiência

| Algum membro da família possui algum tipo de deficiência | | |
|--|------------|-----|
| Deficiência | Quantidade | % |
| Sim | 1 | 5 |
| Não | 19 | 95 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

O direito constitucional de acessibilidade é, antes de tudo, uma materialização do direito constitucional de igualdade. Surgiu com a Emenda n°. 12 à Constituição de 1967, promulgada em 17/10/78. *verbis*:

Artigo único - É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: educação especial e gratuita; assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País; proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço e a salários; possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos (ARAÚJO, 1997, p. 60).

Desde as décadas de 1940 e 1950 a Organização das Nações Unidas - ONU vem atuando na promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de uma abordagem voltada para o bem-estar social. Encabeçou iniciativas que permitiram uma profunda reavaliação da política na década de 1960, com o estabelecimento de fundamentos para a completa participação das pessoas com deficiência na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 sancionou amplas garantias regulamentou os direitos de equidade e cidadania das pessoas com deficiências (CARVALHO, 2001). A parcela população brasileira atingida por algum tipo de deficiência é

significativa, segundo dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) 45,6 milhões de brasileiros informaram ter algum tipo de deficiência, ou seja, 23,9% da população.

Foram pesquisadas as deficiências visual, auditiva, motora e mental. A deficiência visual foi a que apresentou maior percentual (18,8% ou 35,8 milhões de pessoas), seguida da motora (7% ou 13,2 milhões), da auditiva (5,1 ou 9,7 milhões) e da mental (1,4% ou 2,6 milhões).

Conforme a tabela 21, ao pesquisar sobre o vício no seio familiar, a pesquisa apresenta um alto índice de alcoolismo 40%, no entanto, 25% revelam não fazerem uso de qualquer substância química, seguido de 20% tabagismo e 15% revelam outros vícios não especificados.

Tabela 21 – Existem pessoas na família com algum tipo de vício

| Vício | Drogadição na família | |
|------------------|-----------------------|-----|
| | Quantidade | % |
| Não | 5 | 25 |
| Alcoolismo | 8 | 40 |
| Tabagismo (fumo) | 4 | 20 |
| Drogas lícitas | - | - |
| Drogas ilícitas | - | - |
| Outras drogas | 3 | 15 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Quanto ao índice de pessoas na família com algum tipo de vício a tabela 21 ilustra que dentre os entrevistados a maior incidência é o alcoolismo, seguido de 20% tabagismo. Esse dado é preocupante, visto que, o vício do álcool e do fumo é a porta de entrada para outras drogas.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que cresceu o uso de drogas ilícitas por adolescentes de 2009 para 2012, sobretudo entre as meninas.

Em 2012, chegou a 9,9% a proporção de adolescentes que vivem nas capitais que já experimentaram drogas ilícitas, o que equivale a pouco mais de 312 mil jovens, (IBGE, 2013).

No caso das drogas lícitas, a pesquisa IBGE aponta, nada menos que 07 (sete) em cada 10 (dez) adolescentes já experimentaram alguma bebida alcoólica.

Os dados também revelam que é crescente a proporção de adolescentes que se envolvem em brigas com armas brancas e com armas de fogo. Tal fato,

demonstra que o vício leva a desestruturação de famílias que passam por essa situação.

De acordo com os dados coletados, constatou-se que 45% dos entrevistados, revelam que a ocupação é própria, seguidos de 40% relataram morar de favor (cedido por terceiros), e 15% das famílias residiam de aluguel, conforme mostra a tabela 22.

Tabela 22 – Condição de ocupação anterior

| Condição de ocupação da residência anterior | | |
|---|------------|-----|
| Tipo de ocupação | Quantidade | % |
| Aluguel | 3 | 15 |
| Cedida | 8 | 40 |
| Própria | 9 | 45 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Dados da pesquisa na tabela 22 aponta que a maioria das famílias entrevistadas apontaram que a ocupação da residência se deu através da compra, já outros revelaram que a moradia era cedida por terceiros, e os demais disseram morar de aluguel.

Ao comparar a condição de ocupação da residência verifica-se que as famílias que compraram o local demonstraram uma certa insatisfação. Em relação as famílias que residiam de favor ou de aluguel, avaliaram que atualmente a situação é bem melhor, mesmo que ainda não receberam a regularização do imóvel.

Quanto as despesas/mês, com alimentação e higiene a maioria dos pesquisados 45% demonstraram gastos superiores no novo bairro, 25% dos entrevistados apontaram ser igual ao que era antes de serem transferidos, seguidos 20% não souberam precisar, e 10% que revelaram ser inferior, veja na tabela 23.

Tabela 23 – Despesas com alimentação e higiene (antes)

| Despesas com alimentação e higiene antes de mudar para o novo bairro | | |
|--|------------|-----|
| Despesas/Mês | Quantidade | % |
| Igual | 5 | 25 |
| Inferior | 2 | 10 |
| Superior | 9 | 45 |
| Não soube informar | 4 | 20 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 23, visualiza que as despesas com alimentação e higiene/mês a maioria declarou ser superior ao que gastavam antes da transferência, indagados quanto aos motivos dos gastos alcançarem patamares superiores os mesmos revelaram que recebiam muitas doações, tais como, cestas de alimentos e vestuário, e comparado ao novo ambiente construído as doações não acontecem mais, justificando a elevação dos gastos.

De acordo com a tabela 24, a rede de comércio na avaliação dos entrevistados 70% revelaram ser boa antes da transferência, seguidos de 20% registraram que era regular e 10% classificam ruim.

A pesquisa revela que na avaliação dos moradores a maioria 80% apontaram que a rede de comércio no novo ambiente construído ser ruim, 10% classificaram a rede de comércio no novo bairro ser boa, seguidos de 10% avaliaram ser regular.

Tabela 24 – Rede de comércio

| Rede de comércio Comércio | Anterior | | Atualmente | |
|------------------------------|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Bom | 14 | 70 | 2 | 10 |
| Regular | 4 | 20 | 2 | 10 |
| Ruim | 2 | 10 | 16 | 80 |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Como se vê na tabela 24, antes da transferência as famílias consideravam a rede de comércio local como boa.

Atualmente avaliam a rede de comércio ruim, em comparação ao antes/depois o grau de insatisfação é bastante considerável chegando a 80% o índice de insatisfação.

Conforme a tabela 25, quanto a rede de energia elétrica a pesquisa revela que 65% revelaram que a energia usada era clandestina (gato), somados de 20% era fornecida pela rede pública, seguidos de 15% confirmaram que sua moradia não utilizava energia elétrica.

Após a transferência 80% dos entrevistados classificam a rede de energia elétrica sendo boa, seguidos de 20% avaliaram sendo regular.

Tabela 25 – Energia elétrica

| Rede de energia elétrica Energia | Anterior | | Atualmente | |
|-------------------------------------|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Tinha energia e padrão | 4 | 20 | 16 | 80 |
| Tinha energia e não tinha padrão | 13 | 65 | 4 | 20 |
| Não tinha rede elétrica | 3 | 15 | - | - |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Ao avaliarem a rede de energia elétrica na tabela 25, a pesquisa aponta que os entrevistados declararam que anterior a transferência era pior, ao comparar, avaliaram que o novo ambiente construído, mesmo tendo que pagar pelo consumo, os entrevistados consideraram ser melhor.

Quanto ao abastecimento da água, a pesquisa aponta que 50% dos entrevistados disseram utilizar outros meios para conseguir o abastecimento de água, seguidos de 45% revelaram que a água usada era de cisternas, e 5% utilizavam a rede pública, como mostra a tabela 26.

Tabela 26 – Rede de água anterior e atualmente (pós-ocupação)

| Rede de água Água | Anterior | | Atualmente | |
|----------------------|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Rede pública | 1 | 5 | 20 | 100 |
| Poço artesiano | - | - | - | - |
| Cisterna | 9 | 45 | - | - |
| Córrego | - | - | - | - |
| Outros | 10 | 50 | - | - |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 26, visualiza a precariedade da água utilizada nos assentamentos precários, sendo apontado pela pesquisa que 50% utilizavam outros meios, 45% eram abastecidos por cisterna, e apenas 5% água tratada. A pesquisa revela que anteriormente a situação era pior, comparado ao novo ambiente construído a água utilizada é 100% tratada.

De acordo com a tabela 27, a pesquisa revela que 45% dos entrevistados, disseram que o esgotamento era a céu aberto, 35% narraram que utilizavam fossa, seguidos de 20% responderam que utilizavam outros meios para descartar o esgoto.

Tabela 27 – Rede de esgoto antes

| Rede de esgoto antes de mudar para o novo bairro | | |
|--|------------|-----|
| Esgotamento | Quantidade | % |
| Rede pública | - | - |
| Fossa | 7 | 35 |
| Céu aberto | 9 | 45 |
| Outros | 4 | 20 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Quanto a rede de esgoto, a tabela 27 visualiza a precariedade do tratamento do esgoto, das famílias entrevistadas todos relataram que o destino do esgoto atualmente é melhor ao ser comparado ao que era antes.

Em relação ao transporte coletivo, a pesquisa aponta que a maioria dos entrevistados, média de 60% avaliaram sendo boa, seguidos de 35% apontaram que era regular, e 5% colocaram sendo ruim.

A pesquisa de campo revela que 85% dos entrevistados avaliaram que no novo bairro a rede de transporte coletivo é ruim, demonstraram grande insatisfação quanto ao acesso do mesmo, seguida de 10% avaliaram que o transporte coletivo é regular, e 5% dos entrevistados avaliaram sendo boa, conforme demonstra a tabela 28.

Tabela 28 – Quanto ao transporte coletivo

| Rede de transporte coletivo | Anterior | | Atualmente | | |
|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|-----|
| | Transporte | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Bom | | 12 | 60 | 1 | 5 |
| Regular | | 7 | 35 | 2 | 10 |
| Ruim | | 1 | 5 | 17 | 85 |
| Total | | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 28, a pesquisa revela que o transporte de uso coletivo na avaliação das famílias transferidas era considerado bom, e, atualmente apontam sendo ruim.

Conforme a tabela 29, em relação ao ensino formal 50% dos entrevistados apontaram que era bom, seguidos de 45% dos pesquisados que avaliaram sendo regular, e, 5% assinalaram sendo ruim.

A pesquisa revela que 50% avaliaram regular, 30% apontaram sendo ruim, seguido de 20% dos entrevistados classificam o ensino formal no novo bairro sendo

bom.

Tabela 29 – Rede de ensino formal anterior

| Ensino formal Ensino | Anterior | | Atualmente | |
|-------------------------|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Bom | 10 | 50 | 4 | 20 |
| Regular | 9 | 45 | 10 | 50 |
| Ruim | 1 | 5 | 6 | 30 |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 29, a pesquisa revela que a rede de ensino formal era considerado na avaliação das famílias que anterior a transferência era bom, já no novo ambiente construído é considerado regular.

Antes de mudar para o novo residencial a pesquisa de campo revela que 50% afirmaram que o lixo era depositado em contêiner, 25% dos entrevistados afirmaram que usavam a queima como alternativa, 15% revelaram que a destinação do lixo era o córrego, e 10% dos entrevistados apontam que a coleta do lixo era executada pela rede pública, veja na tabela 30.

Tabela 30 – Destino do lixo antes da transferência

| Destino do lixo antes de mudar para o novo bairro | | |
|---|------------|-----|
| Lixo | Quantidade | % |
| Rede pública | 2 | 10 |
| Córrego | 3 | 15 |
| Queima | 5 | 25 |
| Depósito em contêiner | 10 | 50 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Quanto ao destino do lixo, anterior a transferência das famílias, a pesquisa indica que as famílias não contavam com a coleta regular, pois apenas 10% do lixo era recolhido, e o restante, 90% não tinha destinação adequada.

Segundo relatos dos entrevistados a exposição indevida do lixo gerava mau odor, proliferação de vetores transmissíveis de doenças (ratos, baratas, moscas, dentre outros), causando efeitos maléficos à saúde.

Indagados sobre o destino do lixo no novo ambiente construído revelaram que a coleta é realizada três vezes na semana, apontaram ser boa a coleta do lixo no novo bairro.

De acordo com a tabela 31, quanto a situação de habitabilidade, a pesquisa revela que antes de mudar para o novo bairro 40% revelaram residir em barraca de lona, seguido de 25% apontaram que o material usado era pré-moldado (placa), 25% afirmaram que construíram suas moradias usando outros materiais, somados de 10% dos entrevistados afirmam que sua moradia era de alvenaria.

Tabela 31 – Situação de habitabilidade

| Situação de habitabilidade antes de mudar para o novo bairro | | |
|--|------------|-----|
| Habitabilidade | Quantidade | % |
| Alvenaria | 2 | 10 |
| Pré-moldado (placa) | 5 | 25 |
| Barraco de lona | 8 | 40 |
| Outros | 5 | 25 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

A situação de habitabilidade no contexto nacional, aponta que grande parte da população principalmente a de baixa renda, ainda não tem acesso a habitação saudável. O que se percebe é que não interessa ao Estado, bem como ao capital, resolver problema habitacional para as classes menos favorecidas. No cenário político é notório que para o Estado interessa apenas construir moradia objetivando legitimação do regime, para a barganha política e para o controle social, além de gerar condições de acumulação do capital.

A falta de política habitacional eficaz, registra situações que tem levado a formação de bolsões periféricos, colocando seus moradores à marginalização urbana. Visto que, as intervenções em assentamentos precários ocorridas através do poder público, vai afastando a população de baixa renda para espaços cada vez mais distantes dos espaços planejados, e, o não acesso aos serviços públicos, leva a não fixação dessas famílias ao novo ambiente construído.

Quanto ao material que predomina no banheiro antes da transferência, 30% responderam ser de placa, somados a 30% disseram que o material usado era lona, 30% responderam outros materiais, e 10% dos entrevistados revelaram que era em cimento queimado.

A pesquisa revelou que 90% dos entrevistados afirmaram que o material usado é cimento queimado, seguido de 10% responderam que o material predominante em seus banheiros é azulejo/cerâmica, conforme mostra a tabela 32.

Tabela 32 – Material predominante no banheiro

| Material predominante no banheiro Banheiro | Antes | | Depois | |
|---|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Azulejo/cerâmica | - | - | 2 | 10 |
| Cimento queimado | 2 | 10 | 18 | 90 |
| Placa | 6 | 30 | - | - |
| Lona | 6 | 30 | - | - |
| Outros | 6 | 30 | - | - |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 32, avalia-se o material predominante no banheiro, na avaliação das famílias entrevistadas destacaram que atualmente é melhor comparado ao que era anteriormente.

De acordo com a tabela 33, antes da transferência 60% afirmaram possuírem outros bens, 30% responderam que possuíam motos, seguidos de 10% responderam possuir carros.

Dos pesquisados 30% dos entrevistados afirmaram como bens da família motos, 20% responderam possuírem carros, seguidos de 50% relataram terem outros bens.

Tabela 33 – Bens da família (anterior)

| Bens da família Bens | Antes | | Depois | |
|-------------------------|------------|-----|------------|-----|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Lote | - | - | - | - |
| Carro | 2 | 10 | 4 | 20 |
| Moto | 6 | 30 | 6 | 30 |
| Outros | 12 | 60 | 10 | 50 |
| Total | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 33, avalia-se os bens que as famílias possuem, a pesquisa aponta que em relação ao que era anteriormente.

No novo ambiente construído a pesquisa revela que o poder aquisitivo das famílias entrevistadas melhorou comparado ao anterior.

Conforme demonstrado na tabela 34, a grande maioria dos trabalhadores 50% responderam que a oferta de trabalho e serviços antes da transferência era considerada bom, seguidos de 35% que avaliaram sendo regular, e, 15% afirmaram ser ruim a oferta de trabalho e serviços antes.

Dos entrevistados 45% classificaram a oferta de trabalho sendo ruim,

seguidos por 40% que afirmaram que no novo bairro a oferta é regular, e 15% avaliaram que a oferta de trabalho e serviços atual é considerada boa.

Tabela 34 – Oferta de trabalho e serviços (anterior)

| Demanda de oferta de trabalho e serviço | Anterior | | Atualmente | | |
|---|------------------|------------|------------|------------|-----|
| | Trabalho/serviço | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Bom | | 10 | 50 | 3 | 15 |
| Regular | | 7 | 35 | 8 | 40 |
| Ruim | | 3 | 15 | 9 | 45 |
| Total | | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2014 – Residencial Senador Albino Boaventura

Tabela 34, a pesquisa aponta que a demanda de oferta de trabalho e serviços na comparação das famílias entrevistadas consideraram sendo bom no bairro em que residiam anteriormente, e, sendo ruim no novo ambiente construído.

De acordo com a tabela 35, ao perguntar aos entrevistados quanto a renda *per capita* familiar 70% afirmaram ser na faixa de menos de 1 salário mínimo, seguidos de 30% que revelaram que era na faixa de 1 salário mínimo.

Dados da pesquisa revelam que depois da transferência para o novo bairro a renda per capita melhorou, demonstraram que 50% renda de 1 salário mínimo per capita/mês, 20% estão na faixa de renda de menos de 1 salário mínimo, somados de 20% 1 salário mínimo a 1 salário mínimo e meio, e 10% revelaram renda entre 1 salário mínimo e meio a 2 salários mínimos.

Tabela 35 – Faixa de renda anterior

| Faixa de renda | Anterior | | Atualmente | | |
|-----------------------------------|-----------|------------|------------|------------|-----|
| | Proventos | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Menos de 1 salário mínimo | | 14 | 70 | 4 | 20 |
| 1 salário mínimo | | 6 | 30 | 10 | 50 |
| 1 salário a 1,5 salários mínimos | | - | - | 4 | 20 |
| 1,5 salário a 2 salários mínimos | | - | - | 2 | 10 |
| 2 salários a 2,5 salários mínimos | | - | - | - | - |
| Mais de 2,5 salários mínimos | | - | - | - | - |
| Total | | 20 | 100 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 35, avalia-se a faixa de renda das famílias transferidas para o novo ambiente construído, a pesquisa aponta a faixa de renda ser melhor que anteriormente.

Quanto à contribuição para a Previdência Social, a pesquisa revelou que 80%, revelaram não contribuir, seguido de 20% afirmaram serem contribuintes, veja na tabela 36.

Tabela 36 – Contribuição – Previdência

| Contribuição para a Previdência | | |
|---------------------------------|------------|-----|
| Contribuição | Quantidade | % |
| Sim | 4 | 20 |
| Não | 16 | 80 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 36, avalia-se a questão da contribuição para a Previdência Social, das famílias entrevistadas 80% revelaram não ser contribuinte e 20% contribuem. Essa realidade corresponde aos do período anterior a transferência e na pós-ocupação.

Em relação ao índice de desemprego no seio familiar, a tabela 37 revela que 40% estão inseridos no mercado de trabalho (formal e/ou informal), seguidos de 60% significativa parcela no seio familiar estão a procura de trabalho.

Tabela 37 – Pessoas em situação de desemprego

| Índice de desemprego | | |
|----------------------|------------|-----|
| Desemprego | Quantidade | % |
| Empregado | 8 | 40 |
| Desempregado | 12 | 60 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 37, vê-se que o índice de pessoas desempregadas prevalece entre os que se encontram empregadas. Tal constatação aponta que ainda há necessidade de 60% dos entrevistados consigam inclusão no mercado de trabalho.

Para Iamamoto (2009)

(...) o aumento do desempenho estrutural e a redução do trabalho protegido tem, no seu verso, a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra. A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeito ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. (IAMAMOTO, 2009, p. 26-27).

Percebe-se que o ato de trabalhar está vinculado com as necessidades econômicas do ser humano, englobando variados fatores, como por exemplo a elevação da autonomia dentre outros.

De acordo com a tabela 38, a pesquisa aponta que no seio familiar, 20% revelam que 2 pessoas estão inseridas no mercado de trabalho, 60% apontam que 1 pessoa na casa está trabalhando, seguidos de 15% 3 pessoas na casa estão trabalhando e, 5% apontaram que mais de 3 pessoas no seio familiar trabalham.

Tabela 38 – Pessoas que estão trabalhando

| Número de pessoas na casa que estão trabalhando | | |
|---|------------|-----|
| Ocupação | Quantidade | % |
| 1 pessoa | 12 | 60 |
| 2 pessoas | 4 | 20 |
| 3 pessoas | 3 | 15 |
| Mais de 3 pessoas | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Conforme mostrado na tabela 39, no que diz respeito ao meio de transporte usado para ir para o trabalho, 80% responderam que utilizam o transporte coletivo, seguidos de 5% afirmaram locomoverem de carro, e, 5% responderam que usam como transporte moto, 10% manifestaram outros.

Tabela 39 – Transporte usado

| Meio de transporte usado | | |
|--------------------------|------------|-----|
| Transporte | Quantidade | % |
| Ônibus | 16 | 80 |
| Carro | 1 | 5 |
| Moto | 1 | 5 |
| Outros | 2 | 10 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Quanto ao meio de transporte usado, a tabela 39 revela que as famílias utilizavam ônibus, em comparação ao uso do carro, moto e outros o ônibus prevalece sendo o maior índice 80% o meio de transporte coletivo usado pelas famílias no novo ambiente construído.

Quanto ao horário que os entrevistados saem de casa para o trabalho a pesquisa aponta que 10% afirmam 05:30h, seguidos de mais 30% revelam 06:00h,

20% responderam 07:00h, 5% saem 05:00h, 10% confirmam 06:30h, somados de 10% revelaram entre 07:30h, 5% disseram saírem às 08:00h, somados de 10% confirmam saírem após às 08:00h, demonstrado na tabela 40.

Tabela 40 – Horário de ida para o trabalho

| Horário que sai para trabalhar | | |
|--------------------------------|------------|-----|
| Horário | Quantidade | % |
| 05:00h | 1 | 5 |
| 05:30h | 2 | 10 |
| 06:00h | 6 | 30 |
| 06:30h | 2 | 10 |
| 07:00h | 4 | 20 |
| 07:30h | 2 | 10 |
| 08:00h | 1 | 5 |
| Depois das 08:00h | 2 | 10 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

A tabela 40 revela que o horário que as famílias saem para o trabalho fica em torno de 06:00 h às 07:00 h, os mesmos justificam que anterior a transferência poderiam sair um pouco mais tarde devido a oferta de linha de ônibus ser melhor em comparação ao novo ambiente construído.

Conforme a tabela 41, em relação ao tempo gasto no percurso para o trabalho, a pesquisa aponta que 60% gastam no percurso 60min, 20% revelaram tempo gasto no percurso mais de 60 min, seguidos de 10% 45min, somados a 10%, afirmam um gasto de 30min.

Tabela 41 – Percurso (quanto tempo leva)

| Tempo gasto no percurso - casa/trabalho | | |
|---|------------|-----|
| Percurso | Quantidade | % |
| 30 min | 2 | 10 |
| 45 min | 2 | 10 |
| 60 min | 12 | 60 |
| Mais de 60 min | 4 | 20 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2012 – Residencial Senador Albino Boaventura

Na tabela 41, percebe-se que a média de tempo utilizado pelos moradores no trajeto casa/trabalho é de 60 minutos diários, na avaliação dos moradores o tempo gasto anteriormente era inferior ao tempo gasto atualmente. Alguns moradores

relataram que antes de mudar para o novo bairro o tempo gasto no percurso era mínimo, iam e vinham do trabalho a pé por ser muito próximo de sua moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Goiânia apresenta variados problemas habitacionais e estão relacionados a seu processo de urbanização responsável pela fragmentação do espaço público e pela exclusão social. Que vai obrigando essa parcela da sociedade a se afastar cada vez mais do perímetro urbano. Nesse sentido, a população despossuída procura espaço para se instalar, causando um desconforto ao Estado que se vê obrigado a regularizar esse problema, para resolver interesses capitalistas, pois essas invasões desvalorizam os empreendimentos próximos a elas. A segregação é uma forma de restringir a liberdade do indivíduo através de uma política de controle por parte do Estado. Na perspectiva dos trabalhadores, é tirar-lhes a capacidade de organização. A medida que inúmeras famílias de origens diferentes vão sendo amontoadas num mesmo espaço, leva um tempo para elas se organizarem em torno de objetivos comuns, para a melhoria das condições de vida e habitação, por não terem reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional.

A vida nos espaços segregados é pressionada pelas estruturas sociais e políticas, que por um lado significa ter uma vida marcada pela carência, já que o Estado não tem interesse em investir em políticas públicas e por outro lado, é não ter garantia de permanência nesses espaços.

Pressionados pela imposição capitalista, os trabalhadores recriam o espaço urbano, pois o mercado imobiliário não pode responder à demanda de moradia porque não consegue pensar em nada que não esteja vinculado ao lucro. A opção do aluguel é um dos maiores problemas das camadas populares porque compromete mais de 50% de sua renda, não lhes possibilitando condições para adquirir moradias construídas pelo setor imobiliário.

O espaço urbano habitacional como processo, reflete um século de políticas públicas que não consideraram a população de baixa renda. A habitação de interesse social carrega em sua trajetória o peso de uma história antiga e complexa. As necessidades habitacionais ainda estão longe de serem atendidas de forma satisfatória. E, no universo das políticas sociais, a questão habitacional constitui um dos desafios mais importantes a ser enfrentados para se reverter o quadro de desigualdades e carências que tem marcado a situação habitacional no Brasil.

Em decorrência da falta de investimento em políticas públicas voltadas à habitação de interesse social, bem como a falta de investimento do mercado imobiliário formal em habitações populares, em número e em condições de acesso a este bem, que se configura como uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano, constituíram uma questão de "subnormalidade" ou da "inadequação" dos assentamentos humanos.

O tratamento da questão habitacional é marcada historicamente pelas ações pontuais clientelistas, tanto em nível nacional como em nível local pois, a política de habitação de interesse social geralmente é compreendida do ponto de vista dos gestores públicos como ações emergenciais e assistencialistas, ao invés de uma política com direitos constitucionalmente garantidos, como o direito à moradia.

Daí a necessidade de que os governantes disponham de mecanismo administrativo, técnico e político apropriado para atuarem de forma mais eficiente nesse setor. Considerando, que a intervenção no meio físico com obras de engenharia, arquitetura e paisagismo não são suficientes para a inclusão social, as ações emergentes da política urbana em áreas deterioradas, ocupações ilegais, marcadas pela pobreza homogênea, não dispensa a contribuição de toda sociedade.

Nestas reflexões, o ambiente urbano habitacional de interesse social não deve ser construído dissociado de uma vida cidadã, precisa ser pensado como projetos urbanísticos, arquitetônicos, e com o envolvimento de técnicos interdisciplinares, para que se processe a qualidade de vida no tocante à habitação, saúde, cultura, lazer, esporte dentre outros.

Segundo os cálculos da Fundação João Pinheiro, em 2010 o déficit habitacional urbano no Brasil apresentava a carência de 6 milhões e 940 mil unidades habitacionais. Deste total, 85% estava em áreas urbanas e 15% em áreas rurais.

A ausência da ação do Estado, explosão dos valores da terra e dos insumos da construção civil, que terão como desdobramento uma maior dificuldade de atender

aos segmentos mais pauperizados, são marcas recorrentes da urbanização periférica, gerando, assim, uma estrutura urbana precária, com a insuficiência de equipamentos sociais, tais como: escolas, CMEIS, postos de saúde, transporte, trabalho e renda, fruto de um descaso por parte dos governantes, o que leva a crer que o capitalismo gera a exclusão e o sistema oprime.

Essa realidade é o reflexo dos vários problemas sociais enfrentados por países como o Brasil, onde existe grande concentração de renda e onde há, historicamente, uma corrente migratória do campo para a cidade em busca de emprego e dos benefícios da vida urbana, sendo a forma que a população busca para garantir o acesso a moradia, seja em grupos que se organizam politicamente ou em ações isoladas, pois possuir um "teto" para morar é ainda um sonho que não se realizou para milhares de famílias, visto que elas enfrentam a burocracia e a morosidade do poder público.

O viver em condições inadequadas é algo imposto e se caracteriza por uma situação de pobreza e miséria as quais são submetidas as famílias que tem a negação de seus direitos, inerentes a cidadania mediante o princípio de uma vida digna.

Atualmente, o município de Goiânia conta com inúmeros problemas socioambientais, relacionados principalmente ao processo de urbanização responsável pela fragmentação do espaço urbano e a exclusão social. O grande crescimento populacional na capital goiana agravou os problemas sociais e exacerbou os conflitos. Assim, como em todas as outras grandes cidades do país, os índices de violência cresceram com o aprofundamento das desigualdades sociais, crises econômicas e com o conseqüente desemprego. No bojo desse cenário está a ocupação desordenada do solo urbano.

O processo de imigração, periferização e a segregação de grandes contingentes da população de baixa renda são responsáveis em sua maioria pela ampliação do perímetro urbano de Goiânia. Esse fenômeno provocou sucessivas mudanças na lei de zoneamento da capital, distanciando a conquista da moradia dos mais pobres. O crescimento implicou em uma malha urbana descontínua, na poluição dos recursos hídricos, na ocupação desordenada de fundo de vale em áreas de alto valor ecológico, na falta de infraestrutura básica e no aumento das invasões e ocupações irregulares.

O Estatuto da Cidade aprovado em 2001, depois de 13 anos de tramitação, tornou os municípios os principais executores das políticas de desenvolvimento

urbano, com gestão democrática da cidade, processos decisórios e com controle social sobre a implementação da política urbana. É a principal legislação de regulação do espaço urbano que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

É notório que o espaço urbano é uma mercadoria de interesses antagônicos. Vale ressaltar, que uma pequena parcela da população brasileira que dispõe de recursos financeiros, seleciona os melhores e mais valorizados locais para fixarem suas moradias, enquanto a grande maioria da população que não possui recursos financeiros habitam espaços precários, insalubres, degradados e segregados, sujeitos a inundações e desabamentos, como o exemplo das famílias que viviam nas áreas da Vila Emílio Povoá, Coronel Cosme, Vila Papel e Chácara do Governador. Locais em que ocorreram a intervenção por parte do poder público para a transferência das famílias para o Residencial Senador Albino Boaventura.

Nesta perspectiva, é que a Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, propõe a solução de parte dos problemas de moradia para a população pauperizada da capital de Goiás, que é privada das condições de acesso à habitação. Visa atender a população com a oferta de unidades habitacionais em condições dignas de habitabilidade, regulação fundiária, bem como a construção de equipamentos sociais comunitários.

Este estudo buscou analisar o processo de ocupação do Residencial Albino Boaventura, com o intuito de averiguar se o novo bairro cumpriu sua função social, com vistas ao atendimento das necessidades das famílias beneficiadas, se de fato contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e se produziu a justiça social, principalmente, no que diz respeito a serviços de infraestrutura como: o fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água tratada, rede de esgotamento, coleta de lixo dentre outros.

Enfim, a questão habitacional deve ser tratada em sua totalidade, como um problema que está inserido no seio da questão urbana e no contexto das relações sociais, conforme preconiza o Estatuto da Cidade no artigo 2º, "todo cidadão tem o direito de viver em uma cidade urbanizada com infraestrutura urbana adequada e sobretudo tendo acesso aos serviços públicos de modo igualitário."

Esta pesquisa tem o intuito de despertar novas investigações para que a questão da habitação de interesse social possa estar sempre em pauta.

Entretanto, nesta discussão não podemos deixar de considerar que houve

melhoria na qualidade de vida das famílias que foram transferidas para o Residencial Senador Albino Boaventura, em relação a situação em que residiam anteriormente, que era de forma irregular, marcadas pela exclusão e segregação social e excluídas territorialmente. Razão mais que suficiente para continuar na pesquisa sobre o tema habitação de interesse social, por mais ambígua e incerta que possa ser considerada no momento atual.

Porém, há muitos desafios pela frente como, também, não podemos desconsiderar que o Programa "Minha Casa Minha Vida" é um marco contemporâneo na história habitacional deste país, só o futuro poderá revelar se o programa conseguiu avançar ou não. Esta pesquisa visa despertar novas investigações para que a questão da habitação de interesse social alcance soluções possíveis e viáveis, bem como que possibilite maior transparência e ética nas ações dos gestores públicos.

REFERÊNCIAS

ALTAVILLA, Jayme. **Origem dos direitos dos povos**. 8. ed. São Paulo: Ícone, 2000.

ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – ARCA, 2010.

AZEVEDO, Sérgio. **A Crise da Política Habitacional**: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. (Org.). **A questão da Moradia nas Grandes Cidades**: da Política Habitacional à Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

AZEVEDO, Aluisio. **O Cortiço**. São Paulo: Editora Zero Hora, 1997.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **A luta pela terra urbana e questão democrática**: promessas e desafios do estudo da cidade. (Org.) Luiz de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Cria o Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS, Brasília, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARDOSO, A. Lúcio; RIBEIRO, Luiz C.Q. Da cidade à nação: gênese do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e PECHMAN, Robert. (Orgs). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Aspectos políticos do planejamento**. In: Betty, Mindlin, op. cit.

CORDEIRO, Narcisa Abreu; QUEIROZ, Normalice Maria de. **Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original**. Goiânia, Cartografia, 1990.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

CUNHA, José Marcos Pinto (Org.) **Nova Metrópole Paulista. População Vulnerabilidade e Segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006.

Disponível em: <http://www.citiesalliance.org/sites/alliance.org/files/ca-imagens/sufactsheet_portuguese_o.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão social e cidadania**. In: Conferência Internacional, 17, 2006, Brasília, Mimeografado.

GOIÂNIA. Ocupação e resistência no Residencial JK. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/?p=61070>>. Acesso em: 2 de junho de 2013.

HARVEY, David. **Condições pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa; RIBEIRO, Luiz C. Queiroz. **A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades**. In: RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio de. A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.
MACHADO, Maria Conceição Sarmento Padial. **O processo educativo dos trabalhadores que vivem entre dois mundos de uma mesma cidade**. Tese (Doutorado). Programas de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de

Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

MACHADO DA SILVA, L.A.; FIGUEIREDO, Ademir. **Urbanização x Remoção**: uma polarização recente. V Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, 1981.

MARICATO, Ermínia. **Brasil - cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil - metrópole na periferia do capitalismo, ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política do capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica. **Plano Nacional de Habitação – PLANHAB**. Brasília, 2010.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. 2. ed. Goiânia, Ed. da UCG, 2006.

MORAES, Lúcia Maria; DAYRELL, Marcelo. Direitos humanos à moradia e terra urbana. **Revista Plataforma Dhesca**, v. 1, n. 1, p. 1-36.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia**: metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Aurora. **O serviço na construção da política municipal de habitação de Goiânia**. Goiânia, 2009

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/documentos/UDHRtranslations/por.pdf>>. Acesso em 5 de agosto de 2013.

ORNESTEIN, Sheila. **Avaliação pós-ocupação (APO) do ambiente construído**. Sheila Ornestein, Marcelo Romero (Colaborador). São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

PELEGRINO, Gabriela Soares. Ensino de história da América: reflexões sobre problema de identidade. Depto. de História – USP, **Revista Eletrônica da Anphalac**,

n. 4. Disponível em: <http://www.anphalac.org/revista4/revista_anphalac_4.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

RAICHELIS, Raquel; MESTRINGER, M.L.; NERY, V.; PAZ, Rosângela D.O. **Configurando os eixos da mudança**. In: Caderno SUAS, v. 1, Brasília: MDS, 2008.

RASSI, Solange. **O Estado e a gestão urbana: o caso de Goiânia**, (Dissertação de Mestrado), Brasília, 1985.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**, 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, Antônio, M.; RODRIGUES, David. **Os lugares da exclusão social**. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Eliana de Andrade Sarmento. **Residencial Itamaracá: uma política de inclusão social na cidade de Goiânia-Goiás**. (Dissertação Mestrado), 2011.

TAVARES, Luiz Cláudio. **A questão da habilitação social: desafios e perspectivas**. Revista Jus Navigandi – Doutrina e Peças, Teresina, ano 9, n. 361, 3 jul. 2004.

TELLES, Vera S. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: DAGNINO, Everlina (Org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, texto para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. “Quem muda a cidade somos nós: reforma urbana já!” Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.itapecerica.sp.gov.br/.../texto-base>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.